

EDUCAÇÃO POPULAR, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA CAMPONESA: O CASO DE PEDRA LISA NA BAIXADA FLUMINENSE – RJ



EDUARDO JORDAN DA SILVA AGUIAR

EDUCAÇÃO POPULAR, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA CAMPONESA: O CASO DE PEDRA LISA NA BAIXADA FLUMINENSE – RJ



EDUARDO JORDAN DA SILVA AGUIAR

1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - **Curriculum Lattes**

Adilson Tadeu Basquerote Silva - **Curriculum Lattes**

Alexandre Carvalho de Andrade - **Curriculum Lattes**

Anísio Batista Pereira - **Curriculum Lattes**

Celso Gabatz - **Curriculum Lattes**

Cristiano Cunha Costa - **Curriculum Lattes**

Denise Santos Da Cruz - **Curriculum Lattes**

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - **Curriculum Lattes**

Fabiano Custódio de Oliveira - **Curriculum Lattes**

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - **Curriculum Lattes**

Fredi dos Santos Bento - **Curriculum Lattes**

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - **Curriculum Lattes**

Humberto Costa - **Curriculum Lattes**

Leandro Antônio dos Santos - **Curriculum Lattes**

Lourenço Resende da Costa - **Curriculum Lattes**

Marcos Pereira dos Santos - **Curriculum Lattes**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação Popular, Resistência e Memória Camponesa:
o caso de pedra lisa na baixada Fluminense - RJ.
Eduardo Jordan da Silva Aguiar (Autor) -- Alegrete,
RS : Editora Terried, 2025.

PDF
ISBN. 978-65-83367-70-9
1. Educação

24-225451

CDD-918. 17

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 90. 14
2. Ensino 90. 9

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que, mesmo diante de tantas tempestades, nunca deixaram de acreditar em mim. Foram eles que, entre o cansaço e a esperança, me ensinaram que o estudo é um caminho que ilumina até os dias mais escuros. Quando tudo parecia me empurrar para a desistência, foram suas palavras, seus gestos e seu amor que me fizeram seguir.

Venho de uma infância marcada por lutas e aprendizados. Ajudava meu tio a consertar o que estava quebrado, vendia latinhas, capinava terrenos para conseguir um trocado e contribuir em casa. Cada um desses momentos, por mais duro que tenha sido, foi também uma lição de coragem e dignidade. Foi dessa terra árida que germinou o sonho que hoje floresce neste livro. Sou a prova viva de que a educação tem o poder de transformar vidas — e de que as políticas públicas sociais, que me ampararam desde cedo, funcionam, sim, quando se tem oportunidade.

Dedico este livro às minhas avós, que já não caminham ao meu lado nesta vida, mas que sinto em cada passo, em cada conquista, em cada suspiro de gratidão. Agradeço imensamente à minha companheira de vida, Débora Guimarães, que é minha melhor amiga, minha esposa e meu abrigo. Sua presença é amor que impulsiona, calma que sustenta e amor que renova.

E deixo também minha gratidão ao PPGEA — Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ, onde realizei o Mestrado em Educação que deu origem a esta pesquisa. Foi lá que comprehendi, com ainda mais profundidade, o poder transformador da educação e o sentido verdadeiro de acreditar.

PREFÁCIO

O trabalho de Eduardo Jordan é um exercício de pesquisa que todos os educadores deveriam ter a oportunidade de vivenciar — e isso por muitos motivos. Primeiro, porque traz para o primeiro plano histórias da Baixada Fluminense.

Segundo, porque recupera as memórias sobre as Ligas Camponesas — episódios das lutas populares por terra nas décadas de 1950 e 1960, histórias muitas vezes silenciadas.

Terceiro, porque, ao contar essas histórias, utiliza tanto documentos oficiais quanto as narrativas dos moradores locais atuais, transformando o processo de pesquisa em uma experiência em que todos os participantes se autoeducam, conforme nos ensinou Paulo Freire.

E quarto, porque o próprio pesquisador se torna aprendiz de sua caminhada investigativa. Assim, ficamos felizes, pois Eduardo Jordan nos presenteia com todos esses aspectos indispensáveis à formação do educador.

Professora Dra. Marília Lopes de Campos -UFRRJ

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - NÃO PODEMOS DEIXAR A MEMÓRIA SER PERDIDA E AS VOZES SILENCIADAS: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O ESQUECIMENTO E SILENCIAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE.....	15
1.1 – Sobre Memória(s), História das Lutas Populares, silenciamentos e resistências.....	15
1.2 – A preservação da memória como instrumento de resistência e de libertação das classes populares.....	18
1.3 – Bráulio Rodrigues: protagonista de uma história da Baixada à contrapelo	24
CAPÍTULO 2 – ECOS DAS LUTAS CAMPONESAS EM PEDRA LISA NO CONTEXTO DA BAIXADA FLUMINENSE DÉCADAS DE 1950 E 1960.....	46
2.1 – Aspectos históricos de Nova Iguaçu.....	46
2.2 – Contexto histórico da Baixada Fluminense na década de 1940 e emergência das lutas campesas.....	49
2.3 – A experiência da Educação Popular da Escola de Pedra Lisa produzida pela Associação de Lavradores (final 1950 e 1960).....	54
2.3.2 A concessão de posse das terras aos agricultores de Pedra Lisa - vitória da resistência.....	72
2.4 – A experiência de Educação Popular de Pedra Lisa (décadas 1950 e 1960) em diálogo com as experiências contemporâneas de Educação do Campo... ..	75
CAPÍTULO 3 – REFLEXÕES ACERCA DA VIVÊNCIA COM A EDUCAÇÃO POPULAR E OS AGRICULTORES EM PEDRA LISA: A QUEM SIRVO COM MINHA CIÊNCIA?.....	86
4-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
5-REFERENCIALBIBLIOGRÁFIO.....	103
5.1 - Arquivos.....	103
5.2 - Livros, teses e artigos.....	103
5.3 - Periódicos.....	107
5.4 - Entrevistas.....	107

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu do desejo de compreender a história e os processos educativos populares da Baixada Fluminense, em especial do município de Nova Iguaçu, minha terra natal. Durante a definição do recorte temático da pesquisa, diversas possibilidades e grandes debates se apresentaram; contudo, a vontade de estudar minha própria região, suas lutas e suas memórias prevaleceram. Assim, esta investigação se dedica ao estudo das experiências de Educação Popular, em um sentido amplo, entendidas como processos de conscientização e organização social protagonizados pelos posseiros e lavradores de Pedra Lisa, na Baixada Fluminense, entre as décadas de 1940 e 1960.

O movimento camponês articulado pela Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa constituiu-se em um marco na luta pela terra na região, além de se configurar em um dos movimentos pioneiros de resistência ao avanço do capital imobiliário na Baixada Fluminense, em meados do século XX. A trajetória desse movimento expressa não apenas a disputa por território, mas também a afirmação de identidades, saberes e práticas educativas forjadas na luta e na coletividade.

O bairro de Pedra Lisa que, na época, fazia parte do município de Nova Iguaçu, foi um palco por onde passaram grandes lideranças do movimento camponês fluminense e do cenário político do Rio de Janeiro. Destacamos Bráulio Rodrigues da Silva e José Matias, líderes da Associação de Lavradores, e ainda Roberto Silveira e Miguel Couto, governadores do Rio de Janeiro que também estiveram presentes em Pedra Lisa, apoiando o movimento dos lavradores contra os grileiros.

O ex-governador Miguel Couto foi importante ao dar a posse, legalmente, aos lavradores de Pedra Lisa. Talvez o leitor se questione como uma região que fica a mais de 70 km da capital do Estado do Rio de Janeiro pode ter despertado tanto interesse das elites políticas e imobiliárias do RJ. O relato do professor Romário Silveira¹ pode nos aproximar dessa contextualização:

¹ Romário Silveira, morador de Engenheiro Pedreira (Baixada Fluminense) pedagogo, educador militante social. Em sua monografia de graduação narra as diversas realidades que vivenciou nas escolas do campo de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Conviveu com Seu Bráulio e outras lideranças camponesas, ouvindo muitas dessas histórias dos anos 1950 em diante.

As regiões de Miguel Pereira, Paty do Alferes, Vassouras, (do Vale do Paraíba, em geral e do Sul Fluminense) foram ocupadas em processos anteriores. Processos provocados pelos surtos econômicos do ouro (eram caminhos para escoamento do ouro das Minas Gerais) e posteriormente do café. Então, entre as terras ocupadas pelas fazendas cafeeiras (da Região Serrana, do Centro Sul Fluminense e do Vale do Paraíba) e a antiga capital da Província e dos subúrbios do Rio de Janeiro ficava essa região de pântanos, cercada por rios sinuosos, grandes extensões de terras submersas, epidemias diversas e pouco valor econômico já que a “não” produção do café “não” demandou a construção de infraestruturas na região. Japeri foi sempre uma região de passagem, pois estava entre a serra(produtora) e o litoral(porto). Com os processos de drenagem dos rios da região, a retificação, a construção de diques - todas em função de atender à necessidade de energia elétrica e água para o Estado da Guanabara, o rio Guandu foi transformado nesse grande curso de água e as terras, antes submersas, passaram a ser emersas, valorizadas e disputadas. Estou tentando resgatar a história dos Irmãos Guinle (família grande proprietária de terras na região e que, segundo me disseram, possuíam articulações até com os Rockefellers dos EUA), o Conde de Al Gesur, os Paes Leme, os Modesto Leal, os Wainsagen, os Normandia ...). Tudo isso para compreender as influências de capitais e interesses internacionais determinando nossos destinos. Bem, para concluir, eu penso que em Jaceruba e Pedra Lisa temos uma população originária e, majoritariamente, formada em 2 (DOIS) processos distintos: Alguns foram trazidos como meeiros, colonos para trabalhar nas terras da Fazenda São Pedro, das famílias Paes Leme e Junqueira. Algumas famílias são descendentes dos funcionários públicos que vieram trabalhar no período da construção da represa. Eram ferroviários, guardas de água e florestais etc. Outros, a maior parte, vieram nos processos de ocupação após a retificação do Rio São Pedro. São trabalhadores oriundos de Campos (Chico Lacerda), Minas (Bráulio Rodrigues), os Brum, Cruz, Aguiar.²

Pedra Lisa, entre as décadas de 1940 e 1960, ocupou os noticiários dos veículos de imprensa como uma região de grande litígio pela terra.³ . Assim, diante

2 Entrevista concedida por SILVEIRA, ROMÁRIO. Anexo IV. [NOV/DEZ E JAN 2017/2108]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. ENTREVISTA. A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo IV deste texto. As palavras grafadas em itálico correspondem à ênfase dada em sua resposta pelo professor.

3 Há uma vasta obra que se dedica de uma forma mais profunda aos movimentos sociais e as lutas populares e campesinas na Baixada Fluminense, tais como: Grynszpan, Mario (Coord.). Levantamento histórico dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro (1950-1990). Rio de Janeiro: Seaf, 1990; Grynszpan, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro; Bernades, J. A. Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia); Souza, S.M. Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, Museu Nacional, PPGAS Dissertação de Mestrado, 1992; SILVA, Percival Tavares. MAB (1972-1992): Relação vanguarda-base-massa- práxis político-educativa. Dissertação (Mestrado em educação), IESAE/FGV, Rio de Janeiro, 1994; Araújo, F. G. B. Lutas pela terra na Baixada da Guanabara. Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre outros que são tão ou mais importantes.

do grande legado histórico e social representado por Pedra Lisa, no primeiro capítulo deste trabalho propomo-nos a investigar a importância da memória dos agentes sociais e políticos que lutaram por direitos, na Baixada Fluminense. Nesse percurso buscamos, também, compreender os processos de silenciamento e esquecimento, que marcaram a história de Pedra Lisa. Dessa forma, procuramos evidenciar a história negada, a história dos vencidos e compreender como os lavradores, que ocuparam aquelas terras escreveram, à contrapelo, uma trajetória de resistência e luta pela terra na Baixada Fluminense.

Procuramos problematizar de que maneira a perda ou o silenciamento das memórias da luta pela terra contribuem para o enfraquecimento da identidade social e histórica dos cidadãos iguaçuanos, em relação à sua própria região. Para esse propósito, dialogamos com autores como Le Goff, Benjamin, Lowy, De Decca, Pollak, Alves, Thompson e Halbwachs. Além desses, destacamos como fundamental para a composição deste trabalho, o diálogo com o historiador e coordenador do Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu, Antônio Lacerda. Essa figura que, por meio de suas ações na Cúria Diocesana, como a realização de palestras e de passeios históricos, tem se dedicado à valorização da historicidade e da memória social de Nova Iguaçu.

Desse modo, buscamos evidenciar como determinados sujeitos históricos procuraram escrever e “escovar a história a contrapelo”, isto é, construir narrativas em oposição a um sistema que os classificava como subversivos, inferiores e indignos. Em diálogo com *De Decca* (1990), compreendemos que o discurso ideológico se materializa, justamente, pelo ocultamento da diferença, da contradição, da luta e da resistência das classes populares, frente às injustiças impostas pelos detentores do poder.

No segundo capítulo, dividido em quatro subtítulos, buscamos abordar a historicidade de Nova Iguaçu, a gênese da luta por terras na Baixada em 1940, o litígio camponês em Pedra Lisa e a experiência da Educação Popular, por meio da escola de Alfabetização. Estudamos, também, o processo pedagógico dessa unidade de ensino, observando seus valores, na busca por emancipação humana, a partir de valorização de uma educação no campo e para o campo. Para tal

proposta, realizamos Pesquisa Participante/Pesquisa Ação⁴ com o Núcleo Agrário Miguel Couto- Associação dos Agricultores e Lavradores de Pedra Lisa e adjacências, especialmente, com Seu Josimar, vice-presidente da Associação e agricultor familiar, que compartilhou suas memórias conosco. Também usamos documentos do arquivo da Associação. Citamos, também, como metodologia para esse capítulo, a investigação pautada nos periódicos como Correio da Lavoura, Imprensa Popular, Voz Operária e A Noite.

Nesse viés de uma pesquisa participante e popular, ajudamos no “Encontro Memórias da Luta pela Terra em Pedra Lisa”, organizado, principalmente, por Romário de Oliveira, educador e militante popular, na Baixada Fluminense. Nesse encontro, realizado em 16 de setembro de 2016, pudemos reunir pesquisadores (Leonilde Servolo de Medeiros, Gabriel Bastos, Romário Silveira e Eduardo Jordan S. Aguiar) e atores sociais importantíssimos para a história de Pedra Lisa, tais como seu Bráulio Rodrigues da Silva, seu Moacir, João Peres, João Colombo, seu Josimar Fausto da Silva,⁵ dentre outros. Tal encontro foi preponderante para nortear os caminhos dessa pesquisa.

Citamos também como metodologia para o segundo capítulo, a investigação pautada em periódicos como Correio da Lavoura, Imprensa Popular, Voz Operária, e A Noite. Sobremaneira também o diálogo com os autores Grynszpan, Alves, Gomes, Torres, Alentejano, Arroyo, E. Fernandes, Brandão, Josseti, Araú-

4 Dialogando com Freire e Brandão (1981), buscamos modos de realizar uma Pesquisa Participante/Ação, ou seja, um projeto que não fosse somente sobre eles, para eles, mas **com** eles: as classes populares e camponesas de Pedra Lisa. Entre o processo de levantamento de dados e a parte metodológica, haja vista que esse texto tem como centro as classes populares, dialogamos e buscamos através de intervenções educativas, reuniões e propagação de conhecimento (Folheto) uma ação que não simplesmente formasse um texto padronizado acadêmico, mas despretensiosamente algo que nos melhorasse como seres humanos, algo que deixasse um legado aos lavradores de Pedra Lisa. Não que eles precisem do meu projeto acadêmico para seus processos sociais e identitários, pois os movimentos sociais nunca precisaram de uma sala de universidade para sobreviver; todavia, encontramos vozes, sonhos e uma classe trabalhadora vibrante e afetiva, a sua história, a sua memória.

5 Seu Josimar é atualmente coordenador e vice-presidente do Núcleo Agrário Miguel Couto – Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses de Pedra Lisa e Adjacências; Dona Marli Bernardo é agricultora Familiar, militante comunitária. Fundou a Associação Jacira Alves Lacerda em Jaceruba, e ainda continua mobilizando a comunidade de Jaceruba em prol de uma educação para seus netos e para a comunidade em geral; Seu Moacir foi estudante da Escola Popular de Alfabetização de Pedra Lisa em sua gênese e ainda é agricultor familiar que lidera a feira da roça no município de Japeri; Geraldo Colombo foi agricultor familiar por muitos anos em Pedra Lisa, “até onde os joelhos aguentaram” (Fala do mesmo). Participou da construção e crescimento da Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, e da companhia que criou, drenou e ampliou diques em torno do Rio Guandu.

jo, Medeiros, Caldart, Mészáros, Carretero, Rosa e González, Bicalho, Gentili e Freire. Este último serviu como base teórica e prática para a maioria das vivências e para a escrita deste texto.

A História Oral e, consequentemente, as entrevistas, nos aproximaram, verdadeira e organicamente, dos sujeitos da pesquisa. As conversas com os agentes históricos nos levavam a novas discussões e problematizações. Talvez tenha sido o aspecto mais enriquecedor que esse projeto tenha nos proporcionado: “tomar um cafezinho no sítio de Seu Moacir ou o almoço, em Magé, na casa do Seu Bráulio”. São sensações e sentimentos inexplicáveis que todo pesquisador, estudante, educador deveriam sentir.

A pesquisa participante/pesquisa ação, dialogando com Brandão, nos permite isso: ensinar e aprender ao mesmo tempo. O “objeto” de estudo deixa de ser um objeto obsoleto e sem vida: passa a ser um encontro entre “sujeitos” da pesquisa num projeto de conscientização com um objetivo social, com uma finalidade que vai além de diplomas, notas e elogios. Torna-se uma atividade humanizadora e colaborativa, um dever, uma contribuição mútua e fundamental para desestabilizar as estruturas de poder, que controlam a memória histórica e que produzem classes populares, cuja identidade social não mantém aproximação com as memórias das classes populares.

Nesse processo de humanização, presente nas atividades de Pesquisa Participante/Ação, buscamos, no terceiro capítulo – Reflexões acerca da vivência com a Educação Popular em Pedra Lisa: “A quem sirvo com minha ciência?” – abordar o questionamento proposto por Brandão (1999), que acompanhou toda a gênese desta pesquisa: a quem serviria minha pesquisa? Qual é o seu objetivo? A qual público ela se destina?

Decerto que muitas coisas, que são produzidas na Universidade e ligadas à instituição, ficam presas, em seus muros levantados sobre o pilar da má distribuição de renda e da educação. Mediante tais fatores, muitas vezes, o que produzimos fica relegado a notas de rodapé de algum pesquisador interessado em nosso assunto ou a seminários, também, com o mesmo propósito. Buscando combater tal forma de apropriação (ou expropriação, dependendo do sujeito e do ponto de vista) de conhecimento, buscamos ressaltar, no terceiro capítulo, as experiências que tivemos com a própria Educação Popular, da Pesquisa Participante e da Pes-

quisa Ação. Para tal resultado, dialogamos com Brandão, Mèszaròs, Thompson, Medeiros e, principalmente, Freire.

A busca por uma pesquisa, que pudesse dialogar com os sujeitos populares, nos levou à criação de folhetos para divulgação e conscientização dos moradores de Pedra Lisa. Tais folhetos buscaram trazer uma abordagem sobre nossa pesquisa, sua região e a historicidade local, aspectos necessários ao processo de “resgate” da memória, com vistas à criação de identidades locais e regionais, numa perspectiva de formação de mecanismos de resistência ao silenciamento e ao apagamento das lutas populares.

Tal proposta se contrapõe à divulgação da história, hegemonicamente, contada através dos principais meios de comunicação e de formação, que é a história dos vencedores, dos dirigentes do poder. Percebe-se que o discurso ideológico das classes dominantes busca ofuscar, oprimir e silenciar as manifestações sociais, históricas e culturais das classes populares, a fim de escamotear o processo de lutas das minorias. Assim, ouvir as narrativas de Seu Bráulio e dos demais sujeitos, que fizeram parte do processo de emancipação popular, na baixada, nos revela a história, a partir de outro ponto de vista. Nesse caminho, relato, no último capítulo, minhas experiências na Associação de Pedra Lisa, no grupo de Estudos em Educação Popular e Movimentos Sociais que tem professora Marilia Campos – minha orientadora – e professor Leandro Machado como coordenadores.⁶

O olhar preciso e orgânico de Campos e Machado sobre as lutas sociais, na Baixada Fluminense revela seu desejo de profundas mudanças para as classes populares, que sofrem há anos com descaso e abandono. Relato também as experiências anteriores com o Grupo PET Educação do Campo e Movimentos Sociais, que contribuíram para minha formação voltada para a Educação do Campo e, consequentemente, para esse trabalho. Deixamos aqui registrada a contribuição de Ramofly Bicalho dos Santos, que foi meu professor, coordenador do Grupo PET e orientador do meu trabalho monográfico de graduação em História na UFRRJ.

⁶ Importante citar também os encontros da Linha de Pesquisa Educação Popular, Movimentos Sociais e Currículo organizada pelos referidos professores no âmbito do Grupo de Pesquisa (CNPq) sobre Currículo, Cultura e Política. Nos encontros do grupo, fizemos importantes debates acerca dos temas que trato aqui neste trabalho.

Sendo assim, o referido professor, ao nos incentivar a estudar a Baixada Fluminense e suas problematizações, nos levou ao encontro do tema sobre o conflito entre grileiros e posseiros em Pedra Lisa. Tem-se, ainda, muita história enterrada sob sangue e lágrimas na Baixada Fluminense, cabendo a nós, educadores, pesquisadores, cidadãos e professores, cavar e vasculhar essa rica e belíssima história de luta, sobrevivência e resistência dos agentes históricos da Baixada e, assim, combater o silenciamento e o esquecimento que povoam as instituições políticas, de ensino, religiosas e populares da Baixada Fluminense.

O que buscamos com o presente trabalho é valorizar as memórias dos conflitos sociais e camponeses de Pedra Lisa, ressaltando a ação de seus agentes históricos, bem como o protagonismo da Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, que, além de servir de parâmetro de organização camponesa popular para várias outras associações posteriores, ainda trouxe esses conteúdos históricos para dialogarem com alguns sujeitos em sua realidade atual.

O objetivo do estudo está, para além de o leitor tomar conhecimento de uma escola de alfabetização popular criada pelos próprios lavradores, para atendê-los em suas próprias demandas culturais de formação de seus sujeitos, já que, ao compartilhar essas experiências em diálogo com a realidade atual de Pedra Lisa, convidamos a todos a realizarem sua inserção e inscrição no mundo, a partir da perspectiva popular, da escrita de uma outra história, para a emancipação humana de todos nós.

CAPÍTULO 1

NÃO PODEMOS DEIXAR A MEMÓRIA SER PERDIDA E AS VOZES SILENCIADAS: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O ESQUECIMENTO E SILENCIAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE

“Pela terra a gente fazia tudo.”

Bráulio Rodrigues da Silva, ex-presidente e
um dos fundadores da Associação de Lavradores de Pedra Lisa

1.1 – Sobre Memória(s), História das Lutas Populares, silenciamentos e resistências

Certamente, para falar sobre Educação do Campo, Educação Popular e luta por direitos dos posseiros e lavradores de Pedra Lisa, falaremos sobre amor. Sobre como sujeitos, antes marginalizados, transformaram-se, na década de 1950, em protagonistas de um movimento único e pioneiro, que marcou e compôs as lutas pela reforma agrária no Brasil. Todavia, também falaremos de ódio. Ódio que emanava de uma elite emergente no cenário da Baixada Fluminense, que buscava a consolidação e a manutenção de suas regalias em detrimento dos direitos dos posseiros de Pedra Lisa — ódio esse materializado na perseguição dos lavradores e posseiros. Falaremos também do esquecimento da liderança Bráulio Rodrigues da Silva. Bráulio: um dos fundadores da Associação de Pedra Lisa, naquela década de 1950-60 e, posteriormente, na década de 1980, participante do Movimento de Amigos de Bairro (MAB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Mesmo tendo sido um dos criadores da primeira escola popular de Pedra Lisa (1959), cinquenta e sete anos depois (2016), foi impedido de entrar na escola pública municipal erguida no mesmo espaço onde antes funcionara a escola dos agricultores. No local, agora, funcionava uma escola pública municipalizada, cuja ideologia se afastava da antiga filosofia adotada pelos agricultores e demais integrantes da associação.

Dessa maneira, a presença de S. Bráulio e sua representatividade, de forma paradoxal, não se alinhavam com a perspectiva contemporânea de sociedade, em que as lutas pela terra e reforma agrária, fato marcante do passado da Baixada Fluminense, não encontrou voz, embora a instituição estivesse realizando uma reunião com estudiosos que realizavam pesquisa sobre Pedra Lisa.

Nesse sentido, a presença de Bráulio Rodrigues da Silva era muito importante, considerando sua representatividade imensurável para a historicidade da questão camponesa na Baixada, mas, sobremaneira, para a memória das classes populares, suas lutas e suas conquistas. Conforme Romário Silveira:

Conheci o Bráulio da década de 80. Amadurecido, após a tortura, após a prisão, após décadas de perseguições. Era um líder mais conciliador do que revolucionário. Valorizava muito a reconquista da democracia burguesa, a atuação nos Conselhos Municipais, nas assessorias dos governos. Conquistava pequenas vitórias que “empoderavam” as lideranças comunitárias que o seguiam. Foi base de apoio dos governos do PMDB. Na época, o PMDB não era essa podridão que se conhece, mas consigo entender melhor o Bráulio daquela época. Talvez porque me coloco na posição dele. Mas, o BRÁULIO que ouvi falar, das décadas de 60 e 70, das ocupações de Pedra Lisa e Jaceruba... - o jovem Bráulio - É um mito!!! Liderança forte! Sempre tinha uma resposta convincente para os companheiros! Capaz de reagir aos ataques dos grileiros! Trabalhador!!! Um homem admirado por muitos e temido por outros. Invejado por outros...⁷

Romário Silveira é professor, pesquisador, militante na busca por uma educação igualitária e por direitos para as classes populares na Baixada Fluminense, em especial, em Jaceruba e Pedra Lisa. Desde a década de 1980, vem dedicando suas forças e tempo às causas populares dos cidadãos mais perseguidos e oprimidos. Sua ligação com Pedra Lisa é mais que política, é sentimental e afetiva. Essa afetividade levou Silveira a querer estudar sua região, a buscar melhorias e projetos que visassem o desenvolvimento de sua comunidade.

No dia 16 de setembro de 2016, o bairro de Pedra Lisa sediou um encontro, que reuniu pesquisadores, agricultores, professores, agentes sociais e outras personalidades que contribuíram para a construção e consolidação do bairro. Nesse evento, Seu Bráulio foi um dos homenageados, em reconhecimento à sua trajetória e contribuição histórica. A presença dessa figura e de outros

⁷ Entrevista concedida por SILVEIRA, ROMÁRIO. Anexo IV. [NOV/DEZ E JAN 2017]. Entrevis-tador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. ENTREVISTA. A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo IV deste texto

personagens históricos serviu para avivar a luta, lembrar do passado e ter uma nova perspectiva de futuro.

O encontro representou um momento significativo de revitalização do espaço da antiga Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, atualmente, conhecida como Núcleo Agrário Miguel Couto. Além de seu Bráulio, foram destaques no evento: Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA – UFRRJ), pesquisadora da questão camponesa, no estado do Rio de Janeiro e autora de uma obra com transcrições das narrativas de Bráulio Rodrigues da Silva (Medeiros, 2008), obra que se mostrou de grande valia para o desenvolvimento deste trabalho.

Também, esteve presente, o professor, pesquisador e militante social Romário Silveira, cuja intervenção foi fundamental para viabilizar a realização do encontro, cujo objetivo foi realizar uma pesquisa participante e pesquisa ação entre os pesquisadores sobre Pedra Lisa – Leonilde Servolo de Medeiros, Gabriel Souza Bastos, Romário Silveira, eu, o autor do presente texto e os moradores locais.

Além, da realização do presente trabalho, ressalto que, há tempos, já venho pesquisando sobre a história local. Nesse sentido, realizei um estudo intitulado: “Organização, resistência e luta dos lavradores – posseiros de Pedra Lisa, na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 a 1960”⁸. Esta obra analisa o surgimento da luta pela terra na Baixada Fluminense e a forma como os posseiros se organizaram em resistência ao avanço do capital imobiliário.

No encontro, tivemos a oportunidade de ouvir narrativas de resistência, organização e luta presentes nas memórias de Seu Bráulio, Dona Marluce Bernardo, Seu Geraldo Colombo, Seu João Machado e Moacir Silveira — todas verdadeiras histórias vivas de Pedra Lisa. Contudo, é importante destacar a falta de reconhecimento e de empatia por parte da Escola Municipal de Japeri — local onde o encontro ocorreu — em relação a esses personagens históricos. Essa desconsideração se expressou desde o impedimento de usarmos a escola ao total desprezo pelo nosso encontro. Sendo assim, dialogando com De Decca (1981), percebemos que há uma forma dos setores dominantes/dominadores de pensar as classes populares como nulas, irrelevantes ou vinculadas à noção de atraso no processo de formação da sociedade brasileira. Esse sentimento é materializado em diversas formas, seja sob a forma de ódio ou de desprezo.

⁸ AGUIAR, Eduardo Jordan da Silva. Organização, Resistência e luta dos Lavradores – Posseiros de Pedra Lisa na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 a 1960. Monografia do Curso de História, UFRRJ. Seropédica, junho de 2015.

No processo de impedimento, notamos a negação não só de Bráulio Rodrigues, mas o rompimento com a memória da luta pela terra. O Estado que hoje exerce o poder em Pedra Lisa é remanescente dos anos de chumbo da história brasileira. O impedimento do líder popular Bráulio Rodrigues da Silva é a negação exposta da memória popular, da memória dos agentes sociais que lutaram pela terra e por direitos na Baixada.

A escola que não permitiu a realização do Encontro da Luta Pela Memória da Terra em Pedra Lisa não era mais a escola popular dos lavradores, mas uma escola sob a lógica do Estado, numa ótica burguesa liberal de educação voltada para a formação de mão de obra qualificada, superficial e despolitizada para o mercado de trabalho. Esse processo de silenciamento vem desde o Golpe de 1964, por meio da supressão de vozes daqueles que lutavam contra o autoritarismo e a supressão das minorias. Essas vozes, como vimos, ainda ecoam e continuam sofrendo com o descaso e a tentativa de silenciamento.

Certamente, os lavradores de Pedra Lisa, no interior do Estado do Rio de Janeiro, representaram o eco das vozes da história e das memórias das classes populares que, a contrapelo, tiveram seu passado cortinado pelo véu do discurso político dos vencedores. Marc Bloch (1942) nos disse que a História é a “ciência que estuda os homens no tempo”; porém, que homens são esses? São os que venceram e controlam as estruturas de poder? As classes populares e pobres fazem parte desse conjunto de “homens no tempo” ou foram esquecidas, silenciadas? Nesse sentido, entendemos que a preservação da memória se configura como ferramenta de resistência, que contribui para libertação e emancipação das minorias.

Na seção seguinte, usamos a literatura e nossas observações sistemáticas para explicar, de forma crítica, a importância da preservação da memória.

1.2 A preservação da memória como instrumento de resistência e de libertação das classes populares

Dialogando com Le Goff (1990), ressaltamos a importância da função social da memória, sendo, pois, uma comunicação, uma informação realizada na ausência do acontecimento ou do fato. Sendo assim, a memória configura-se como uma força motriz fundamental na construção da sociedade, contribuindo para a identidade coletiva. Todavia, a perda ou processo de esquecimento desse

elemento torna-se um dos fenômenos mais trágicos, na atualidade, contribuindo para isso o processo de silenciamento das memórias, principalmente, aquelas relativas a comportamentos divergentes ou transgressores, quer sejam essas memórias individuais ou coletivas.

Sim, hoje, o homem é um infeliz desmemoriado. Carente, necessitado e angustiado, o ser humano recusa a memória, pois, no contexto contemporâneo, temos a ênfase num imediatismo absoluto, reforçado pelo hábito do consumo. A busca pelo prazer momentâneo e individualista suplantou a busca por justiça social. Para reversão desse quadro, entendemos que a preservação da memória se caracteriza como uma ferramenta fundamental, visto que permite aos diversos sujeitos possuir identidade e lutar por sua preservação

Ainda é mais evidente que as perturbações da memória, que, ao lado da amnésia, se podem manifestar também no nível da linguagem na afasia, devem em numerosos casos esclarecer-se, também, à luz das Ciências Sociais. Por outro lado, num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também, a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva. (Le Goff, 1990, p. 367)

Na busca pela consolidação, manutenção e perpetuação do poder, observa-se a preocupação das elites hegemônicas com o controle da memória, especialmente da memória coletiva. Essa preocupação decorre do fato de que tais fontes representam a voz das minorias e constituem um importante instrumento de afirmação identitária — cuja valorização não interessa aos grupos dominantes.

Nesse sentido, Le Goff (1990) destaca a relevância da memória coletiva como meio de luta pela emancipação e adverte para o perigo presente no processo de silenciamento das lembranças das classes populares. Ao se apagarem os vestígios do oprimido, a história do dominador tende a prevalecer, sendo difundida como a única e verdadeira versão dos fatos.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Le Goff, 1990, p 368)

Desse modo, “os senhores da memória” produzem sua história, sua visão: a história dos vencedores. A história dos “vencidos” como de Bráulio Rodrigues da Silva é negada, silenciada ou escrita a contrapelo.

Observemos que o neoliberalismo e as políticas econômico-culturais globalizantes nos fazem admirar um grande ator ou cantor estadunidense, em detrimento e inferiorização de um personagem histórico e cultural da Baixada Fluminense-pois, afinal, quem são Bráulio Rodrigues da Silva, José Pureza, Dom Adriano Hipólito? Todavia, sabemos quem foi Michael Jackson, Elton John dentre outros.

Segundo Le Goff (1990, pp. 401-4), nos séculos XIX e XX, a biblioteca, os monumentos aos mortos e, principalmente, a fotografia, revolucionaram a memória, multiplicando-a e democratizando-a, em parte. E na contemporaneidade, ao se seguir, a linha divisória adotada por Le Goff (1990, p 403), em relação à memória, temos o seguinte: “o da transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica”; a memória eletrônica é um elemento espetacular e preocupante.

A questão problematizada pelo autor evidencia-se quando observamos que um personagem histórico, como Seu Bráulio, foi impedido de entrar em uma escola que ele próprio ajudara a construir. Essa situação revela a valorização de uma história linear e dominante em detrimento das múltiplas histórias das classes populares.

Nesse contexto, a sociedade atual parece ter esquecido de si mesma, justamente por não saber o que é importante lembrar. Diante desse novo conjunto de problemas, constata-se que a história se transformou em um produto cobiçado — não apenas como instrumento de legitimação, mas também como mercadoria simbólica, vendida em bancas de jornal, em programas de televisão e em propagandas políticas. Assim, a memória passou a ser moldada pelo consumo, resultado da forte interferência das mídias na construção da memória coletiva e do imaginário social.

Dialogando com Huyssen (2000, p. 18), entendemos que a memória coletiva vem se tornando memória de massa e para as massas. O pertencimento e a identidade deixam de ser regionais, nacionais, para tornar-se globais. A memória

e o passado servem para justificar vitórias, esconder derrotas, desprezar, esquecer e silenciar. Sendo assim, conforme Paul Thompson (1992, p. 21):

Para os políticos, o passado é uma fonte de símbolos em que se apoiam: vitórias imperiais, mártires, valores vitorianos, marchas da fome. E quase igualmente notáveis são as lacunas na apresentação pública da história: os silêncios da Rússia sobre Trotski, da Alemanha Ocidental sobre a era nazista, da França sobre a guerra com a Argélia.

Por meio da história e da memória, pessoas comuns procuram compreender o passado, as transformações, mudanças e revoluções. Porém, quando há “as lacunas na apresentação desse passado”, é como se certa questão não fizesse sentido ou passasse a não ter sentido. Observamos tal fator no sentimento antinacionalista e inter-regional de alguns concidadãos brasileiros que ridicularizam o Brasil às custas da veneração de países como os EUA.

Essa mesma desvalorização ocorreu na Baixada, cuja história, por muitas vezes, se relegou à história da elite política, enquanto os lavradores que, com determinação e vivacidade, desbravaram os pântanos à beira do Rio Iguassú foram silenciados nos projetos de salvaguarda da memória. Além desses, também as classes populares, os camponeses e outras minorias foram retirados dessa história.

As comunidades populares que contribuíram para o desenvolvimento da região da Baixada Fluminense foram esquecidas, mas tal silenciamento e esquecimento se deu, em muitos casos, porque quem escreveu ou relatou a história, nas fontes oficiais, foram os perseguidores e opressores dessas classes populares. O que se teve por muito tempo foi a história dos vencedores, dos conquistadores: “heróis” forjados no sangue de camponeses e trabalhadores, de gente sofrida, de gente esquecida.

(...) onde pouca atenção merecem as vidas das pessoas comuns, ou as realizações da economia ou da religião, a não ser em tempos de crise, como a Reforma, a Guerra Civil Inglesa, ou a Revolução Francesa. O tempo histórico dividia-se segundo reinados e dinastias. Até mesmo a história local preocupava-se mais com o governo do distrito ou da freguesia do que com o dia a dia da vida da comunidade e das ruas. (Thompson, 1992, p 22)

A manutenção e a perpetuação da memória dos que comandavam era a prioridade e ocupava – e ocupa ainda – os livros didáticos e históricos. O comum, as pessoas comuns, eram apagadas, silenciadas e esquecidas. Suas lutas, seus fracassos, suas perdas, seus conflitos, suas revoluções e suas contradições eram sufocadas pelos grandes acontecimentos. Assim, iam vivendo suas vidas em

histórias dos outros, dos que os oprimiam e subjugavam. Dessa forma, talvez, a memória seja, hoje, a ferramenta que historiadores, educadores e pessoas que buscam um mundo mais igualitário devam preocupar-se em manter e em preservar. Nesse sentido, a preservação da memória social das lutas dos lavradores e posseiros de Pedra Lisa é um fato importantíssimo para a sociedade iguaçuana e da Baixada Fluminense.

Sendo assim, precisamos entender: quem são os verdadeiros “heróis”, os protagonistas de mudanças sociais? Quem são as pessoas que, no passado, lutaram pelos direitos políticos e civis e que, hoje, em contrapartida, observamos sendo esmigalhados, esquecidos? Dialogando com De Decca (1981), precisamos entender e questionar esses discursos ou ações de poder. E, acima de tudo, não compartilhar tais discursos em nossos escritos. Dialogamos com Romário Silveira:

Minha ligação à Pedra Lisa tem a ver com a percepção de que ali, como em Jaceruba, está “enterrada” uma rica e fecunda possibilidade de transformação. Naquela região há uma série de “pretéritos imperfeitos” que precisam ser conhecidos, resgatados, valorizados e representados às novas gerações para que não prossigamos no futuro eternamente “repetindo o passado”.⁹

Nesse sentido, o fato de termos testemunhado Bráulio Rodrigues da Silva ser barrado, impedido de entrar para participar de uma palestra sobre os lavradores e posseiros de Pedra Lisa, em uma escola que ajudara a construir, em décadas passadas, nos mostra o esquecimento e silenciamento, que são produzidos sobre pessoas que foram importantíssimas para a construção da cidadania na Baixada Fluminense. No enfrentamento a esse viés de silenciamento da memória, buscamos fazer mais que uma reinterpretação, buscamos um resgate, uma valorização dos agentes históricos como Seu Bráulio e a historicidade da região de Pedra Lisa, na Baixada Fluminense.

Procedimento que não vai na direção de reinterpretar o já dito e o já sabido, mas de redefinir uma estratégia diferente tanto na produção acadêmica como das relações desta com as demandas de poder inerentes aos discursos que suportam práticas sociais (De Decca, 1981, p 40)

Destacamos que o pensamento metodológico descrito por Decca foi adotado, neste estudo, desde o início de nossa pesquisa, porque entendemos que a academia, como entidade educativa, tem a responsabilidade de combater a supremacia do discurso político acerca da organicidade do proletariado ou de sua “inorganicidade” e, nesse sentido, defendemos o compromisso de alinhamento com os oprimidos e suas lutas.

⁹ Entrevista concedida por SILVEIRA, ROMÁRIO. Anexo IV. [NOV/DEZ E JAN 2017/2108]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. ENTREVISTA. A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo IV deste texto.

Observando a perspectiva orgânica, entendemos que é fundamental promover a valorização de grupos que se reuniram, em prol da resistência tal qual os Lavradores-Posseiros de Pedra Lisa, cujas ações foram materializadas, dentre outras formas, na Escola Popular de Alfabetização de Pedra Lisa.

Segundo Le Goff (1990, p. 409), é fundamental realizar o estudo da “história da história”, ou seja, o estudo da manipulação da memória coletiva de um fenômeno histórico que, até então, só foi pesquisado sobre uma ótica tradicional e dominante. Não presumimos, entrar a fundo, nesse pressuposto de manipulação, mas evidenciamos, desde o início do texto tal processo e suas consequências.

Ainda, dialogando com De Decca (1981, p 46-8), ressaltamos que, através do discurso ideológico dominante das estruturas de poder, é criado um pensamento social que busca sucatear, denegrir, oprimir, escamotear as diversas e múltiplas formas de ações e reações das classes populares, no presente e no passado, visando a seu silenciamento e seu ocultamento no futuro.

Dialogando com Benjamim Lowy (2005), percebemos que, muitas vezes a história, que vemos, é a dos vencedores. Vencedores, nesse sentido, não é quem venceu a Guerra, a Batalha, mas sim, aquele que venceu, na guerra de classes, na luta de classes. Lowy propõe a escrever uma história, uma dialética a contrapelo, contra os vencedores, contra os dirigentes da história:

Ele acusa o historicismo de identificação com os vencedores. Evidentemente, o termo “vencedor” não se refere, aqui, às batalhas ou guerras comuns, mas à “guerra de classes”, em que um dos campos, a classe dirigente, não cessou de vencer o oprimido (Lowy, 2005, p. 72)

Ainda de acordo com Lowy, para buscarmos uma emancipação humana, uma história mais que sobre fatos, temos que andar na contramão da história dos dominadores, dos poderes, do sucesso: acima de tudo, “saber lutar contra elas” (2005, p 73).

Escovar a história a contrapelo – expressão de um formidável alcance historiográfico e político – significa, então, em primeiro lugar, a recusa em se juntar, de uma maneira ou de outra, ao cortejo triunfal que continua, ainda hoje, a marchar sobre daqueles que jazem por terra. (LOWY, 2005, p 74).

Não obstante, a ação que pretendemos, aqui, é justamente ir contra a corrente dominante da história, que marginaliza e silencia personagens históricos como Bráulio Rodrigues da Silva, Zé Pureza, Josefina da Silva, José Matias, Vantuil Dias Lacerda¹⁰. A história desses atores sociais foi escrita a “contrapelo” dos interesses e das perspectivas das elites industriais, imobiliárias e políticas da Baixada Fluminense. Entre jagunços, policiais, políticos e muita violência, esses sujeitos construíram e deixaram um importante legado para a questão camponesa na região. Essa memória precisa ser evidenciada e exaltada.

Resgatar essa história é enfrentar o ocultamento e o silenciamento da diferença, da oposição e da contradição. É afirmar: “Ei! Há outra história — muito diferente dessa! Somos mais do que isso! Fizemos muito mais do que isso!”

A história daquele período era a “dos vencedores”, dos torturadores, dos entreguistas... *Meu nome* é em homenagem ao maior “matador de comunista” da região naquela época - o que demonstra o poder ideológico que os golpistas exerciam sobre as massas.¹¹

Nessa fala, o educador Romário Silveira (que tem esse nome por conta da fama de um grande policial/jagunço, que viveu entre a década de 1960 e 70, na região de Jaceruba e Pedra Lisa), nos mostra o grande poder do discurso ideológico do dominante. Parafraseando Freire (2015), se a educação, as práticas sociais, as relações sociais não são libertadoras, o oprimido acaba sonhando em tornar-se opressor. Nessa perspectiva, um “matador de comunistas” tornou-se herói, a ponto de ser homenageado pelas massas, ao batizarem seus filhos com o nome do opressor. Sendo assim, o trabalho que temos como pesquisadores, educadores, cidadãos, militantes etc., é o de combater esse discurso ideológico dominante e, consequentemente, desvelar a outra história.

1.3 Bráulio Rodrigues: protagonista de uma história da Baixada à contrapelo

Bráulio Rodrigues da Silva foi uma liderança importante e fundamental de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, e, por consequência, da Baixada Fluminense.

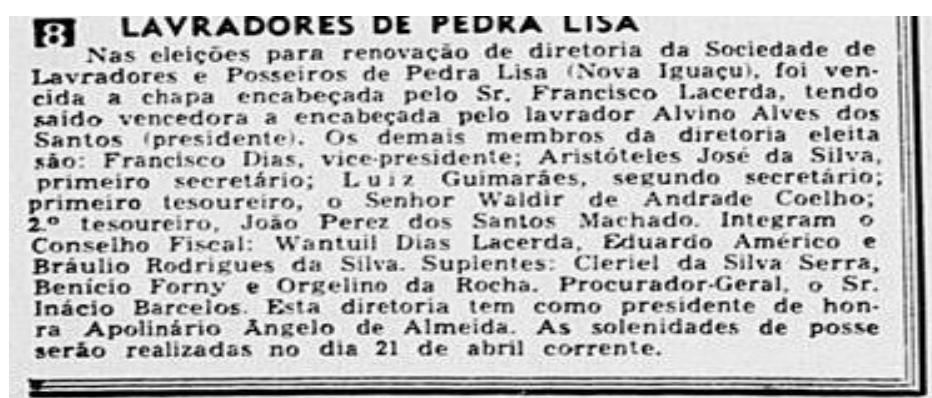
10 Todos os personagens importantíssimos da disputa e litígio camponês da Baixada.

11 Entrevista concedida por SILVEIRA, ROMÁRIO. Anexo IV. [NOV/DEZ E JAN 2017/2018]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. ENTREVISTA. A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo IV deste texto.

Por mais de quinze anos, lutou e participou ativamente da Associação de Pedra Lisa. Como ele mesmo disse: “Eu ajudei a dar um chute na organização, para que eles, depois, seguissem.”.¹² Ajudou na organização, mobilização e luta. Tentou e buscou trazer um exercício de poder mais compartilhado e coletivo, com reuniões populares com todos os lavradores participando nas decisões. Conforme sua narrativa, suas ações não visavam ao lucro, nem à competitividade, mas sim, a busca por representação da comunidade local e suas lutas.

A seguir, recorte do jornal *Última Hora*, com notícia a respeito do processo eleitoral para escolha da mesa diretora da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

Figura 1: Resultado da eleição para Diretoria da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa



Fonte: Periódico *Última Hora*, 13/04/1961. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.

Na imagem acima, reportagem sobre os processos para a escolha da presidência da Associação: tesouraria, conselhos entre outros. Seu Bráulio, nesse relato, exerceu a função de conselheiro fiscal e membro da direção.

Seu Bráulio chegou a presidente e, segundo seus relatos, durante sua gestão, buscou imprimir sentimento de solidariedade e de colaboração mútua entre os lavradores-posseiros. Todos tinham que trabalhar: caso, a entidade estivesse elaborando algum protesto, os associados eram convocados para se mobilizar, em prol da causa. Assim, os membros se deslocavam pelas escolas, onde realizavam palestras para conscientização sobre a importância da terra:

12 Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta dissertação.

“A terra é a vida de vocês, aqui é a vida de vocês. A vida de vocês é aqui nessa terra!”¹³. Tal processo, em fins da década de 1940 e início de 1950, se configurou como uma quebra no paradigma político da época, considerando que atores e sujeitos populares como Zé Matias, Bráulio Rodrigues da Silva, Zé Pureza, dentre outros, passaram a fazer parte de um cenário político que, tradicionalmente, era monopolizado pelas elites.

A questão camponesa virou um problema estadual e nacional: diversos outros movimentos de lavradores e posseiros eclodiram, na Baixada e no estado do Rio de Janeiro. Tais movimentos se originaram de organizações populares criadas, a princípio, como forma de resistência contra a violência e a injustiça de grileiros. Depois, essas organizações se transformaram, em pauta frequente de discussão, no cenário político brasileiro¹⁴ , considerando que, em meados das décadas de 1940, 1950 e início de 1960 — antes da instauração da Ditadura Empresarial-Militar, em 1964 — lavradores que se autoidentificavam como “posseiros” eram uns dos principais atores políticos e sociais da Baixada Fluminense. Esse protagonismo fez um diferencial, em termos sentimento de libertação, considerando que contribuiu para quebra do sentimento de subalternidade que, em muitos casos, estava enraizado política e culturalmente no camponês. Nesse sentido, ao conseguir conquistas diversas em âmbitos estadual e nacional.¹⁵

Bráulio, através de seu engajamento político e de sua liderança, juntamente com outros companheiros, ressignificou a luta de classes na Baixada, nas décadas de 1950 e 1960, por meio de sua contribuição para consolidação de uma classe popular camponesa emergente na Baixada Fluminense. Esse líder não aceitou a marginalização e a derrota que lhe foi imposta. Fundou e ajudou a organizar a escola de alfabetização de adultos na Associação de Lavradores de Pedra Liza e, por mais de 15 anos, esteve ao lado dos camponeses que resistiram aos avanços e golpes dos grileiros e interesses da elite latifundiária e política da Baixada Fluminense. ¹⁶

13 Idem nota 2. Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I.

14 GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp.147-159.

15 Ver o periódico já citado Imprensa popular de 24/12/1958, p.6 e MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.22 2008.

16 Além da Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Liza, em décadas posteriores, Bráulio participou do MAB- Movimento amigos do Bairro; da CPT- Comissão Pastoral da Terra. Participou no governo de Brizola no que tange aos assuntos fundiários “Pedra Liza é nossa.”

Por que Bráulio é protagonista de uma história, na Baixada, a contrapelo? Porque, apesar de determinados setores dominantes não quererem que Bráulio questionasse, criticasse e que, juntamente com os lavradores, organizasse a Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, ele, mesmo depois de várias vezes preso, permaneceu convicto de seu papel como sujeito transformador de sua realidade. A contrapelo, pois ele lutou para escrever, com sua prática, a história das classes populares, motivo pelo qual foi torturado, perseguido e quase morto.

Figura 2 : Bráulio Rodrigues da Silva



Fonte: Carneiro; Cioccari (2011).

Bráulio Rodrigues da Silva chegara a Pedra Liza, clandestinamente, em 1948, e começou ajudando e assumindo tarefas na associação de lavradores. No começo, estava ainda espreitando e observando, conforme descreve Carneiro; Cioccari (2011, p. 195). Com a morte de Zé Matias, Bráulio, juntamente, com Agenor Correia Porto se tornou figura importante na continuação da luta e resistência dos Lavradores de Pedra Liza, devido à sua experiência no Partido Comunista, em Petrópolis, que lhe conferiu habilidades para contribuir com a organização dos lavradores.

Bráulio salienta, em seus relatos que a luta, a aprendizagem, a resistência e a organização, em Pedra Liza, se configuraram como uma escola, na qual pode perceber a relevância do movimento camponês (Medeiros, 2008, p. 24). Nesse processo de organicidade, juntamente, com os companheiros de Pedra Liza, Bráulio conseguiu ser recebido pelo governador do estado, Roberto Silveira (PTB) e pelo presidente da República, João Goulart. O resultado desses encontros foi a aprovação para desapropriação e a posse das terras, que vinham sendo reivindicadas pelos lavradores.

(...) nós chegamos a ir pro Palácio do Ingá. Chegamos às 14h ao Palácio, mas Roberto não estava. A esposa dele disse que nós íamos esperar um “bucado” de tempo porque ele não está, mas vocês vão comer e beber aqui. Levamos 400 pessoas no Palácio do Ingá e ele chegou era 23h e nós esperamos e não arredamos o pé de lá. Aí ele, Roberto, fez o ato de desapropriação das terras de Pedra Liza e deu as terras pra gente (Informação verbal) ¹⁷

Todavia, esses avanços não impossibilitaram as ações violentas dos grileiros como destruição de moradias e de plantações. A luta e a resistência desses trabalhadores e lavradores rurais significaram uma mudança na configuração social, política e cultural na Baixada Fluminense, antes, dominada, apenas, pelas elites. Conforme nos indica Freire, ao descobrirem o opressor, os oprimidos “se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor” (Freire, 2013, p. 72) Mas, conforme também nos indica Alves:

O movimento social que criaram foi para recente história da Baixada uma das melhores expressões da capacidade de mobilização, de organização e de empreendimento político por parte de setores populares tradicionalmente desprezados pelas elites locais e pelos seus representantes políticos e culturais a presença desses novos atores na cena política do Estado do Rio de Janeiro não ocorreu, porém, sem dificuldades e polêmicas. (Alves, 2003, p.73.).

Os posseiros e lavradores emergiram no cenário social e político da Baixada Fluminense e em municípios, como Nova Iguaçu, onde se encontravam Associações de Lavradores. Esses sujeitos se configuraram como atores políticos, que representavam as causas do camponês contra os grileiros e as Companhias de loteamento¹⁸. A voz desses sujeitos, antes silenciada por fuzis e metralhadoras, passou, lentamente e de várias formas, a ganhar espaço, no cenário político da Baixada Fluminense e do Estado do Rio de Janeiro. Foi na luta, na resistência contra os despejos, nas ocupações, nos embates enfrentados, que se gestou a organização combativa dos lavradores de Nova Iguaçu. Nesse

17 Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta monografia.

18 GRYNSZPAN, Mario. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignes (Orgs). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Editora UNESP, V.1, Brasília, pp. 48-49, 2009.

sentido, começou o processo de cooptação e integração dos movimentos dos lavradores pelas instituições, classes, partidos e afins.¹⁹. Assim, os posseiros surgiram como uma classe social e política que emergia no cenário político do Brasil, conforme Medeiros (1989, p. 25)

Uma outra frente de conflitos que se abria no período era em torno da expansão da fronteira agrícola, com posseiros se enfrentando, muitas vezes de forma violenta, com os grileiros que lhes queriam tirar a terra. Esse tipo de luta verificava-se em diversos pontos do país, com suas marcas características: plantações destruídas, casas queimadas, jagunçagem etc. Eram frequentes no Paraná (norte e sudoeste), São Paulo (extremo oeste), Goiás, Rio de Janeiro (Baixada da Guanabara, Cabo Frio, São João da Barra), Espírito Santo. Dentre os conflitos por terra que ficaram mais conhecidos na época destaca-se o de Porecatu, no Paraná, onde os posseiros resistiram armados, visando a paralisar os despejos, em curso. Esse conflito ficou inclusive sendo conhecido por Guerrilha de Porecatu.

Num dos casos já citados, com a liderança de Bráulio Rodrigues da Silva, nos despejos da Fazenda São Pedro, em Nova Iguaçu, os lavradores, mediante a ação judicial em favor dos grileiros, foram até a sede do governo em Niterói, no Palácio do Ingá, e cerca de 400 homens, mulheres e crianças ocuparam o espaço como medida de protesto pela perda de suas terras. Mediante a insistência dos lavradores, o governador do Estado do Rio de Janeiro, em 1962, assinou a desapropriação da fazenda. Nesse processo de conscientização e organização, ficou nítida a responsabilidade, a doação, a união e a ação dos lavradores pela causa. Tal processo, segundo Freire (2013, p. 76), se gesta pela responsabilidade total na superação oprimido-opressor.

Desde o começo mesmo na luta pela humanização, ela superação da contradição opressor-oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que aceitam a sua responsabilidade total. É que esta luta não se justifica apenas em que passam a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”.

Os lavradores, de diferentes formas e modos, se organizavam para defender e lutar por suas terras, seja por formas pacíficas, seja pela luta armada, seja por ocupação. Lutaram contra as correntes que lhes relegavam a um lugar inferior, marginalizado. O direito à terra, bem como de sua sobrevivência e de sua família e a perspectiva de ver-se em desamparo e degradação, os impulsionava para a

19 Ibid., p. 49-50.

luta e resistência. (Grynszpan, 1987, p. 74) Bráulio Rodrigues da Silva, nesse sentido, foi um importante e fundamental liderança de Pedra Liza. Por mais de quinze anos lutou e participou, diretamente, na Associação de Pedra Lisa.

Como narrado por Bráulio: “eu ajudei a dar um chute na organização para eles depois seguirem.”²⁰ . Assim, esse líder foi pioneiro na organização, mobilização e luta, em prol da defesa dos direitos sobre a terra. Em sua gestão na associação, buscou promover gestão democrática, por meio de reuniões populares, em que todos os lavradores pudessem ter voz e vez nas decisões. Conforme sua narrativa, não visava ao lucro, nem a competitividade.

Em termos de organização populares, no bojo dos conflitos por terra, no Brasil, estavam dois tipos de organizações: os sindicatos e as associações civis, representadas por ligas, associações, uniões e irmandades. (Medeiros, 1989, p, 26). Essas importantes organizações camponesas contribuíram para o desenvolvimento e consolidação da questão camponesa, no Brasil, no início da década de 1950, conforme Medeiros (1989, p. 26):

Os sindicatos eram a organização dos trabalhadores que, de alguma forma, podiam ser considerados como assalariados, como era o caso de colonos, moradores, camaradas. Na leitura das forças políticas que então apoiavam as lutas no campo, a sindicalização seria a forma mais eficiente de luta por direitos trabalhistas e encontrava respaldo legal na CLT, que a permitia, embora não a regulamentasse. Foi com base nessa legislação que alguns sindicatos conseguiram reconhecimento, pelo Ministério do Trabalho, já em meados dos anos 50. As associações civis, por sua vez, destinavam-se aos que de alguma forma tinham acesso à terra (posseiros, arrendatários, meeiros etc.) e cuja luta se voltava principalmente contra os despejos, aumento de renda etc., culminando nas demandas por alterações fundiárias.

A Associação de Lavradores e Posseiros foi a forma que os camponeses, de Pedra Lisa, tiveram para organizar-se e lutar contra os avanços do Capital Imobiliário, que surgia na Baixada, em meados da década de 1950. A Associação buscava mostrar a função social e política da terra aos agricultores lavradores “A terra é a vida de vocês, aqui é a vida de vocês. A vida de vocês é aqui nessa terra!”²¹

20 Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo I deste texto.

21 Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo I deste texto.

Não queremos favor seu repórter, queremos é trabalhar em paz. Temos ou não temos que defender com sangue nossas terras, seu repórter? Todos aqui trabalham sol e chuva. A lei da associação aqui é esta: quem trabuca, não manduca. Conheço essas terras como a palma da minha mão.²²

Pelas palavras do lavrador Aristóteles, de Pedra Lisa, existia todo um simbolismo sobre a terra para os lavradores. A terra era lavrada e através dessa relação trabalho-terra, trabalho-família, terra-lar era produzida uma identidade, um capital simbólico sobre o espaço onde os lavradores cultivavam e viviam. Nesse sentido, a luta e defesa das terras, com o próprio sangue, carregava uma série de relações e sentidos, pois, para o posseiro, as terras representavam mais que um lugar de trabalho e sustento: havia diversos laços sociais e sentimentais com a terra. A terra significava sua própria existência, sua vida. Por essas concepções, as ações dos grileiros e o despejo vinham carregados de um sentido totalmente, negativo, já que promovia uma injustiça, por meio da negação de direitos.

Nesse contexto, ressaltamos o PCB – Partido Comunista Brasileiro – como uma importante ferramenta de apoio, na gênese da organização da questão camponesa, no Brasil. Criado em 1922, com uma proposta de diálogo e de representatividade dos trabalhadores e com uma agenda política voltada para Reforma Agrária, apenas em 1943, se aproximou dos litígios camponeses, e passou a contribuir para a inserção do camponês como classe política específica (Medeiros, 1989, p. 27). A introdução dessa categoria para designar as “massas exploradas do campo” e que envolvia parceiros, meeiros, rendeiros, posseiros, pequenos proprietários, colonos, moradores etc., estava, intimamente, ligada à concepção que o PCB elaborara para a sociedade brasileira e às propostas políticas interligadas à questão de defesa dos interesses sobre a terra.

Historicamente, o Brasil era marcado por estruturas de sobrevivência feudal, cuja expressão mais evidente era o latifúndio. Esse sistema funcionava como um entrave, impedindo que milhões de camponeses se tornassem um mercado interno para a indústria em crescimento. Nesse contexto, a eliminação do latifúndio e dos latifundiários, enquanto classe, era necessária para o desenvolvimento do capitalismo e contaria com o apoio de diferentes grupos sociais. Além do interesse dos camponeses, que seriam libertados da miséria

22 Imprensa Popular: 28/12/1958.

e da opressão, e do proletariado, a burguesia industrial nacional também se beneficiaria com o fim do latifúndio, pois isso liberaria forças produtivas no campo e ampliaria os mercados. Assim, formava-se a base de uma revolução de caráter democrático-burguês, na qual a reforma agrária teria papel central. (Caldart, 2013).

A partir de tais conjunturas e dissoluções, se desdobrou a Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. A organização dos Lavradores seguiu uma conjuntura nacional, porém, teve seus avanços e desdobramentos mais abrangentes e mais rápidos que os demais movimentos camponeses, no cenário brasileiro. Como vimos, em diálogo com os periódicos e com a memória de Bráulio Rodrigues da Silva, na sua gênese a organização popular, em associação dos lavradores, se desencadeou, sem interferências políticas diretas, apesar de haver contatos com membros do PCB e diálogos sobre o início da Associação.

Tal processo, em fins da década de 1940 e início da década de 1950, se configurou como uma quebra no paradigma político da época. De uma organização popular, em sua gênese, contra a violência e injustiça de grileiros, ascendeu ao patamar de pauta frequente de discussão, no cenário político brasileiro. (Grynszpan, 1987, p. 147-159). Lavradores, autoidentificados como posseiros, eram, em meados das décadas de 1940, 1950 e 1960, antes da Ditadura Empresarial-Militar de 1964, alguns dos principais atores políticos e sociais da Baixada Fluminense. Nesse sentido, quebra-se o sentimento de subalternidade, em muitos casos enraizado politicamente no camponês, ao conseguir-se acordos em âmbitos estaduais e Nacionais.²³

No âmbito nacional, a questão camponesa, também, avançava com o apoio do PCB, na organização do I e II Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e da Conferência Nacional dos Lavradores. A criação da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil consolidou de vez o camponês na discussão em âmbito nacional. (Medeiros, 1989, p. 33). Dialogando com Grynszpan e Medeiros, a questão camponesa da Baixada fluminense, em especial de Nova Iguaçu, se diferencia nesse tópico dos demais levantes camponeses pelo Brasil e pelo mundo, pois rompe a lógica de isolamento, isto é, de consciência de

23 Ver o periódico já citado Imprensa popular de 24/12/1958, p.6 e MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.22 2008.

subalternidade com uma atuação política e social ampla, com pleito na República Federal e Estadual.

O camponês era o tipo básico da sociedade tradicional antiga e feudal e, durante muito tempo foi assim, até a “grande transformação”²⁴ e os adventos da revolução industrial. A partir de tal processo, passamos a vê-lo como classe, comunidade, associação, revertendo o processo de subalternização do camponês, mediante o homem da cidade.²⁵ Com a Revolução Industrial Burguesa, o camponês, mediante o avanço do trabalhador assalariado, foi deixando de ser a figura base da sociedade e passando a ficar à margem dos processos e mecanismos sociais.

No processo de transformação e industrialização das sociedades, o camponês, o homem da terra, foi sendo subalternizado, ou seja, de maioria passou a minoria em uma sociedade pautada por repúblicas burguesas capitalistas. Então, quando atores camponeses reaparecem como sujeitos com uma causa, pautados em uma organização popular e lutando por seus direitos, percebemos uma reversão, um combate a essa lógica de inferiorização. Pedra Lisa significou, em sua gênese, uma quebra nesse pensamento industrializante capitalista das repúblicas burguesas capitalistas. Nessa mesma conjuntura surgiram as Ligas Camponesas, no Nordeste, em Pernambuco e na Paraíba.

A organização das Ligas Camponesas serviu como um símbolo, uma inspiração para os camponeses e lavradores do período pré-64. Nesse contexto, diversas figuras como José dos Prazeres, Francisco Julião, dentre outros, fundamentaram a base da luta pela Reforma Agrária (Medeiros, 1989, p. 46).

Em Pedra Lisa, Zé Matias um lavrador semianalfabeto e com pouca – para não dizer nenhuma – bagagem política tradicional e com pouco material bélico, negociou e lutou por suas terras, ao ponto de conseguir uma declaração de posse do Presidente da República Federal. (Medeiros, 2008, p. 22)

Bráulio Rodrigues da Silva, um militante com pouco estudo, do interior de Minas Gerais, ajudou a organizar e a desenvolver um dos maiores e mais significativos movimentos de camponês-posseiro do Brasil. Foi recebido no Palácio do Ingá pelo, então, governador Roberto Silveira, conseguindo unir e

24 Referência ao livro de Karl Polanyi – **A Grande Transformação**, escrito em 1944, no qual o autor trata dos diversos processos que se entrecruzam no processo de expropriação dos camponeses na passagem do feudalismo para para o capitalismo na Europa.

25 HOBBSAWM, E. “Os camponeses e a política” *Ensaios de Opinião*, n.8, pp. 44, 1978.

mobilizar mais de 400 lavradores em prol de um único pensamento: Pedra Liza é nossa. Fundou e ajudou a organizar a escolinha de alfabetização de adultos e, por mais de quinze anos, resistiu aos avanços e golpes dos grileiros e interesses da elite latifundiária e política da Baixada Fluminense. Seu Bráulio, com a ditadura, saiu de Pedra Liza; queria ficar, mas seus próprios amigos o aconselharam a se afastar da localidade.

Depois do golpe de 64, eu tive que sair de lá. Tive que sair. Porque o pessoal mesmo de lá disse: seu Bráulio, a gente não quer herói não. A gente quer o senhor vivo. O senhor aqui vai se prejudicar porque eles vão vir buscar você. Eles tiveram aqui e não te encontraram. Eles estão atrás do senhor. O senhor ainda vai prestar muito serviço e não queremos que você seja preso não.²⁶

Seu Bráulio, como ainda é chamado, foi – e ainda é, pois aos 92 anos, ainda faz história em Magé – um importante líder, não só de Pedra Liza, mas também, da Baixada Fluminense. Posteriormente, na década de 1980, na ambiência da redemocratização, ajudou na ocupação do Assentamento de Campo Alegre e na formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foi perseguido e preso cerca de oito vezes, durante a Ditadura Empresarial-Militar. Contribuiu diretamente com o Movimento Amigos dos Bairros (MAB) de Nova Iguaçu e, ainda, participou da Cooperativa de lavradores de Magé. Certamente, em diversas conquistas da classe trabalhadora e camponesa de Nova Iguaçu, se tem um pouco do Seu Bráulio.

Contar a história de Bráulio Rodrigues da Silva é contrapor a história hegemônica, a história única expressa em Lowy (2005, p. 80-83). Sendo assim, mais que não celebrar a vitória dos vencedores, presume-se evidenciar, ressaltar, resgatar a história dos “vencidos”, que, em um conjunto semântico, aos poucos, se descobrem como vencedores do processo histórico, como atores e personagens da teia social, antes marginalizados. Ao resgatar a história e vivência de Bráulio Rodrigues da Silva, a Dra. Leonilde Servolo de Medeiros nos mostra uma história negada, silenciada.

O livro de Medeiros “Memórias da Luta Pela Terra na Baixada Fluminense” resgata a memória do Seu Bráulio e nos ajuda a reconstruir as histórias do grupo, ao qual ele pertenceu. Através da historicidade do sujeito individual, nesse caso,

26 Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo I deste texto.

Bráulio Rodrigues, podemos nos achegar, mais perto, do movimento camponês dos trabalhadores rurais do Rio de Janeiro, nas décadas de 1940 a 1960, especialmente, de Pedra Lisa e dos Lavradores que ali resistiam.

Thompson (1992, p. 24). Afirma o seguinte: “São as organizações maiores e mais bem-sucedidas que normalmente deixam registros ou encomendam a história”. Assim, pessoas comuns, populares como seu Bráulio, por maior que sejam seus feitos e conquistas, são esquecidas e silenciadas por mecanismos dominantes e excludentes – quer pela versão construída pela historiografia “oficial”, quer pela perspectiva dada pelas elites dominantes na própria dinâmica social.

A escola, em que seu Bráulio foi proibido de entrar, em 16 de setembro de 2016 para o encontro de Pesquisadores sobre Pedra Lisa não era mais a escola que ele ajudara a construir. Essa escola estava agora a serviço do Estado, da prefeitura de Japeri, e não mais, a serviço dos lavradores e posseiros de Pedra Lisa, quando fundada na década de 1950. Estrutura é a mesma, mas o pensamento, a educação ensinada, os atores e agentes educacionais não eram mais os mesmos. Conforme Romário Silveira:

A escola de hoje não é nem sombra do que já tivemos. Jordan, meu amigo: jovens que quisessem e tivessem dispostos a pesquisar... É sobre os pretos, a festa do Boi Bumbá e as tradições afro que foram silenciadas em Pedra Lisa. Esse é um aspecto notável, mas que perde importância frente às injustiças classistas.

A Escola que impediu e desprezou a visita de Bráulio Rodrigues serve ao Estado, aos agentes dominadores das estruturas de poder. Tal instituição, mesmo lutando contra isso, configura-se como uma arma propagadora do pensamento e da historicidade dos vencedores, das classes dominantes, justamente, contra as classes populares. Dialogando com Edgar Salvadore De Decca (1990, p 52-3), notamos que as relações sociais e educacionais vigentes, na escola atual de Pedra Lisa se constituem numa força produtiva dominante.

Figura 3: Desapropriação das terras em Pedra Lisa é uma vitória dos Lavradores – Posseiros.



Fonte: Periódico Voz operária, 19/07/1958. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.

O episódio envolvendo S. Bráulio nos leva a questionar: diante de tamanha importância política e social, como tal personagem pode ficar esquecido pelo poder público e pelos educadores de um dos municípios, onde essa figura, por sua luta e resistência, contribuiu para a construção? Como, já na velhice, foi impedido de entrar em uma escola pública – a mesma escola que ele ajudara a criar para atender às crianças e aos jovens da Associação de Lavradores e posseiros de Pedra Lisa, hoje localizada no centro de Pedra Lisa, município de Japeri?

Certamente o espaço atual, onde se encontra a escola municipal é, aparentemente, o mesmo da escola de alfabetização da Associação do final de 1950; no entanto, os objetivos da educação, o ideal dos sujeitos que participam e gerenciam o espaço atual público não são os mesmos da época passada. Dialogando com George Orwell: “quem controla o presente, controla o passado”. Iríamos mais longe: quem controla uma educação excludente e desconexa da realidade, no presente, realiza a produção do esquecimento para o futuro, quando os conteúdos sociais da memória dizem respeito às lutas das classes populares.

Sendo assim, quanto menos conhecermos e estudarmos o passado, mais ignorantes vamos permanecer e ser, em relação ao presente e ao futuro. Diversos segmentos das classes populares brasileiras, em quase toda sua totalidade, mediante as grandes empresas midiáticas permanecem manipulados, cegos; alimentando

ódio e preconceito contra sua própria gente. Esse paradoxo está interligado à propagação de um discurso elitista, dominante, conservador e preconceituoso, diariamente veiculado e introjetado nas mentes dos sujeitos pelos mais diversos veículos de comunicação da mídia brasileira. Dialogando com Santomé (1995), tais mecanismos fazem parte da cultura hegemônica, que, com seus aparatos de poder e legitimação, silenciam e negam as culturas das minorias, as quais acabam sendo esquecidas e inferiorizadas.

Dialogando com Le Goff, notamos que a memória é a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar certas informações, “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 1996, p. 423).

Observa-se que a memória só é ativada se temos uma memória histórica, social e política internalizada para ser lembrada. As instituições de produção e circulação de memórias oficiais, como museus, escolas e afins, em quase sua totalidade, nos mostram uma memória despolitizada e descontextualizada da história de lutas e resistência popular da Baixada Fluminense.

Nota-se que a Baixada carece de museus e outros equipamentos culturais que busquem reforçar a memória coletiva e social dos moradores de sua região. Outros “lugares de memória” (Le Goff, 1996) — tais como praças, bustos, nomes de ruas, dentre outros — estão, em geral, referenciando-se a nomes da elite e da história oficial, em sua maioria.

Conforme Löwy, tais processos hegemônicos materializam uma história única e oficial e, consequentemente, as histórias, como das classes populares e camponesas, que não se enquadram ou representam uma ameaça, são silenciadas, negadas e criminalizadas. Nesse sentido, projetos populares buscam combater esse pensamento hegemônico. “Acima de tudo, são trazidos de volta modelos grandiosos da história escrita para as vidas humanas” (Thompson, 1992, p. 32).

A história oral, o contato com as classes populares, o resgate proporcionado através da produção de novas narrativas, de novas vozes, dialogando com eles e para eles, pode romper esse silenciamento e o esquecimento. Não basta, simplesmente, “dar” voz, mas criar uma ambiência de ressonância para que essas outras vozes possam ser amplificadas e ouvidas por um público mais amplo,

a fim de reinserir esses atores/personagens das lutas populares em lugares de destaque na narrativa sobre a história da Baixada Fluminense. Não simplesmente “dar” vozes, mas, sobremaneira, “dar” ouvidos (Ramofly Bicalho) Conforme Thompson (1992, p, 32)

Podem também mostrar as pessoas comuns que a história não precisava ser irrelevante para suas vidas. Inversamente, professores estudantes podem tornar-se mais conscientes da imagem que representam para o grande público. E, entrando na vida de seus informantes, adquirem uma compreensão melhor dos valores que não partilham e, frequentemente, respeito pela coragem demonstrada em vidas muito menos privilegiadas do que as suas.

A entrevista, o contato com as classes populares e sua historicidade implica numa ruptura, numa quebra do abismo entre as instituições educacionais e acadêmicas e o mundo, entre o profissional e o público comum, entre os grandes acontecimentos e a vida das pessoas “comuns”. (Thompson, 1992, p. 32). Além disso, a perspectiva dos oprimidos e a intencionalidade de inserir essas outras vozes, historicamente, excluídas pela historiografia tradicional, são capazes de instituir esta outra história a contrapelo, ou seja, uma história e memória que querem que seja esquecida. Decerto, que o processo de esquecimento e de silenciamento contribui para a manutenção dos privilégios da classe dominante, para sua salvaguarda, e corrobora para o conformismo, para o medo. Para a procrastinação da crítica, da rebeldia, da revolução (Lowy, 2005, p 72-5).

Nem iremos nos aprofundar no currículo de História das escolas: extensos conteúdos sobre Revolução Francesa, Independência dos EUA, II Guerra Mundial, Guerra Fria e tudo mais...E nada, nada sobre história da Baixada Fluminense. Como professor de História, tenho propriedade para mencionar tamanho esquecimento. Dialogando com Santomé, quando prestamos o mínimo de atenção às propostas curriculares e temas abordados, na maioria das instituições de ensino, notamos presença das vozes que chamamos de hegemônicas.

As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação (Santomé, 1995, p 161)

Poucos são os vestígios, que nos lembram a história das lutas pelos direitos dos trabalhadores camponeses, da Baixada. Conforme Padrós (2013, p.12).

Lembrar o passado é um elemento essencial na conformação da identidade, individual ou coletiva. A necessidade de lembrar é, talvez, a principal atribuição da memória. Sem memória não existiriam referências ou experiências. A memória individual que interage com a de outros indivíduos, vincula-se à memória do grupo, formando parte dessa memória coletiva.

A capacidade de lembrar nos possibilita formar uma “identidade social e cultural”, ter um viés político de construção de “identidade” que vai combater a hegemonia do pensamento das elites dominantes, que busca deslegitimar as ações de agentes políticos e sociais do passado, a fim de desconstruir lutas e ideologias, no presente e futuro. Todavia, dialogando com Padrós (2013), percebemos que, se são os indivíduos que lembram, são os grupos sociais que determinam o que deve ser lembrado e como deve ser. E tais grupos sociais, de uma forma hegemônica e monopolizada, controlam o que se deve lembrar e como se deve, produzindo processos deliberados de esquecimento, ou mesmo de confisco, de expropriação das memórias das lutas dos trabalhadores, dos grupos sociais menos favorecido, à margem de seus interesses.

Nessa perspectiva, o ensino de História seria uma grande ferramenta contra esse sistema hegemônico de esquecimento e silenciamento na busca por uma memória coletiva, conforme Carreteiro, Rosa e González (2007, p. 20).

Podemos falar em memória coletiva (Halbwachs, 2004) para nos referirmos a processos de lembrança e esquecimento produzidos em coletividades, que se apoiam em instrumentos de lembrança, sejam objetos materiais (monumentos comemorativos, a toponímia urbana e geográfica, nomes de prédios ou navios, imagens impressas em papel moeda), mediadores literários (relatos, mitos etc.), sejam rituais (comemorações, efemérides). Eles atuam como material, como argumento e como roteiro para a representação (sempre dramatúrgica) de algo já desaparecido, mas que tem utilidade, pelo menos para alguns que participam, executam e dirigem os atos de lembrança que sustentam sobre artefatos culturais

Sendo assim, “lembra” e “preservar” as memórias da luta e resistência dos lavradores e posseiros, dos trabalhadores, dos agentes sociais, culturais e políticos é fundamental, pois não podemos cair no engodo da memória globalizada e alienante, que sabe de cor todas as músicas do Michael Jackson,

mas é indiferente perante as pessoas que deram a vida, literalmente, pelos direitos que hoje gozamos e usufruimos. Ainda segundo Padrós (id, ibidem):

A capacidade de lembrar possibilita a preservação dessa base comum de elementos (de ordem política, social e cultural) transformados em referência e identidade nas relações sociais de cada um dos coletivos. Portanto, *o lembrar* preserva as vivências da coletividade, do grupo social; *o lembrar* preserva, para as novas gerações, a complexa experiência histórica acumulada, e isso coloca um outro desafio para o tecido social, o da imperiosa transmissão desse legado; assim, esta é outra necessidade vinculada à memória (seja através dos mecanismos da tradição oral, dos materiais escritos ou dos denominados vestígios).

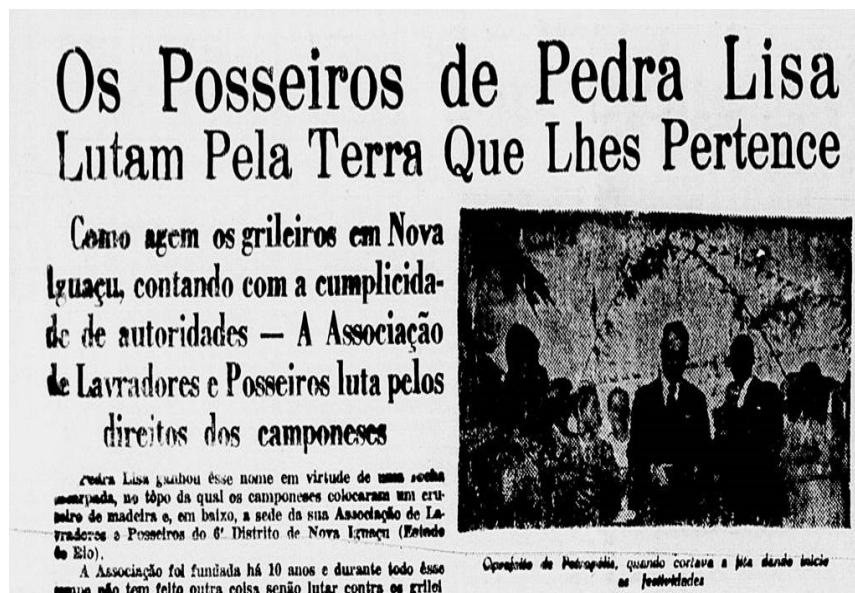
A explosão das informações, a conectividade, a rapidez, a fluidez; a superficialidade das informações trouxe um fenômeno de inchaço de conteúdo que corrobora para absorção de coisas desnecessárias e, assim, para o descaso com a identidade social e coletiva. Os silêncios e os não-ditos ecoam nas ruas, vielas e becos da nossa Baixada. Gritos silenciados, mãos serradas pela ganância, famílias despedaçadas pela morte dos que deram mais que a vida pela sua causa, deram exemplo de dedicação, de comprometimento com a defesa do oprimido. Como não falar de José Matias, um dos primeiros líderes da Associação de lavradores de Pedra Lisa, que ajudou a assentar mais de trinta famílias em Pedra Lisa, e que por isso e outras coisas mais, foi assassinado por jagunços a mando da Família Guinle e seus associados. E tantos outros lutadores que foram perseguidos e atingidos pela violência como José Pureza, Bráulio Rodrigues da Silva, Josefina Pureza, Dom Adriano Hipólito.

Nessa busca de resgatar o passado, a memória das comunidades e pessoas populares está a história oral. Conforme Thompson (1992, p, 25)

No sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo de pessoa possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão. A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance. A maioria esmagadora das autobiografias publicadas são de um grupo restrito de líderes políticos, sociais e intelectuais e, mesmo quando o historiador tem a grande sorte de encontrar uma autobiografia no local, época e grupo social de que esteja precisando, pode muito bem acontecer que ela dê pouca ou nenhuma atenção ao tema objeto de seu interesse. Em contraposição os historiadores orais podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito de que perguntar. A entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizadas.

Dialogando com Benjamin, presumira possibilidade de narrarmos, a partir da perspectiva das lutas populares, esta “outra” história, ou estas outras histórias, a partir de novas vozes. Com as vozes dos vencidos, dos que não participam das estruturas dominantes de poder, o leitor perceberá, no decorrer desse texto, uma pesquisa participante, uma pesquisa-ação que se debruçará na história das classes populares, dos camponeses de Pedra Lisa.

Figura 4:Luta dos Posseiros de Pedra Lisa por sua terra.



Fonte: Periódico Voz Operária, 27/07/1957. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.

A reportagem publicada em O Jornal Voz Operária nos mostra a ação dos grileiros contra os lavradores-posseiros de Pedra Lisa e, consequentemente, a luta dos mesmos contra ação dos grileiros, na busca por tomar suas terras. Tais grileiros, em conluio com políticos e empresas imobiliárias faziam o trabalho sujo, com ameaças, ferindo e atacando os camponeses da Associação.

Questionamos: A quem interessa o confisco da memória, o silenciamento de atores sociais e políticos que lutaram por direitos na Baixada Fluminense? A quem interessa a maquiagem do que existiu, em favor de uma visão mais amena, quando não totalmente distorcida dos fatos, em que se coloca, muitas vezes, o herói como vilão e o vilão como herói? Certamente tais processos interessam aos grupos e às famílias que, há anos, controlam os meios de produção e comunicação na Baixada. Famílias que fazem de tudo para manter seus amargos privilégios e podres poderes. Segundo Padrós (id, ibidem):

São distorções e mentiras que ocupam o lugar da realidade, simultaneamente, à proibição da procura e difusão da verdade. E isto ocorre independentemente de matiz ideológico. Seja sob ditaduras de direita ou de esquerda, seja sob a ditadura do capital, a memória e a história são vítimas constantes dessa dominação.

Sendo assim, figuras da política local — os agentes públicos municipais (prefeitos e vereadores), grandes empresários e latifundiários — passam a integrar redes de influência com as instâncias federadas (estados e União), em uma lógica de manutenção e perpetuação de seus poderes, mediante o controle do voto, o uso da força e a prática do assistencialismo — e também exercendo influência sobre a memória social. “(...) não é de admirar que o julgamento da história tenha, o mais das vezes, defendido a sabedoria dos poderes existentes” (Thompson, 1992, p. 26).

Na Baixada, agentes do poder local como Tenório Cavalcanti, Família Sessim, Família Abraão David, Família Távora, Telles de Menezes, Soares, Serpa e Bornier simbolizam a reprodução da figura do “coronel” numa dinâmica de reprodução e renovação do mandonismo (Alves, 2003). Além, é claro, da existência de grupos de extermínio, juntamente com a impunidade e a falta de investigações por parte da polícia, que provocam uma conjuntura de medo e descaso, em que se assiste às mais hediondas barbáries praticadas por esses figurões, aparentemente, diante da lei.

A impunidade é um dos mecanismos que funcionam na Baixada como ferramenta de dominação das pessoas, já que, através dela, o medo de se rebelar, de contestar, de criticar, de denunciar é evidente, visto que existe grande possibilidade de seu nome aparecer no jornal *Hora H* como mais um na grande estatística da violência da Baixada Fluminense. Dialogando com Alves (2003), percebemos que o mandonismo — que se estabelece em três pilares: clientelismo, patronagem e coerção — constitui-se em uma das principais ferramentas que grupos e agentes dominantes utilizaram para se manterem no poder, tanto na vida pública como em setores estratégicos privados de suas respectivas regiões *in loco*, na Baixada.

Destarte, é necessário que voltemos à pergunta anterior: a quem interessa o confisco e o silenciamento de atores sociais e políticos que lutaram por direitos na Baixada Fluminense? Certamente, a essas famílias e a esses grupos que

buscam manter seus privilégios e poderes. Percebemos um enfraquecimento da mobilização popular ligado ao esquecimento e ao silenciamento de personagens históricos e um grande fortalecimento, consequentemente, dessas famílias, suas empresas e sua manutenção no poder. Esse processo começou por volta da década de 1960 e teve seu ápice com a Ditadura Empresarial-Militar.

Em relação à preservação da memória dos grupos minoritários da Baixada Fluminense, é crucial ressaltar que, além da perseguição política, há o cerceamento da manutenção do legado desses atores sociais. O confisco de sua memória visa, em última análise, dissolver sua história enquanto construção social e coletiva.

É repugnante constatar que vivemos imersos nesse ardil: o silenciamento e o confisco da memória de nossos concidadãos são, muitas vezes, arquitetados estrategicamente – mesmo que por vias indiretas – para sustentar e desenvolver o interesse sórdido de famílias e grupos que, notoriamente, agem em função de seu próprio deleite. Tal dinâmica, em parte, explica o profundo descaso e o abandono com que a Baixada Fluminense é historicamente tratada pelo poder público.

As memórias desses atores sociais e políticos servem mais do que estímulos e exemplos pela luta por direitos: nos faz lembrar contra o que lutamos, quem são os grupos e famílias que, direta ou indiretamente, nos colocam à margem dos direitos constitucionalmente, estabelecidos. Ressaltamos que o esquecimento das minorias não é mera obra do acaso, é um projeto político e ideológico, que age em várias instituições e representações da esfera política e civil, conforme Carretero, Rosa e González (2007, p. 19).

Por isso, a memória coletiva é feita também de esquecimento; de esquecimento do que, em cada momento, não se considera digno de ser registrado, de esquecimento do que não é memorável, por ser irrelevante, doloroso ou incômodo.

Em síntese, a luta camponesa — em Pedra Lisa, com seu Bráulio; em Xerém, com José Pureza; e em Nova Iguaçu, com o bispo Dom Adriano Hipólito e a Comissão Pastoral da Terra — tem sido silenciada por representar, talvez, um “incômodo” moral, político e social. Incômodo esse sob a ótica hegemônica, pois o resgate dessas lutas por justiça e direitos poderia inspirar a sociedade a reconectar-se com uma identidade crítica, contestadora e transformadora.

Embora não seja simples nomear e classifica os mecanismos hegemônicos responsáveis pelo silenciamento e apagamento desses sujeitos históricos — que tanto contribuíram para a conquista de nossas liberdades e direitos civis e políticos —, é impossível negar sua existência e seus efeitos sobre a memória coletiva.

O processo de combate à história dos vencidos é uma disputa que deve ser enxergada e, sobremaneira, combatida. O Encontro dos Agricultores, Militantes e Pesquisadores de Pedra Lisa, citado neste estudo, é uma ferramenta para acionar e reativar mecanismos de memória das lutas e histórias populares e, assim, do campo. São ações que podem — e assim o foi — animar e avivar a luta que já estava calejada, adormecida ou desacreditada, quando não, servem, tão igualmente, para desmistificar a história dos vencidos para a nova geração.

A conscientização, a preservação e o resgate da memória das classes populares talvez sejam um dos maiores desafios que os movimentos populares e do campo enfrentam na atualidade. Desse modo, a organização de eventos, reuniões e assembleias, das quais participei em Pedra Lisa e relatamos mais adiante, configura-se como um mecanismo de acionar a memória das lutas populares e preservá-la.

Cabe, no resgate da história e da vida das classes subalternas, desprivilegiadas e dos derrotados, uma ferramenta contra esse poder hegemônico, pois tais grupos foram arrancados, com armas de fogo, da história da Baixada. Sonhos, conquistas e vitórias foram distorcidos pelos vencedores, conforme Thompson (1992, p. 26).

O historiador da educação passa a preocupar-se com as experiências dos alunos e estudantes, bem como com os problemas dos professores e administradores (...) O historiador social pode passar dos burocratas e políticos para o mundo dos obres, e aprender como o pobre via o funcionário da assistência social.

A Educação do Campo, nesse sentido, é uma ferramenta fundamental na construção e valorização de uma identidade coletiva e, consequentemente, do resgate dos agentes que lutaram por direitos e liberdades políticas para o campo na Baixada. Nesse sentido ressaltamos aqui, alguns aspectos da luta local pela terra, junto com análise crítica sobre a importância contemporânea da Educação do Campo na preservação dessa memória, como ferramenta de

continuidade dos diretos conquistados. Conforme Carreteiro; Rosa e Gonzalez (2007, p. 19)

Por isso, há disputas pela memória e inclusive combates pelo controle da memória coletiva. Essa dinâmica de recordações e esquecimentos faz com que a memória (pessoal e coletiva) seja sempre dinâmica. Cada presente não oferece apenas sucessos, mas também, fabrica registros para memória futura; não apenas registra fatos e ignora outros que acontecem neste momento, mas escolhe recordar ou esquecer também o que recebe do que já é passado, nesse momento. Por isso, um coletivo, para seguir sendo, tem que negociar sua memória coletiva: o que lembrar, o que esquecer e como negociar o que é glorioso ou vergonhoso para todos os componentes ou para alguns deles.

Resgatar a memória da luta camponesa, na Baixada Fluminense, é resgatar a própria história da Baixada Fluminense. A Educação do Campo, a História Social e Oral, a pesquisa participante são ferramentas que podem contribuir para resgatar e reconstruir sentimentos e pensamento acerca de fatos, identidade de pessoas, conhecimento sobre regiões e seus costumes. Todos esses elementos devem ser observados como valiosas fontes históricas, considerando sua contribuição para formação das multiplicidades culturais das classes populares da Baixada.

A Educação Popular, sobretudo, pode — e deve — promover a emancipação humana e o despertar de uma consciência identitária, entrelaçada à história das pessoas que lutaram pela construção da sociedade em que vivemos.

Nos espaços vinculados aos poderes hegemônicos, impõe-se o desafio de resgatar memórias individuais e coletivas, combatendo a contrainformação que gera confisco, silenciamento e esquecimento. Atualmente, diversos aparelhos ideológicos atuam como agentes de contrainformação e disseminação da ideologia dominante — entre eles, revistas, jornais, programas de televisão, novelas, séries e outros meios de comunicação de massa.

CAPÍTULO 2

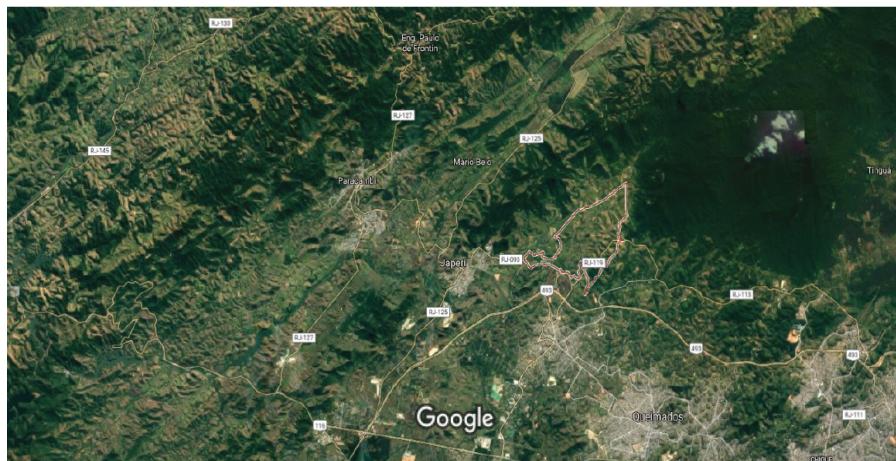
ECOS DAS LUTAS CAMPONESAS EM PEDRA LISA NO CONTEXTO DA BAIXADA FLUMINENSE DÉCADAS DE 1950 E 1960

Igrejas e suas freguesias, criação de estrada de ferro e chegada do progresso, comunidades agrícolas, educação do campo, plantações de laranja e representatividade política e econômica, lutas camponesas, disputas por terra, violência, industrialização, exploração mobiliária, são fatores presentes na história de Nova Iguaçu.

2.1 – Aspectos históricos de Nova Iguaçu

Esta seção apresenta síntese do processo de desenvolvimento socio-histórico e geográfico de Nova Iguaçu, visto que para entender a implementação da Educação do campo no município, é preciso conhecer os atores e fatos que conduziram a esse caminho.

Dialogando com Grynszpan (1987), Alves (2003) e Gomes (2015) percebemos que a ocupação da Baixada Fluminense, como em boa parte do Brasil, se deu pela fé, a partir de freguesias ligadas a grandes paróquias da Igreja Católica. Antes de qualquer coisa, o termo Baixada Fluminense deriva de Baixada da Guanabara ou Recôncavo da Guanabara, como também, era conhecida a região. Em quase toda sua totalidade, os atuais municípios surgiram da Vila Iguassú, atual município de Nova Iguaçu.

Figura 5: Mapa Atual do bairro de Pedra Lisa, fazendo parte de Japeri

Fonte: Google Maps, acessado em 05/10/2017.

O entorno das igrejas havia aglomerações chamadas de freguesias. Aos poucos esses locais propiciaram a existência de vilas, cujos nomes eram ligados a tanto à devoção católica quanto à região: Nossa Senhora do Rio Pilar, São João de Meriti, Nossa Senhora da Piedade do Iguassú.

As freguesias ficavam, perto das margens dos rios, que se constituíam nos caminhos da época, do trânsito das tropas, do ouro e do café. Em 15 de janeiro de 1833, a povoação de Iguassú foi elevada à Vila (Vila de Iguassú). A sede dessa nova vila era chamada de Iguassú Velho, devido ao crescimento desse povoamento, próximo à Igreja de Santo Antônio da Jacutinga, atual Santo Antônio. Toda a região era composta por um vasto território insalubre, devido a imensas áreas alagadas, mas, mesmo assim, o local passou a exercer uma grande influência sobre as regiões adjacentes, porque a cultura da laranja, na década de 1930, fez com que a localidade fosse nacional e internacionalmente conhecida.

O século XIX foi de progresso e de decadência para Vila Iguassú. Um fato bem marcante foi a construção da Estrada Real do Comércio, que propiciou grande evolução econômica e populacional, já que a estrada tornou o fluxo de produtos mais rápido, de modo que substituiu, em grande parte, o escoamento de produtos pelos rios. Assim, a vila se tornou um centro econômico e teve grande aumento no número de habitantes. Outros destaques foram a construção do Porto Iguassú, da Fazenda São Bernardino e da Estrada de Ferro Rio D’Ouro, no século XIX. Esses dois equipamentos dinamizaram ainda mais o transporte de cargas, considerando que um trem ou um barco transportava maior quantidade de produtos em cada viagem (Torres, 2004).

Entretanto, em 1858, foi construída a Estrada de Ferro D. Pedro II, em Maxambomba, e boa parte do comércio foi transferida para essa localidade, que se localizava distante de pontos importantes de comercialização da Vila Iguassú. Nesse momento, houve um esvaziamento econômico de Iguassú.

As ferrovias deram lugar ao deslocamento por canais fluviais, mas continuaram existindo e, durante o período de alagamentos, formavam-se brejos e pântanos que, junto à falta de saneamento básico, contribuíram para a chegada da malária, doença transmitida por mosquito. Esse episódio vitimou milhares de pessoas na região do Rio Iguaçu.

Em 1891, a sede da Vila Iguassú foi transferida para a Vila de Maxambomba, que ficava perto da Estrada de Ferro D. Pedro II. Essa vila foi uma sesmaria doada a Martim Correia Vaqueanos, em 1692. O território englobava quase a totalidade das terras do que é, hoje, a atual Nova Iguaçu. Nesse processo de transferência da sede para Maxambomba, visava-se uma ocupação da região que, desde o fim do século XIX, encontrava-se praticamente abandonada (Torres, 2004, p. 101).

A transferência da sede para Maxambomba ocorreu, sobretudo, devido à importância da nova ferrovia, cuja extensão favorecia o desenvolvimento regional. Além disso, o crescimento populacional ao longo de seu trajeto impulsionou a formação de novos núcleos urbanos, que, com o passar dos anos, resultariam em sucessivas emancipações de distritos de Nova Iguaçu. Para se ter uma ideia da dimensão de Nova Iguaçu,²⁷ é preciso considerar que até 1943 – ano da emancipação de Duque de Caxias -, Nova Iguaçu tinha território maior que o Distrito Federal (Rio de Janeiro).

No século XX, Nova Iguaçu, cidade mãe da Baixada Fluminense, ainda tentava resolver problemas de abastecimento de água, saneamento, insalubridade, doenças contagiosas e crise econômica. Tais problemas, somente, começaram a ser solucionados em 1930. Tais problemas poderiam se explicar, dentre outros motivos, pelo tamanho do município. Em 1933, Nova Iguaçu tinha oito distritos que iam de Sarapuí (8º distrito em Duque de Caxias) a Marapicu em Queimados (2º distrito).

27 A localidade passou a ser designada dessa forma pela Lei nº 1331 de 1916

A decadência de Nova Iguaçu teve início com os problemas econômicos e políticos surgidos durante a Era Vargas. A Segunda Guerra Mundial e as condições precárias da Baixada Fluminense contribuíram para a decadência das plantações e o fim do apogeu econômico da chamada “cidade da laranja”. Durante o governo Vargas, o esforço de guerra deslocou o interesse econômico da produção de laranjas para a indústria bélica, levando a citricultura à crise. Os vastos terrenos que se tornaram improdutivos após esse declínio favoreceram, nas décadas de 1940 e 1950, uma intensa onda de loteamentos em Nova Iguaçu e em toda a Baixada Fluminense, à medida que muitos proprietários buscavam vender suas terras (Torres, 2004).

Distritos de Nova Iguaçu como Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti, na década de 1930, já começaram a sentir a urbanização com o processo de loteamento. Na década de 1950, a cidade começou a virar cidade dormitório do Rio de Janeiro. Tal processo também propiciou a povoação e a procura por terras, intensificando sua especulação. Todos esses fatores são relevantes para que se entenda a historicidade que envolve as lutas camponesas, em especial a Educação do campo, que ora estudamos

2.2 - Contexto histórico da Baixada Fluminense na década de 1940 e emergência das lutas camponesas:

A Baixada Fluminense, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, viveu uma intensa agitação social e política. Diversos movimentos sociais e rurais surgiram e emergiram como forma de resistência e luta contra a onda loteadora capitalista, contra a ineficiência do Estado e as péssimas condições dos bairros. Tais movimentos sociais repercutiram não só na Baixada, mas no Rio de Janeiro como um todo.

O desenvolvimento industrial carioca veio carregado de antigas relações de clientelismo, patronato e oligarquias, configurando novas relações entre os atores sociais. A industrialização do Estado do Rio de Janeiro, as obras de drenagem e saneamento do governo federal, em 1938, com o objetivo de colonização e povoação do Rio de Janeiro, se concentraram, em especial, na Baixada: grandes fazendas eram loteadas, ferrovias e estradas eram construídas para facilitar o

escoamento das pessoas para a Baixada Fluminense. Nesse sentido, o capital privado, ligado aos investimentos públicos, desencadeou um êxodo populacional para a Baixada Fluminense. Tais processos iriam fomentar as emancipações dos distritos como Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, que é uma cidade-loteamento.

No entanto, até meados da década de 1930, a região da Baixada era desprezada e vista como uma região cercada por doenças e indiferença pela camada política da capital da Guanabara.

Dialogando com Mário Grynszpan (1987), percebemos que o problema da Baixada não era apenas o abandono, mas também as inundações e doenças, como a malária, que assolou a região. Com o abandono da localidade pelos senhores de engenho no período pós-abolição e pelos senhores da laranja, do início do século XX, a região retrocedeu em termos de urbanização e moradia. Grandes propriedades ficaram abandonadas, e extensos pântanos cobriam boa parte da região, em torno dos rios Iguaçu, Inhomirim, Sarapuí e Meriti (Torres, 2004, p. 183).

Todavia, em 1930, o governo estadual programou um plano de recuperação da Baixada, que incluía obras de saneamento e drenagem (Grynszpan, 1987, p. 27). O local, entre as décadas de 1930 e 1950, foi a região que mais recebeu investimento do governo em relação à drenagem das planícies, à instalação de colônias agrícolas e à abertura e pavimentação de numerosas estradas.

O Departamento Nacional de Obras e Saneamento, juntamente com a Divisão de Terras e Colonização, criados, respectivamente, em 1936 e 1938, organizaram um plano de obras e colonização na Baixada. As obras do DNOS foram um dos maiores investimentos de infraestrutura na Baixada: milhares de pessoas dessecaram pântanos, retificaram rios, abriram canais, tudo isso para possibilitar a povoação. Tais instituições, segundo Grynszpan, visavam combater os problemas do abandono da agricultura e da apropriação indébita de terras. Dialogando com Alentejano (2005, p. 55)

Entretanto, rapidamente, os interesses dos especuladores se sobrepõem e uma série de processos de grilagem se verificam em toda a área da Baixada, dando origem a conflitos intensos pela posse da terra. Isto porque, além dos agricultores assentados nos núcleos coloniais, uma grande quantidade de posseiros dirige-se para a área, atraídos pela possibilidade de se instalar numa área com razoável infraestrutura e próxima a um mercado consumidor crescente e de alto poder aquisitivo, se comparado à média nacional

Sendo assim, as obras, agravaram os problemas, valorizando as terras e a região (Grynszpan, 1987, p 43). Ligados a essas ações, outros investimentos estaduais como a eletrificação da ferrovia Central do Brasil, em 1935, a inauguração da Avenida Brasil em 1946 e a abertura do tráfego à rodovia presidente Dutra, em 1951, possibilitaram a valorização das terras e seu processo de loteamento (Souza, 2004, p. 3). Tais ações ofereceram condições mínimas de moradias e fomentaram a onda loteadora, que fomentou novas relações de poder e dominação

Na década de 40 e parte da de 50, Nova Iguaçu estava buscando uma solução para a crise da laranja, e ao mesmo tempo vê surgir de forma poderosa a indústria de loteamento. Fazendas decadentes eram loteadas e transformadas em verdadeiros bairros. A fazenda da Posse, por exemplo, que foi toda retalhada e transformada em vários bairros. Fazenda Santa Rita também foi transformada e a Fazenda Caioba e Cabuçu.²⁸

Dialogando com Paulo Alentejano (2005), o capital imobiliário foi o principal agente de expulsão maciça do campesinato, do Estado do Rio de Janeiro. Tal processo que vai de 1940 a 1960 é nomeado como “desruralização”: diminuição drástica da população rural do Estado e do poder econômico ligado aos agricultores.²⁹

Os investimentos federais e estaduais na Baixada Fluminense, por volta das décadas de 1930, 1940 e 1950 fomentaram a valorização e a especulação de terras que, por conseguinte, deram gênese às disputas territoriais entre posseiros³⁰, grileiros, agricultores, produtores e moradores locais. Os especuladores, nesse contexto, poderiam ser bancos, empresas imobiliárias, famílias e até órgãos públicos.

O Capital Imobiliário e os processos de loteamento e grilagem mudaram, drasticamente, a configuração demográfica e econômica da Nessa disputa por terras, começaram os despejos e, consequentemente, as lutas e resistências dos lavradores e moradores por suas terras. Seguindo Alves (2003, p. 73):

28 Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo II.

29 ALENTEJANO, Paulo Roberto r. A Evolução do Espaço Agrário Fluminense. GEOgraphia – Ano 7, nº 13, p. 49-50, 2005

30 Grynszpan (1987, 2009); Alentejano (2005) explicam que lavradores, autoidentificados como “posseiros” representavam uma classe de trabalhadores rurais que eram oprimidos pelo surto especulativo imobiliário

A mobilização, organização e politização dos posseiros na luta por suas terras significou um marco e uma quebra de paradigma na sociedade elitista da Baixada Fluminense, pois esses sujeitos viraram atores no cenário político do Estado do Rio de Janeiro. A politização da luta campesina, o surgimento organizativo das mobilizações dos camponeses e trabalhadores rurais com as ocupações, desapropriações, manifestações, levantes e a formação da FALERJ, da CPT foram ações desses sujeitos em busca de resistência e direitos.

Posseiros e grileiros travaram grandes embates, físicos e institucionais, pela terra, em Nova Iguaçu. De um lado, lavradores e posseiros lutando pelo direito à terra; de outro, grileiros que representavam grandes empresas ou famílias que se julgavam donas das mesmas, comprando-as, ilegalmente ou facilitadas pelas relações com os aparelhos públicos. Conforme Grynszpan (1987, p. 88):

Posseiro era a categoria utilizada para identificar os diversos tipos de lavradores que lutavam pela terra em oposição aos grileiros. Esse termo surgiu e se consolidou com a própria luta. Foi apenas a partir de meados dos anos 1950 que começou a aparecer nos jornais com maior insistência.

A luta e resistência dos lavradores pelas suas terras tornou-se mais que uma questão camponesa, mas sim, ascendeu a um cenário político e social, pois o despejo era tido como roubo e uma injustiça contra o camponês. Nesse sentido, a noção de direito à terra estava ligada à sobrevivência, bem como, à situação de desespero e ao desamparo que o despejo coloca o lavrador terras (Grynszpan, 1987, p. 41).

A seguir (Figura 6), reportagem do Jornal Última Hora, que documenta os embates entre posseiros e grileiros. Conforme o documento lavradores/posseiros, disputavam terras, em que estavam instalados com suas produções, escolas, associações.

Figura – 6: Ação dos grileiros contra lavradores/posseiros/campões no Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Última Hora, 13/01/1960. Arquivo Diocesano.

Nesse contexto descrito na reportagem(figura 6), lideranças como Zé Matias (José Teodoro), José Pureza, Bráulio Rodrigues, Manoel Jerônimo, Bispo Dom Adriano Hipólito, entre tantos outros, se doaram à questão camponesa e, através de suas militâncias, sacrifícios e vidas, mudaram a luta de classes na Baixada Fluminense.³¹

Na conjuntura nacional, a questão camponesa avançava com as Ligas Camponesas de Francisco Julião. A Igreja Católica tornou-se, a partir de 1950, mais sensível aos problemas sociais, ao mesmo tempo, em que se preocupava com o avanço da esquerda e o mal vermelho (comunismo). (Medeiros, 1989, p, 75). O SAR (Serviço de Assistência Rural) orientou e assessorou, na gênese de sindicatos e direitos dos camponeses e, paralelo a essa questão, na década de 1960, o movimento camponês obteve um grande avanço nacional, conforme Medeiros (1989, p, 78), mesmo que por um curto espaço de tempo.

Reconhecida em janeiro de 1964, a Contag assumiu dois compromissos básicos: a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos, bem como da unidade do movimento e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte. Dois meses depois sobreveio o Golpe Militar e alteraram-se os rumos das lutas trabalhadoras e do sindicalismo rural.

31 Sobre lideranças camponesas e lideranças que se sacrificaram pelas lutas campesinas no Brasil e na Baixada Fluminense ver: CARNEIRO, ANA. Retrato da Repressão Política no Campo 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos, Brasília, MDA, 2^a. ed. 2011.

Dialogando com Medeiros (1989,2008 e 2009); Grynszpan (1987 e 2009); Aguiar (2015) e demais autores, percebemos que a grandeza e a multiplicidade do movimento que se rompeu com o golpe de 1964, assim como a disputa pela sua representatividade. A inserção do camponês, no campo político, provocou uma disputa entre instituições, partidos e organizações pela sua representatividade de direitos. Dentro desses avanços, progressos, disputas, retrocessos e rupturas, está a luta camponesa de Pedra Lisa.

Diante desse grande legado e da história de tantos sujeitos que, como vimos, dedicaram suas vidas à luta camponesa e à defesa de direitos civis e políticos, somente a Educação Popular — junto a educadores, pensadores e militantes comprometidos — pode contribuir para a salvaguarda da memória camponesa da Baixada Fluminense.

Precisamos criar espaços, e não apenas ocupar os que já existem. No entanto, observamos que agentes hegemônicos têm obtido êxito em diversas esferas da sociedade, principalmente por dominarem os meios de comunicação de massa e imporem seus valores no mundo da vida.

Como afirmamos, é necessário ir além da ocupação dos espaços existentes: é preciso criar espaços de diálogo com as massas, com a sociedade, com o trabalhador, o agricultor, o jovem, a mulher, o negro e as minorias — justamente aqueles que mais sofrem com o avanço hegemônico das elites e, consequentemente, do conservadorismo.

2.3 – Lutas Camponesas e a experiência de Educação Popular da Escola de Pedra Lisa produzida pela Associação de Lavradores (final 1950 e 1960):

“O Preço de nossa terra é a vida de todos nós”, assim o jornal Imprensa Popular, em 28 de dezembro de 1958, abriu sua manchete, com notícia sobre mais um ataque a lavradores e trabalhadores rurais da “zona conflagrada” de Pedra Lisa. Houve uma tentativa de despejo impetrada por grileiros, policiais e jagunços, a mando da Companhia Fazenda Reunidas Normandia, pertencente à família Guinle, que morava no Flamengo em frente à praia. Tal companhia, segundo fontes do periódico, tinha estreitas ligações com o policial Joaquim de Castro e o pistoleiro

Zé Mineiro e, através, principalmente, das ações desse, realizava tentativas de despejos contra mais de 400 pessoas da região de Pedra Lisa.³²

Pedra Lisa localizava-se, na época, em Queimados, 2º distrito de Nova Iguaçu. Nesse local, há cerca de 30 anos, lavradores vinham cultivando e desbravando a terra. Nesse tempo, foi organizada pelos camponeses uma Associação dos Lavradores de Pedra Lisa. A escola, mantida por essa associação, era de cunho ideológico popular, além de um centro religioso, além do espaço onde os lavradores comercializavam todo o cultivo de suas terras, abastecendo as regiões adjacentes. Segundo o periódico Imprensa Popular, a região de Pedra Lisa, antes dos Lavradores, era um terreno totalmente impróprio e desvalorizado.

Mato e pântano. Viviam cobras e sapos na Fazenda Nacional. Apareceram então os primeiros posseiros, há 35 anos atrás. O mato foi limpo, as valas dragadas, os pântanos aterrados. Ao mesmo tempo, os posseiros iam cultivando aquelas terras devolutas. Por sua vez, o Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense acabou com as febres frequentes ali. Empresas de loteamento abriram estradas.³³

Dessa forma, a Companhia Normandia, no começo da década de 1950, depois de décadas de cultivo e trato da terra por parte dos lavradores, se apresenta como dona da terra. O interesse dos irmãos Guinle, donos da Companhia Normandia, justificava-se depois das ações de saneamento e limpeza das terras do DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento).³⁴

Em primeira mão, a empresa se apresentou como ganhadora de um leilão para corte de lenha e, depois, com um título de posse, sem sequer delimitação das terras. A Cia Normandia, através dos grileiros, realizava incursões violentas contra os lavradores. Em mais uma manchete do jornal Imprensa popular com o título: Resenha Fluminense: violência contra os lavradores do 6º distrito de Nova Iguaçu são relatadas as atrocidades dos grileiros da Cia Normandia. Tais atrocidades foram tantas, que os posseiros tiveram que recorrer ao deputado Geraldo Reis para denunciar a violência:³⁵ casas queimadas, plantações destruídas e, ainda, ameaças de morte. Crianças, mulheres, pessoas de idade tinham que conviver, diariamente, com esses conflitos e ameaças de despejos.

32 Jornal Imprensa Popular: 28/12/1954.

33 Jornal Imprensa Popular: 28/12/1954.

34 MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.21, 2008.

35 Imprensa Popular: 02/06/1956.

As empresas e companhias imobiliárias, que adentravam, na região da Baixada Fluminense começavam a se encaixar no pensamento capitalista industrial. Destacamos que em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense, existiam grandes atores com grandes concentrações de terras.

Os proprietários de terra da Baixada Fluminense na época eram a Santa Casa de Misericórdia, o Comendador Soares, a família Guinle, o Conde Modesto Leal, Família Telles de Menezes, os políticos não representavam os anseios do povo e os mesmos adquiriram muitas terras, o próprio Fábio Raunheitti, A família Távora, família Alvarez.³⁶

Como vimos, com a queda da citricultura, as obras de saneamento, ferrovias e estradas sendo criadas, a terra, na Baixada passou a ser a mercadoria mais valiosa. Nas falas de Paulo Freire, podemos enxergar uma síntese desse pensamento: o dinheiro é a medida de todas as coisas, e o lucro, seu objetivo principal. Por isso é que, para os opressores, o que vale é *ter mais* e cada vez mais, às custas inclusive do *ter menos* ou *ter nadados* oprimidos.³⁷ Nesse contexto, os lavradores sentiram a necessidade de se organizar e fundaram a Associação dos Lavradores de Pedra Liza.³⁸

No começo do confronto e gênese da associação, destaca-se a liderança de Zé Matias ou José Tenório e, pouco depois, Bráulio Rodrigues, nomes conhecidos e, saudosamente, lembrados pelos companheiros de militância, na Baixada.

Zé Matias não era ligado a nenhuma expressão partidária, mas tinha uma grande expressão de massa.³⁹ O líder dos lavradores disse que seus companheiros eram gente de fibra e iam enfrentar bala ali! (em Pedra Lisa). Assim, em meio ao avanço da Companhia e dos grileiros, foi se gestando a luta e organização dos lavradores do município de Nova Iguaçu. Mas, não se tratava apenas de uma luta por terras. Para os lavradores, a terra era mais que um meio para sobreviver. A terra era um lar, identidade, a terra era vida. Na fala do camponês Aristóteles podemos enxergar a conotação do que era Pedra Lisa: “Isto aqui é minha vida.

36 Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo deste texto.

37 PAULO, Freire. Pedagogia do oprimido. 54 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra; pp. 62, 2013.

38 Jornal Imprensa Popular: 28/12/1954

39 MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.19, 2008.

Dizer que essas terras não são minhas é dizer que não é meu o coração que bate no meu peito. Quem quiser roubar isso aqui, terá que passar pela vala e cada vala é uma trincheira”⁴⁰.

No estado do Rio, os despejos *eram vistos como procedimento ilegítimo, injusto, contra lavradores que haviam desbravado a terra, tornando-a produtiva, valorizando-a com seu trabalho, seu suor e seu sangue, e mais ainda, que não se recusavam a pagar pela sua utilização.*⁴¹

Sendo assim, o que os grileiros, bem como a Companhia Normandia queria, segundo os lavradores, era visto como roubo e uma injustiça contra as famílias que ali moravam. Nesse sentido, a liderança de Matias e Bráulio foi fundamental para a organização da região contra às ações dos grileiros e das Companhias de Loteamento.

O objetivo principal, no fim da década de 40 e início de 50 em diante, era a especulação imobiliária, ou seja, o povoamento da região da Baixada Fluminense. Os despejos faziam parte de um processo para “limpar” as terras para os loteamentos das Companhias imobiliárias. Então, notamos que esse processo significa um rompimento da função social da terra para os lavradores, pois suas terras ficariam, ao bel interesse das companhias imobiliárias e das famílias detentoras de grandes terras.

Três caminhões por dia- disse-nos- vão para o mercado da Praça 15 carregados de abóbora, cana, aipim, batata, jiló, banana e quiabo. Somos nós que plantamos com o suor de nossos rostos. Nossos produtos são vendidos também na feira de Caramujo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti. Não é justo servir de tico-tico para a Normandia. E como estranhássemos a última frase, explicou: - Sim, tico-tico é que cria e choca os filhotes do pardal.⁴²

Cabe destacar que Pedra Liza tinha uma função econômica de abastecimento das populações da Baixada Fluminense, de forma que cumpria uma função social de fundamental importância para a manutenção da população da Baixada e, também, do Rio de Janeiro. Todavia, o interesse dos grileiros seria a valorização das terras ocasionadas, principalmente, pela realização de

40 Jornal Imprensa Popular: 28/12/1954

41 GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp.71.

42 Imprensa Popular: 28/12/1958.

obras públicas, ao longo da Baixada, como estradas e saneamento. O empecilho era o fato de os lavradores, em cerca de mais de 30 anos, terem cuidado das terras, tornando-as férteis e habitáveis.

Destaca-se que o objetivo com os despejos não seria a produção social da terra gerando alimentos, mas sim a especulação das terras e o loteamento para vendas (Grynszpan, 1987, p 51). Com os ataques aos lares e às plantações em Pedra Lisa, os grileiros da companhia Normandia atingiam, também, o mercado carioca de legumes e verduras e frutas, pois, os lavradores abasteciam, diretamente, o mercado municipal do Estado do Rio de Janeiro, com suas plantações

Frente à onda especulativa imobiliária e aos interesses de famílias e empresas na Baixada Fluminense, a organização e a luta dos lavradores pelos seus direitos, suas terras e seu lar se intensificaram, isto é, fomentou e desencadeou, ainda mais, o processo de organização dos lavradores. Nesse sentido, Zé Matias organizava as pessoas que chegavam, dando lotes de moradia e de cultivo, cerca de três (3) hectares de terra para cada um, e em meio às ameaças, problemas da região e, tendo em vista uma maior organização foi criada, em 1948, a Associação dos Lavradores de Pedra Lisa. Segundo Medeiros (2008, p 25): “Zé Matias era muito querido, ele não explorava financeiramente ninguém, não era petulante, não era agitado, no sentido de maltratar as pessoas. Ele era enérgico. Sabia ler, escrever, mas era semianalfabeto, não tinha instrução de curso primário”.

Os lavradores se reuniam, uma vez por semana, na frente da Associação e, em dia de reunião, cada lavrador levava seu problema para levantar e pedir solução. Posteriormente, os lavradores davam suas opiniões e, afinal, tomavam deliberações em relação ao que plantar, divergências sobre divisão das terras, problemas sobre manter a escolinha, o salário da professora, livros, segurança da região e, quando a região estava sob ameaça de despejo, as reuniões eram mais frequentes.⁴³ Nos relatos de Bráulio Rodrigues da Silva, a Associação, no que tange à organização, não sofria interferência de nenhum partido político, no seu começo.

O Zé Matias arregimentava as pessoas que vinham de várias localidades para Pedra Lisa, pessoas de Macaé, Itaperuna, Miracema se estabeleceram ali e quando chegavam, não iam embora. Pelo contrário, moravam e tinham seus

⁴³ Jornal Imprensa Popular: 28/12/1954 e MEDEIROS, Leonilde. Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Mauad, pp.23, 2008.

filhos, netos, ou seja, a terra era mais que um espaço ocupado para cultivo e produção, a terra era um lar. Esse sentimento de familiaridade, de unidade com Pedra Liza está no centro da resistência e sobrevivência da Associação. Sendo assim, não bastam, apenas, mecanismos organizativos ou ferramentas: a vontade, os laços com a terra, o sentimento de injustiça e de lutar pelo que é nosso iria manter os lavradores em seu “lar”.

Justamente por tais motivos, os lavradores se viam com direitos sobre a terra e a luta era uma afirmação, um combate legítimo, frente à onda da industrialização que começara na Baixada Fluminense. A organização, se deu de tal forma, que Zé Matias pagava uma espécie de pensão para os lavradores, que eram filiados à Associação: em caso de morte, a família recebia uma pequena quantia.

A Associação dos Lavradores consegue pleitear juntamente ao Presidente da República uma autorização de posse de 300 alqueires, em nome da Associação de lavradores de Pedra Lisa; sem dúvida foi um marco não só para os camponeses de Pedra Lisa, mas para as disputas de terras que se instalavam na Baixada Fluminense.

Destacamos que as Companhias, as famílias, as empresas, os jagunços e os grileiros eram ligados às delegacias e, muitas vezes, ao poder político local, o que facilitava a prática de injustiça, a violência, a negação de direitos dos lavradores. “Na década de 50, tinha muita violência na política, quase tudo se resolvia na bala. Tínhamos uma Câmara de vereadores retrógada, elitista e conservadora”⁴⁴. Então, a conquista da posse da terra pelos camponeses de Pedra Lisa configurou-se, também, como uma importante vitória para a causa dos camponeses espalhados pelo Brasil afora

Sem dúvida, a experiência dos lavradores de Pedra Liza teve uma repercussão no Sul do Brasil e âmbito nacional. Servindo também de escola de aprendizagem para lideranças que ficavam um tempo em Pedra Liza bebendo da experiência camponesa no que tange a organização e mobilização.⁴⁵

44 Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo II deste texto

45 Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo II deste texto.

É preciso ter em conta, entretanto, que mesmo com a legalização das terras, em Pedra Liza continuaram os despejos e a violência contra os lavradores. Segundo Medeiros (2008, p 25):

Nós tivemos muita luta, muito despejo. Quando a gente era despejado, saía e voltava no outro dia. Os despejos eram feitos pelos que diziam que eram donos. O que mais me chamou a atenção nesses despejos foi à disposição das pessoas que eram evangélicas.

Os irmãos Guinle, donos da Companhia Normandia, não cessaram as ameaças, que tomaram cenas de terrorismo e brutalidade contra os lavradores: queimadas, perseguições, ateamento de fogo, em casas em Pedra Lisa. Assim, as ações criminosas acabaram com a vida do primeiro presidente da Associação dos Lavradores de Nova Iguaçu, Zé Matias. Um ataque do jagunço/grileiro José Mineiro orquestrado pela polícia local pôs fim a vida de um dos maiores líderes que o movimento de luta do campo de Nova Iguaçu já se ouviu falar⁴⁶. Ainda, hoje, tem uma foto do líder em Pedra Lisa.

O processo de Organização em Associações foi uma quebra de paradigma em Nova Iguaçu. Em Duque de Caxias, também, foi organizada uma Associação de Lavradores e a liderança ficou a cargo de Manoel Marins e Zé Pureza. Sendo assim, ao que nos parece, essa movimentação e organização dos camponeses se gestaram pelos atos de violências dos grileiros, mas acima de tudo por um combate as injustiças e lutas por direitos.

As violências e as injustiças cometidas nos despejos, com certeza, contribuíram para uma aceleração da organização, enquanto associação, porém não podemos atribuir a reação contra os grileiros como única incitação. Segundo Medeiros (1989, p 51):

As associações normalmente tinham sua base nos locais de conflito. Por vezes, elas adquiriam dimensão municipal. Teoricamente, a Ultab as articulava e lhes dava a direção. Ao que tudo indica, porém, essa entidade não conseguia ter presença efetiva nas lutas, a não ser no que se refere a formulações das bandeiras mais gerais. No cotidiano, eram os núcleos locais ou as associações que encaminhavam os conflitos, costuravam alianças, organizavam a resistência.

46 Jornal Imprensa Popular: 28/12/1954

Dessa conjuntura, isto é, da ação das lideranças, juntamente, com a comunidade dos lavradores, bem como a organização com a Associação dos Lavradores, em 1948, em Pedra Liza, teve gênese a luta e a resistência contra os despejos e injustiças. Todavia, um líder só é forte com um grupo coeso e unido, ideologicamente e socialmente. Nesse sentido, a associação dos lavradores de Pedra Lisa permitia isso. Os laços com a terra e o sentimento afetivo pela região foram fundamentais para tal processo. Além de espaço de resolver problemas, era um espaço para organizar, reivindicar, planejar. Dessa forma, a organização dos lavradores ocorreu, também, para resolver problema da comunidade no campo.

A dialética entre opressor e oprimido, muitas vezes, coloca o oprimido como reagente ao opressor, ou seja, o oprimido realiza suas ações, em reação ao opressor. Os posseiros desencadearam, com sua organização e lutas, um processo de humanização da sua causa, pois consideravam sua causa como legítima. Nesse sentido, para quem opõe, humanização dos oprimidos é subversão, assim como sua liberdade. Observemos a fala de Lacerda, um entrevistado neste estudo:

Existia uma propaganda maciça de ligar todo o movimento de Pedra Liza a tudo aquilo que havia de pior no mundo, por exemplo a Cuba e aos comunistas. Buscavam demonizar e inferiorizar o movimento de Lavradores de Pedra Liza.⁴⁷

Essa organização em Associações gerou mais ondas de violência e despejos, por parte do opressor que não se conformava com a resistência do oprimido. Na matéria do Jornal Popular de 29/06/1957, fica expressa tal violência e injustiça, na qual nem as crianças são poupadadas da arbitrariedade.

Dizem que a entrada dos homens para a Associação dos Lavradores e Posseiros do 6º distrito de Nova Iguaçu (Pedra Liza) é que veio a provocar as ações do latifundiário (...). Eram cerca de sessenta homens, armados de fuzis e até metralhadoras. Soldados e civis sob o comando de Jovino e seus dois filhos, que trabalhavam como jagunços do vereador Pimenta. “Foi uma destruição de cortar o coração”, diz Elias.⁴⁸

Além da violência, da negação de direitos, podemos ressaltar outros pontos, nesse depoimento: as ligações dos grileiros e jagunços com poderes

47 Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo II desse texto

48 Jornal Imprensa Popular: 29/06/1957

políticos e policiais do município de Nova Iguaçu (Medeiros, 2008, P 25). Assim, a organização em Associações buscava a luta por direitos, bem como representatividade e um espaço de negociação, em alguns casos, com os grileiros e autoridades locais. A luta pela permanência, na terra, se configura como um projeto de futuro, pois o lavrador vê a terra além do custo benéfico, além da ilegitimidade do despejo, além da prática de injustiça por quem o expulsa (Grynszpan, 1987, p 66).

Zé Matias, com a autorização de posse, negociou muito com os grileiros (o pessoal do carvão, da lenha) (Medeiros, 2008, p 24). Assim, dialogando com Mário Grynszpan e Leonilde Servolo de Medeiros, percebemos que as ações dos sujeitos do campo não podem cair na simplificação de meras respostas, reações e estímulos provocados por um opressor (Grynszpan, 1987, p, 60)

Em relação a essa questão, destacamos que na Associação, discutiam-se diversas outras peculiaridades e problemas, muitas das quais ligadas à terra e à lavoura, questões da escolinha, da divisão das terras. (Medeiros, 2008, p 24) Certamente, reduzir a organização dos lavradores, em torno da luta contra os grileiros será colocá-los, apenas, como reagentes da violência, tirando-os sua autonomia e ações como sujeitos históricos. Decerto que os despejos intensificaram, como vimos, a necessidade de organização e luta, mas a organização não teve, apenas, esse intuito. A Associação buscava proteção, seguridade, resistência e direitos para os lavradores-posseiros de Pedra Liza e, junto com esses fatores surgiram dois marcos culturais: o teatro popular da Associação e a Escola de Alfabetização de crianças a jovens-adultos.

O processo de conscientização e mobilização dos camponeses deixou um importante legado: a fundação de uma escola para os lavradores e dos lavradores. O objetivo era oferecer ensino aos moradores, muitos deles eram analfabetos. E assim foi constituída a escola de alfabetização de adultos de Pedra Liza

Figura 7: Escola de Alfabetização dos Lavradores – posseiros de Pedra Lisa

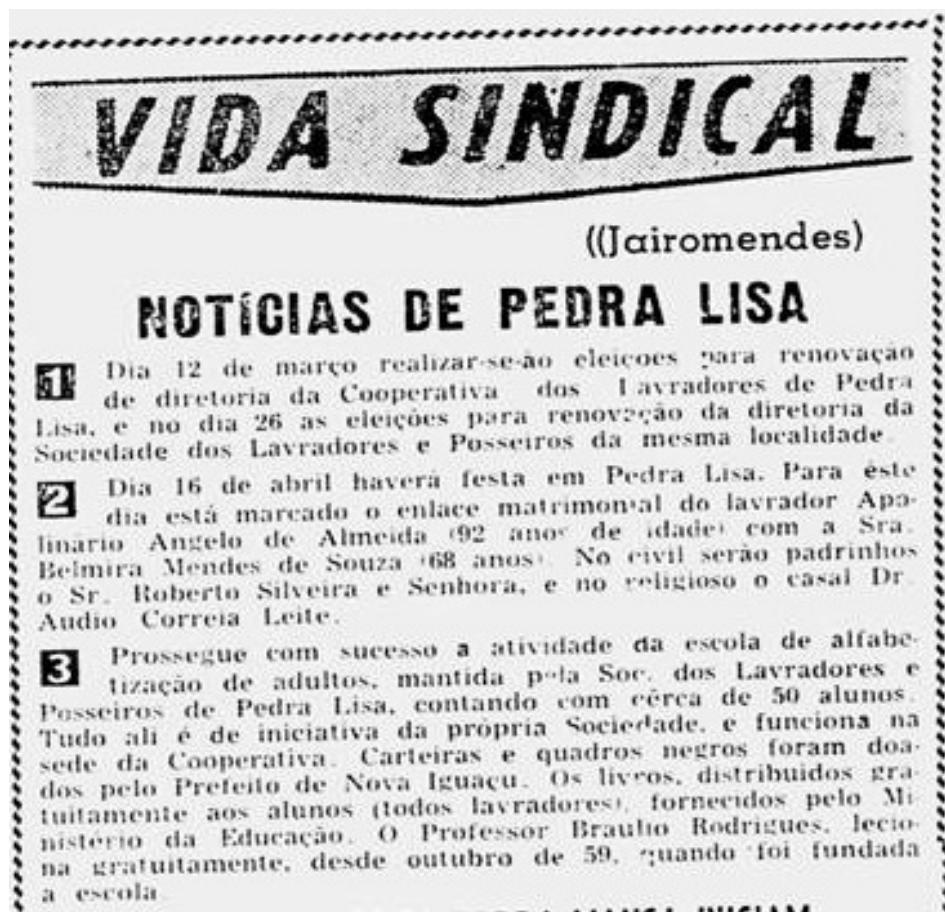


Fonte: Arquivo da Associação de Lavradores de Pedra Lisa. Observação: A unidade foi municipalizada, na década de 1970, mas manteve a estrutura da sua fundação em 1959.

A escola, nitidamente, de cunho popular, era mantida pela Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Liza e contava com cerca de 50 alunos, fundada em 1959. Materiais e livros eram doados pela prefeitura de Nova Iguaçu e Ministério da Educação; de resto, tudo era iniciativa dos lavradores e todos os alunos eram lavradores-posseiros da região. Seu fundador⁴⁹foi Bráulio Rodrigues da Silva. Observemos a reportagem abaixo (Figura 8) que se refere ao funcionamento da unidade educativa:

49 Bráulio foi fundador da Associação de Lavradores de Pedra Liza em 1948 e da escola em 1959.

Figura 8: Entrevista de Bráulio Rodrigues abordando a Escola de Pedra Lisa



Fonte: Periódico Última Hora 08/03/1960. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.

Observe-se a citação ao nome de Bráulio Rodrigues e seu trabalho voluntário, que, conforme o jornal, teve início em 1959. Dessa maneira, nota-se a importância dessa figura para a Educação do Campo em Nova Iguaçu. Tal relevância, contudo, foi totalmente desprezada no contexto contemporâneo (2006), quando Bráulio foi impedido de pisar no chão da escola que outrora ajudara a fundar.

São processos de silenciamento, de apagamento de vozes e de sujeitos em suas lutas. É contra isso que lutamos. É contra isso que a nossa ciência luta. A nosso ver, é a essa gente que a ciência deve servir. Ao direcionar nosso olhar para as minorias, buscamos estreitar os laços entre a academia e o povo. Quando falamos de povo, referimo-nos ao oprimido, ao inferiorizado, ao silenciado. Por meio de nossa escrita, de nossos estudos e de nossas pesquisas, buscamos dar voz e vez àqueles(as) que sofreram e ainda sofrem sob o jugo do opressor. Ao se falar do opressor, pensa-se, de imediato, na violência física; contudo, a violência

não se manifesta apenas no embate corporal. É preciso compreender que ela pode ser simbólica, psicológica e expressar-se no sufocamento do outro — de suas memórias, de sua História. Nesse sentido, entendemos que a fundação de uma escola em um contexto tão complexo quanto o da realidade de Pedra Lisa, no período em análise, constituiu-se como um instrumento de empoderamento. A busca pela aquisição de saberes — em especial a alfabetização, a capacidade de ler, escrever e interpretar o social ao redor a partir dos grafemas e fonemas — pode ser vista como uma forma de adaptação e sobrevivência. Falamos, portanto, de sobreviver ao descaso público com a educação local, que relegava os sujeitos a um mundo sem “luz”. Em diálogo com Paulo Freire, podemos afirmar que a alfabetização talvez seja o sentido mais pertinente e essencial do conhecimento humano, pois alfabetizar-se é conscientizar-se, é inserir-se no mundo, “é aprender a escrever sua vida como autor e testemunha de sua história” (Freire, 2013, p. 12).

Ao observar a escola de alfabetização de Pedra Lisa e seus objetivos educacionais, corroboramos com o pensamento de Arroyo e Fernandes (1999, p. 17-18): o foco de nosso olhar, de nossa investigação, não pode ser, somente, a escola, o programa, o currículo, a metodologia, os exercícios e deveres. Como educadores, temos que olhar e entender a perspectiva da proposta educativa, sua referência no campo epistemológico, no movimento em que vêm se formando um novo homem, um novo jovem, uma nova mulher. Observamos que, na Escola de Alfabetização de Pedra Lisa, os alunos aprendiam sobre a vida. Era um momento em que jovens e adolescentes poderiam parar e pensar, para aprender e transformar-se para uma nova realidade, que estava surgindo para a emergente classe de trabalhadores camponeses da Baixada Fluminense. Segundo seu Moacir:

Significou muita coisa. Era fundamental. Era a única escola da região. Em Jaceruba, Santa Antônio, ao redor daquilo tudo não tinha escola nenhuma. Então a gente não precisava andar muito ou pegar condução para estudar. Pra(sic) mim que não tive mais oportunidade de estudar foi importante demais. Muita coisa que sei hoje, mesmo da terra, aprendi na escola e ensinava aqui pros (sic) meus primos.⁵⁰

50 Entrevista concedida por SILVEIRA, Moacir, ex-aluno da Escola de Alfabetização de Pedra Lisa e agricultor familiar de Pedra Lisa. Anexo III. [setembro 2017]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (23min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo III.

Nesse sentido, a escola de Pedra Liza praticava uma educação voltada para conscientização do aluno, não só através da leitura das letras, mas também do mundo, dos processos e conflitos sociais e políticos que cercavam os lavradores posseiros, no final da década de 1950. Ao aprender a ler as palavras, o lavrador passava a ler o mundo, também, a entender e, por conseguinte, a querer questioná-lo e transformá-lo. Conforme Freire, a educação amplia os horizontes e permite ver, a partir de várias perspectivas (2013, p. 15):

O que antes era fechamento, pouco a pouco se vai abrindo; a consciência passa a escutar os apelos que a convocam sempre mais além de seus limites: faz-se crítica. Ao objetivar seu mundo, o alfabetizando nele reencontra-se com os outros e nos outros, companheiros de seu pequeno “círculo de cultura”

Sendo assim, na escola de alfabetização e nas assembleias da Associação, os lavradores-posseiros iam se descobrindo como sujeitos do seu processo histórico e conscientizando-se, quanto às suas lutas e aos seus direitos contra os grileiros, as empresas loteadoras, as grandes famílias proprietárias de terras e os representantes políticos ligados aos interesses do grande capital urbano-industrial.

Assim, ao se analisar o contexto de fundação da escola dos lavradores em Pedra Lisa, percebemos esses lavradores como sujeitos de sua transformação e educação. Percebemos a capacidade transformadora e criadora desses camponeses. Fazemos consenso com Freire, quando fala que, muitas vezes, o opressor subestima a capacidade do oprimido e não percebe o potencial de resistência que esse sujeito, tido como fraco pode apresentar: (1981, p. 26):

Subestimar a capacidade criadora e recriadora dos camponeses, desprezar seus conhecimentos, não importa o nível em que se achem tentar “enchê-los” com o que aos técnicos, lhes parece certo, são expressões, em última análise, da ideologia dominante.

Com a educação popular praticada em Pedra Liza, os camponeses buscavam transformar a realidade educacional, social e política dos lavradores-posseiros da região. Assim, a construção, gênese e desenvolvimento da Escola Popular de Alfabetização de adolescentes, jovens e adultos em Pedra Lisa, ocorreu a partir deles e para eles, ou seja, foi um movimento, totalmente, genuíno dos anseios e demandas de uma classe que emergia como protagonista no cenário político, da Baixada Fluminense na década de 1950.

Uma busca pela alfabetização na comunidade começou a se formar, em Pedra Lisa, uma busca pelo saber da comunidade que, vista como subalterna, passava a organizar classes populares em volta de uma educação popular. Dialogando com Brandão (2006), percebemos que houve a divisão social do saber: um saber erudito foi propagado por uma ideologia dominante, desqualificando os conhecimentos populares como “menores”. Outro saber, oriundo das classes “subalternas” e/ou classes populares que não se encaixam nesse padrão dominante, viria a ser o “saber do povo”, de modo que esse saber foi constituído, pela visão do erudito, já com diversas cargas ideológicas de “inferioridade intelectual”.

No final da década de 1960, entre as pessoas maiores de 5 anos (cinco anos), cerca de 27,3% da população do Rio de Janeiro era analfabeta, sendo que, nos limites da Baixada Fluminense, esse índice subia para 55,8% (Ferraro, 2004, p. 192). Em uma república nova e com diversos problemas na área de urbanização e industrialização e recém-saída do Estado Novo varguista, a Baixada Fluminense, considerada “o Nordeste sem seca”, também era assolada pela desigualdade educacional, que contribuía igualmente para a desigualdade social, política e econômica. Mais da metade da população da Baixada Fluminense era excluída, de diversas formas e maneiras, do direito de simplesmente ler e escrever. Nesse sentido, ressaltamos que a escola de alfabetização dos lavradores-posseiros era uma pequena ferramenta no combate a essa desigualdade, a essa exclusão — uma forma de resolver isso de maneira própria, sem depender do Estado.

Os índices de alfabetização no Brasil, desde a independência, provocaram grandes debates entre as camadas que buscavam dirigir o país. Sendo assim, os latifundiários e as forças oligárquicas se colocaram contra uma sistematização da escolarização e, assim, uma maior democratização do ensino. Somente em meados da década de 1920, com a formação de “grupos escolares” e espaços públicos voltados para o ensino, tal perspectiva começou a mudar.

Em 1930, o governo provisório criou o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, decretou um conjunto de leis que visava à organização do ensino secundário e das universidades brasileiras existentes. Em 1934, com a nova Constituição, Getúlio Vargas colocou a educação como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e poderes públicos (Josseti, Araújo, 2012, p. 187).

As tendências e orientação político-educacionais capitalistas visavam, em suma, à preparação de uma maior contingência de mão-de-obra para o mercado de trabalho. A educação deveria ser um direito de todos, assim, como hoje, assegura a Constituição (1988) o direito ao lazer, segurança e bem-estar; embora, a consolidação desses pressupostos, ainda, pareça uma realidade distante, já que entre a lei e a execução da lei a vários percalços e pormenores como baixo rendimento, evasão escolar, falta de vagas na educação infantil.

A Baixada, nessa ótica de Estado Novo, foi tratada como massa de manobra e curral eleitoral de politiqueiros e intervenientes do Estado Novo, que queriam seguir “carreira” política. Ainda, hoje, (2025), problemas como saneamento, segurança, saúde e educação, ainda, são problemas na Baixada Fluminense; quem mora aqui sabe do que estamos falando, quiçá, em meados do século XX.

A Escola de Pedra Lisa se tornou única na Baixada, na época. A unidade buscou combater, com iniciativa inicial própria, a injustiça e o descaso embutidos, na desigualdade de acesso ao saber. Assim, resistindo ao contexto adverso, a escola buscava, com suas forças e meios próprios, educar sua comunidade.

A criação de uma escola popular, que visava à alfabetização de adultos se configurava na peça-chave contra essa exclusão e desigualdade social e educacional. A educação, a instrução era um mecanismo de poder e diferenciação na sociedade de classes que começava, a se firmar na Baixada Fluminense. Nesse sentido, a escola de alfabetização rompeu com uma tradição intelecto-social dominante ao fornecer aos lavradores-posseiros um meio de aprenderem a ler e escrever e, assim, se apropriar de algumas ferramentas para se inserir no mundo, passando de espectadores a atores, a transformadores, na teia social da Baixada Fluminense.

A escola de Pedra Lisa era uma preocupação da Associação de Pedra Liza: em suas reuniões dominicais; dentre as deliberações, estava a preocupação em manter a escola. Abaixo trecho que exemplifica a abrangência do processo educativo da unidade de ensino:

Os lavradores dão suas opiniões e ao final tomam as deliberações. Em tais ocasiões são tratados problemas como o do lavrador que tacou fogo no mato e prejudicou seu vizinho. São também tratadas questões como manter a escolinha, pagar a professora e comprar livros (Periódico Última Hora, 28 dez. 1954)

Observa-se, na notícia, uma preocupação com a educação em, não só ensinar o lavrador ou seu filho os processos de letramento, mas também promover conscientização política e social acerca do lugar, em que viviam e dos conflitos que enfrentavam. A luta para criar a Escola e mantê-la significou uma luta pelo simples direito de aprender a ler, de ler o mundo e seus conflitos emergentes que afetavam, diretamente, a vida dos lavradores-posseiros. Em relação aos movimentos de resistência no campo, Arroyo e Fernandes destacam (1999, p 18):

O movimento social no campo representa uma nova consciência dos direitos, à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quanto se reconhecem sujeitos de direitos.

Como vimos, a escola configurou-se como uma ferramenta de alfabetização e de conscientização social e política dos lavradores. Cerca de 300 a 400 pessoas viviam em Pedra Liza, na década de 1950, sendo constantemente ameaçados de despejos e outras formas de violência. Sem luz e água encanada, mas com um enorme desejo de trabalhar, de viver da terra. “A terra é a vida de vocês...”⁵¹ Mais que uma forma de trabalho, mais que um lugar para morar, mais que um lugar para obter lucro, a terra era um lar. A luta pela terra os impulsionava, por conseguinte, a luta por direitos básicos. Nesse sentido, a escola contribui para educar e ensinar aos lavradores- posseiros sobre a importância da terra e sobre seus direitos. Segundo seu Bráulio:

Na escola tinha o estudo e falava-se da importância da terra. Fora da escola tinha-se aulas também com estudo político da terra e de sua importância. Traziam-se professores de Nova Iguaçu para falar disso pro povo. Não devo vender, não devo passar pra outro.⁵²

Nesse sentido, percebemos uma educação que visa a mais que uma conscientização, visa a uma libertação do aluno, libertação do lavrador do estigma que lhe foi imposto de “inferior”, de “incapaz”, de “marginal”, de “analfabeto” e alijado do direito de participar. Ao ensinar e se preocupar com a alfabetização de adolescentes, jovens e adultos, Seu Bráulio e seus companheiros da Associação

51 Ibid., Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I.

52 Ibid., Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I.

estavam preocupados, verdadeiramente, com os lavradores da região de Pedra Lisa. Além de fornecer proteção, de organizar e mobilizar os posseiros, notamos a preocupação educacional- política da diretoria da Associação. Ao ler e escrever, esse lavrador se inseria no mundo, ou seja, saía da margem, do canto, do lugar apenas de espectador e passava a ser ator e transformador de sua realidade. Conforme Freire (1981, p. 39):

Deste ponto de vista, já não são tomados como homens e mulheres marginais, mas como classe dominada em relação antagônica, na intimidade mesma da sociedade, com a classe dominante que os reduz a quase-coisas. Assim, também, o ensino da leitura e da escrita já não é a repetição mecânica de ba-be-bi-bo-bu nem a memorização de uma palavra alienada, mas a difícil aprendizagem de nomear o mundo

Assim, a escola foi um meio de inserção, de interação e de interpretação do mundo, através da leitura desse mundo. A unidade visava a combater o analfabetismo, que chegava a cerca de 95% dos lavradores de Pedra Lisa, na época. Decerto que o movimento dos agricultores de Pedra Lisa, sua união, conscientização, sua resistência foi um dos processos mais emblemáticos e importantes para a questão camponesa, na Baixada Fluminense. Nesse sentido a conscientização e a preocupação com a educação foram fundamentais para o êxito do movimento, pois conforme Freire (2013, p72): “Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘convivência’ com o regime opressor”. Essa descoberta, como salientamos, se deu através da violência, da luta, da resistência, mas, sobremaneira, pela conscientização, pela educação: seja ela na escola de alfabetização, seja em palestras, reuniões ou nas conversas nos barracões.

A experiência, que enxergamos nas falas dos personagens históricos de Pedra Lisa é a de uma educação libertadora dirigida as classes populares, pensada e gestada em si como o significado edificante da palavra: educação. Conforme Brandão (2006, p, 46)

Surge como um movimento de educadores que trazem, para o seu âmbito de trabalho profissional e militante, teorias e práticas do que então se chamou cultura popular, e se considerou como uma base simbólico-ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes

populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigentes.

Seu Moacir, ex-aluno da escola na época, agricultor familiar de Pedra Lisa, nos informou que: “Naquela época não tinha televisão, celular e tudo que tem hoje. Ficávamos sabendo das coisas na escola, na Associação ou nas conversas.”⁵³ Por tais fatores que a organização foi fundamental. Os lavradores não, apenas, aprenderam a ler o mundo, mas a vida, os embates que existiam entre os posseiros e os grileiros e, por conseguinte, puderam enxergar quem eram os opressores, nesse caso, a Companhia Normandia, ligada a família Guinle, bem como também Tenório Cavalcante. Esses conhecimentos possibilitaram combater e criar ferramentas de resistência tais como protestos, a própria escola, palestras e organização frente à Associação. Sobre a Escola de Pedra Lisa, segundo seu Bráulio:

Tudo lá foi fundado por nós. A Escola também. Conseguimos uma professora com a prefeitura para dar aula. Era escola de alfabetização de adultos, tinha crianças também. As aulas eram de manhã e à tarde porque não tinha luz em Pedra Liza. Era dado ensino de 1º grau para ensinar as pessoas a ler e escrever. Também fazer aritmética. A escola era popular e não cobrava nada de matrícula. Era pública. Era dos lavradores. Eu ajudei a fundar e organizar, construir. A escola funcionava na sede da Associação. Eu não dava aula na escolinha não. A prefeitura não intervia na escolinha, os lavradores que organizavam.⁵⁴

Dialogando com Brandão (2006, p 47), as experiências da Escola Popular de Pedra Lisa buscavam novas articulações, um novo espaço que permitisse uma inserção do trabalhador camponês e de seus filhos no mundo fascinante do saber, da educação. Uma comunicação libertadora e conscientizadora que buscava transformação, inserção, inclusão e combate a uma educação excludente colonizadora.

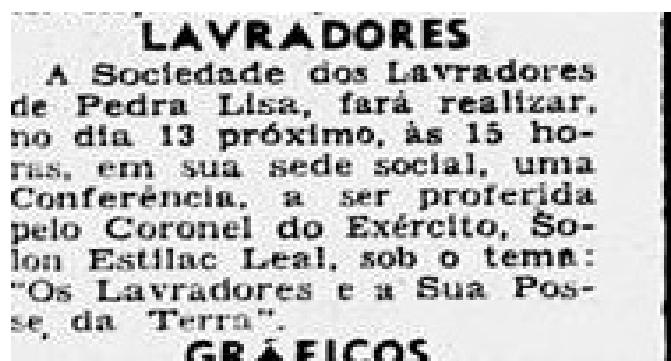
53 Entrevista concedida por SILVEIRA, Moacir. (ex-aluno da Escola de Alfabetização de Pedra Lisa e agricultor familiar de Pedra Lisa. Anexo III. [setembro 2017]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (23min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo III.

54 Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo I deste texto.

2.3.2 - A concessão de posse das terras aos agricultores de Pedra Lisa-vitória da resistência

Como vimos, os lavradores/ posseiros de Pedra Lisa enfrentaram um cenário de conflitos com mortes, depredações, tristezas e lutas. Apesar de todas essas adversidades, os agricultores conseguiram a tão sonhada posse das terras, em disputas há anos com os grileiros. A seguir, notícia de um encontro com autoridade militar para discussão sobre questões agrárias:

Figura 9: organização em busca do direito pelas terras de Pedra Lisa.



Fonte: Periódico Última Hora, 11/11/1960. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.

A notícia da época evidencia a forte organização coletiva e política dos lavradores-posseiros na luta pela desapropriação e pelo direito de cultivar suas terras. Como vimos, esse processo se construía por meio de reuniões, assembleias e palestras realizadas pela própria Associação de Lavradores, além de encontros com autoridades locais, voltados à reivindicação de direitos e à ampliação da consciência sobre a importância de sua luta. A seguir, divulga-se uma notícia sobre a realização de uma conferência organizada pela Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, com a participação do deputado Adolfo de Oliveira, para debater a situação das terras do campesinato e os desafios da Reforma Agrária.

Figura 10: Reportagem sobre a luta dos lavradores de Pedra Lisa por suas terras e Reforma Agrária.



Fonte: Periódico Última hora, 09/02/1960. Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu.

Observa-se a busca pela conscientização dos lavradores, em relação ao litígio que enfrentavam, em Pedra Lisa. Dialogando com Medeiros (2014), notamos que desde 1940, as lutas no campo se intensificaram e algo que, antes, circulava, apenas, no cenário rural do país, passaram a integrar noticiários e discussões políticas com projeção nacional. Tal crescimento se deu em função das ações do Partido Comunista, da Igreja Católica e das Ligas Camponesas.

O principal motor dessa força, citado acima no caso da Baixada Fluminense, era a luta dos trabalhadores do campo, mediante, a expropriação de suas terras pelos jagunços, meeiros, arrendatários e empresas loteadores, e até entidades e representantes governamentais. Segundo Perruso e Lobo (2014, p 46):

O Congresso Camponês, realizado em 1961, foi um marco nessas lutas. Agregou vertentes políticas distintas das Associações ligadas ao PC, às Ligas, à nascente Master, elaborou uma declaração que consolidava as principais reivindicações de então, com ênfase na Reforma Agrária, e contou com presença de autoridades estaduais e federais (inclusive o Presidente da República) (...) ocasião de afirmar no espaço público as demandas de um contingente até então estigmatizado como sendo a representação de um atraso e pouco visível enquanto ator político.

Sendo assim, a luta camponesa, aos poucos, ia construindo espaços de diálogo e resistência, perante o Estado brasileiro. O Congresso Camponês, no início da década de 1960, significou tal diálogo e avanço. Nessa mesma linha de

avanço, Pedra Lisa avançava e resistia, perante, as ações sórdidas dos jagunços e capatazes das empresas loteadoras e donos de terras da Baixada Fluminense.

A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, o Estatuto da Terra em 1964, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), a previdência social em 1970 e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) buscaram dar sequência a luta dos lavradores e trabalhadores do campo. Porém, o Golpe civil-militar parou, drasticamente, o avanço, até então, conquistado. Lideranças presas e perseguidas, organizações e associações, inclusive, de Pedra Lisa foram desarticuladas, politicamente, quando não fechadas. O ódio ao comunismo e ao pensamento esquerdistas deslegitimou a ação e ajudou na censura, despolitização e ostracismo de diversos movimentos e lideranças políticas.

Por volta de 1980, o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a lenta abertura política propiciaram o ressurgimento da luta e resistência camponesa, porém com outras ressignificações.

Figura 11:Placa de bronze em homenagem ao governador Miguel Couto por ter aderido à luta dos camponeses e ter oficializado a posse das terras em Pedra Lisa.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

“Aos Camponeses de Pedra Lisa, posseiros há mais de séculos destas terras, por sucessões hereditárias e de compra e venda, perseguidos por grileiros, que lhes queimavam as casas e destruíam as plantações, testemunham nesse bronze sua morredoura gratidão ao governador Miguel Couto Filho pelo seu ato justo e sábio desapropriando estas mesmas terras em favor daqueles que

as ocupam e as cultivam e resolvem dar o seu nome a este núcleo agrário, que passará, de hoje em diante, chamar-se: Miguel Couto.” 13/07/1959.(Palavras escritas na Placa localizada na praça ao centro do bairro de Pedra Lisa.)

Essa placa representa muito mais do que uma simples vitória dos lavradores-posseiros de Pedra Lisa. Ela simboliza um momento histórico: a visita do governador do Estado do Rio de Janeiro e a consequente desapropriação das terras em favor dos camponeses que, há anos, lutavam pelo direito de posse, cultivo e desenvolvimento dessas terras. É um marco emblemático da luta camponesa, não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil.

2.4 - A experiência de Educação Popular de Pedra Lisa (décadas 1950 e 1960) em diálogo com as experiências contemporâneas de Educação do Campo:

A escola ensinava também coisas sobre a vida, como era uma escola rural ensinava coisas sobre a terra. O professor sempre nos perguntava essas coisas, conversava com a gente. Por ser rural a formação era pra gente aprender a ler, escrever, contar e tudo mais e voltar para o campo, para trabalhar.

(Trecho da entrevista com seu Moacir ex-aluno da Escola de Alfabetização de Pedra Lisa e Agricultor Familiar)

Conforme Brandão (2006, p. 06), a Educação Popular tem o compromisso com o homem, compromisso com as classes populares. Nesse sentido, observou-se, através de entrevistas e periódicos, que a Escola de Alfabetização de Pedra Lisa tinha um compromisso com as classes populares, visto haver sido erguida pelos próprios posseiros, camponeses e pobres, do interior de Nova Iguaçu.

Nitidamente, essa escola, de cunho popular buscava, ir além, do seu papel primário, de ler e escrever: “*a escola ensinava também coisas sobre a vida*”⁵⁵. Dialogando com seu Moacir, ex-aluno, e seu Bráulio entendemos a simplicidade da estrutura do espaço: o local tinha, apenas, uma sala que abrigava cerca de 50 alunos. Toda a gestão escolar era organizada pelos lavradores – posseiros. Em nossas investigações, notamos que a escola teve cerca de dois professores: Seu Gabriel e seu Farias. Observou-se prática de um ensino de cunho libertário, visando à conscientização dos alunos sobre a luta camponesa daquela época.

55 Entrevista concedida por SILVEIRA, Moacir. Ex-aluno da Escola de Alfabetização de Pedra Lisa e agricultor familiar de Pedra Lisa. Anexo III. [setembro 2017]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (23min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo III.

A escola de Pedra Lisa significou uma transformação social e política para os lavradores-posseiros, pois seus filhos iriam ter um ensino, que muitos que estavam ali não tinham e nunca tiveram. Eles estavam também se inserindo, no mundo, ao aprender a ler. E, lendo o mundo, politizavam-se para transformar sua realidade de opressão, mediante os grileiros, as companhias loteadoras e agentes públicos. Segundo seu Moacir, a fundação e manutenção da escola era imprescindível para garantia de acesso à educação, naquela comunidade:

Significou muita coisa. Era fundamental. Era a única escola da região. Em Jaceruba, Santa Antônio, ao redor daquilo tudo não tinha escola nenhuma. Então a gente não precisava andar muito ou pegar condução para estudar. Pra mim que não tive mais oportunidade de estudar foi importante demais. Muita coisa que sei hoje, mesmo da terra, aprendi na escola e ensinava aqui pros meus primos. Naquela época não tinha televisão, celular e tudo que tem hoje. Ficávamos sabendo das coisas na escola, na Associação ou nas conversas.⁵⁶

Assim, a Associação de Lavradores possibilitou, por meio da escola, que adolescentes, jovens e adultos transformassem suas vidas, sem sair de perto de suas casas. Notamos então, conforme Brandão (2006, p. 30), a educação popular como educação das classes populares. Nesse caso específico: a classe popular camponesa emergente na Baixada Fluminense e, mais do que a sua emergência como grupo social protagonista, a escola proporcionava saída da invisibilidade. A respeito dessa emancipação, Brandão destaca (2006, p 35):

Do ponto de vista individual, as formas sucessivas de uma educação de adultos tinham por objetivo a participação de sujeitos marginalizados em um processo de “desmarginalização”. As teorias da marginalidade social estavam então em plena voga. Sujeitos pedagogicamente defasados (sem escola, ou com insuficiência de ensino escolar) e socialmente marginalizados (pobres, subempregados, desnutridos e, mais do tudo, postos consequentemente “à margem” dos processos sociais de “desenvolvimento” e “modernização” seriam reintegrados a uma vida social.

Os lavradores-posseiros não buscavam se envolver na “margem” urbana. Seus interesses eram lutar e resistir por suas terras, desenvolver-se no campo, aprender a ler e escrever no campo e permanecer nele. Dialogando com Paulo Freire (1981): “não só nomear o mundo, mas transformá-lo”. Em Pedra Lisa, a

56 Entrevista concedida por SILVEIRA, Moacir. Ex-aluno da Escola de Alfabetização de Pedra Lisa e agricultor familiar de Pedra Lisa. Anexo III. [setembro 2017]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (23min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo III.

educação representava uma “ação cultural para a liberdade”. Era um tipo e modo de organização, resistência e luta que visava, dentre tantos fatores, à liberdade dos lavradores-posseiros da opressão que vinham sofrendo com as investidas dos grileiros, a mando das empresas loteadoras e das grandes famílias latifundiárias. Segundo seu Moacir:

A escola foi criada pela Associação. A Associação mantinha a escola funcionando e ajuda no que precisava. A Associação dos lavradores fez muito por todos aqui. Nos protegeu, ajudou com sementes, com a plantação e sobre os conflitos que tinham. A Pastoral da Terra com seu Bráulio também foi muito importante para os lavradores.⁵⁷

Decerto, hoje, ao se observar as propostas e as práticas de Educação Popular, em Pedra Lisa, na Baixada Fluminense e a educação popular das décadas de 1950 e 1960, encontramos uma base para inspiração para elaboração de propostas educativas para as áreas rurais/camponesas, mesmo havendo transcorrido várias décadas. Também, são destaque as criações dos movimentos sociais do campo na década de 1990, denominado como “*Educação do Campo*”⁵⁸, uma proposta formulada, do ponto de vista sociocultural dos camponeses, a partir dos seus conteúdos de vida próprios, conforme nos indica Caldart, Pereira, Alentejano e Frigotto (2013, p. 261-2):

A Educação do Campo, como prática social ainda em processo de constituição histórica, tem algumas características que podem ser destacadas (...): combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária (...). Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela.

57 Entrevista concedida por SILVEIRA, Moacir. (ex-aluno da Escola de Alfabetização de Pedra Lisa e agricultor familiar de Pedra Lisa. Anexo III. [setembro 2017]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (23min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo III.

58 Devemos lembrar a especificidade histórica do conceito de “Educação do Campo”. Conforme nos indica CALDART (CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO, FRIGOTTO, 2012, p. 257): “O surgimento da expressão ‘Educação do Campo’ pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luiziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004.”

Em Pedra Lisa, no contexto da década de 1950, os alunos não tinham que enfrentar longas jornadas, a pé ou de ônibus, para ir estudar na “cidade”: eles estudavam ali mesmo, no campo. Claro que estudavam português, matemática, mas sobremaneira e acima de tudo, eram conscientizados da importância da terra. “*A vida de vocês é aqui nessa terra! Nunca pensa em vender ou alugar*”.⁵⁹ A terra se tornou para os lavradores que, há anos moravam e cultivavam por lá, uma identidade, um *ganha pão*, um modo de viver e de sobreviver. Sair aos poucos da condição de camponeses marginalizados e inferiorizados, quebrava e superava, aos poucos, a condição a atribuída e, historicamente, definida como insuperável. Segundo Freire (2013, p 76):

É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma pessoa bem- alimentada da máquina.

Dessa forma, percebemos que a criação da escola se configura nesse “querer mais”. Sendo assim, não querer, apenas, ter um lugar para plantar, cultivar e morar; mas, querer, também, aprender a ler e escrever. Não preciso sair do lugar onde moro e percorrer quilômetros para estudar, quero e preciso de uma escola, na minha região e que “dialogue” com a minha realidade. A pedagogia, nesse sentido, tem que ser humanizadora, com lideranças como Bráulio, engajados com um diálogo constante para e com esses indivíduos, na busca, não de dominá-los, mas de conscientizá-los. Segundo seu Bráulio:

Eu ajudei a dar um chute na organização para eles depois seguirem. Eles tinham autonomia. Nós não carregava os lavradores no colo. Deixava eles se mexerem. Fazer as coisas, porque amanhã eu não tô aqui mais e foi o que aconteceu no golpe de 1964 que fui obrigado a sair de lá.⁶⁰

Dialogando com o professor pesquisador Romário Silveira, notamos que a escola de alfabetização foi a forma mais afirmante e reveladora do poder de organização dos lavradores posseiros de Pedra Lisa. Todo aspecto organizativo e pedagógico visava a emancipação humana dos camponeses. Segundo Romário:

59 Ibid., Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I.

60 Ibid., Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I.

Bem, a Escolinha foi a prova mais contundente da capacidade dos trabalhadores organizados enquanto SUJEITO COLETIVO (no caso aí era a Associação) organizarem as diversas dimensões da vida. Ou seja, não pensavam e organizavam só o trabalho, a produção e a comercialização, mas também a educação de seus filhos, a cultura, o lazer, a saúde, a solidariedade, os valores éticos e estéticos da comunidade. Pensando assim, um Núcleo Agrário com tamanha autonomia, formador de sujeitos históricos e críticos já na década de 1950, era algo extremamente subversivo e perigoso para as forças conservadoras da época. E sabemos que não era uma simples escolinha que tínhamos em Pedra Lisa. Tive a honra de conhecer o Professor Farias, que atuava lá... Em 2015 ele ainda estava em fuga com medo do Romário. Ele era coreógrafo, músico, apaixonado por geologia, pianista, (já apresentou no Teatro Municipal) na década de 1960, antes do Golpe. Era esse o nível do professor que alfabetizou os lavradores de Pedra Lisa. A Associação de Pedra Lisa tinha médico, tinham caminhões, tinham contatos intensos com a Universidade Rural. O retrocesso foi enorme!!! Sua maior e mais perversa Vitória foi apagar essa história e fazer prevalecer uma memória sem lutas⁶¹

Vemos, por conseguinte, que tanto na escola, quanto nas lideranças de Pedra Lisa, não uma ação ou alfabetização, que reforçava a mitificação da realidade, mas sim uma organização, ação e pedagogia, em que os sujeitos se reconheciam como atores de sua realidade. Ficou evidenciado que nas palestras, na escola e nas reuniões buscava-se mostrar aos lavradores-posseiros que aquilo tudo lhes pertencia e que, por isso, tinham que lutar, resistir e organizar-se para manter suas terras. Dessa forma, articulando-se com o que nos diz Brandão (2006, p 47):

Define a educação como instrumento político de conscientização e politização, através da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva, a sujeitos e grupos populares, de um “saber dominante” de efeito “ajustador” à ordem vigente — este é o sentido em que ela se propõe como uma ampla *ação cultural para a liberdade* a partir da prática pedagógica no momento de encontro entre educadores-educandos e educandos-educadores.

Assim, os lavradores-posseiros encontraram, na educação popular, mais uma forma de conscientização — mais uma ferramenta no enfrentamento às companhias imobiliárias, aos jagunços, aos policiais e aos agentes públicos que buscavam tomar suas terras arbitrariamente. Ao ler o mundo, situavam-se sobre a realidade em que estavam e contra quem estavam lutando.

61 Entrevista concedida por SILVEIRA, ROMÁRIO. Anexo IV. [NOV/DEZ E JAN 2017/2108]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. QUESTIONÁRIO. A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo IV deste texto.

Dessa forma, falar em educação é falar de direitos. Em se tratando de educação camponesa e alfabetização, é mais que isso: é luta e resistência. É reivindicação, é ir contra uma onda elitista e dominante que afirma que o homem simples do campo não precisa ou não merece estudar; é combater uma mentalidade que pondera que tudo de proveitoso e moderno se deve à industrialização e às suas pseudo-revoluções. De acordo com tal percepção, para se completar enquanto sujeito moderno e contemporâneo, tem que “sair” do campo e ir para a cidade. Decerto, a Associação de Pedra Lisa se contrapunha a essa mentalidade urbano-industrial de bem-estar social, pois, ao fundar a escola de alfabetização, afirmava que era no campo que iriam estudar e se desenvolver.

Diante da conjuntura atual, marcada por bases hegemônicas e dominantes no sistema educacional, a Educação do Campo emerge como uma importante ferramenta de resistência. Ao resgatar saberes e promover o diálogo com os povos tradicionais, os movimentos sociais e as comunidades locais, essa proposta pedagógica vem rompendo paradigmas e afirmado uma educação transformadora, crítica e emancipatória.

Desde a sociedade colonial escravista até o atual estágio do capitalismo de modelo liberal, a educação brasileira tem se estruturado sob profundas desigualdades sociais e históricas. Nesse contexto, surge a necessidade de que grupos excluídos e, historicamente, oprimidos desenvolvam mecanismos e práticas educacionais capazes de enfrentar e superar o processo de hegemonização dos sujeitos e dos saberes imposto pela lógica produtivista e neoliberal da educação. Essas práticas de superação dão origem a novas sociabilidades e expressões culturais que, embora, se apresentem como novas, têm raízes profundas, em formas de existência e conhecimento, que antecedem o pensamento cristão-capitalista-ocidental. Contudo, tais saberes foram, historicamente, marginalizados, tendo sua essência e identidade desvalorizadas por um sistema educacional a serviço do Estado, das elites e dos grupos dominantes. (Perruso; Lobo, 2014, p. 72 e 73)

A partir da trajetória histórica dos setores populares do campo em nosso país, desde os aldeamentos indígenas e os quilombos, passando por Canudos e Contestado, até chegar ao século XX das Ligas Camponesas, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e do MST, verifica-se o surgimento, nos últimos anos, de elaborações próprias, por parte de nossos grupos sociais rurais subalternizados, a respeito da educação e dos processos pedagógicos e formativos em geral. (Perruso; Lobo, 2014, p. 72 - 73)

Esses grupos minoritários (quilombolas, camponeses, indígenas...) por meio de seus saberes, ampliam a perspectiva sobre a questão de uma educação deles e para eles, feita por eles, e não por uma instituição ou órgão ignorante em relação às suas necessidades e historicidades.

A experiência e o processo do movimento pela Educação do Campo mostram a importância de se condicionar a luta pelas políticas públicas de educação à luta por uma educação dos e não para os sujeitos do campo. Refutam-se “pacotes” ou “modelos” que ignoram ou subordinam as pessoas que vivem no campo. Dessa forma, luta-se pela garantia das políticas públicas da Educação do Campo, para, com isso, garantir sua ampliação — mas desde que essas sejam construídas pelos próprios sujeitos do campo, com reconhecimento de sua autonomia e de sua capacidade de construção de um projeto educativo próprio (Caldart, 2002).

A Educação do Campo, em Nova Iguaçu, surgiu a partir de reivindicações e lutas dos movimentos sociais ali estabelecidos. Destaca-se que o município apresenta cerca de 65% de sua área com predomínio rural, mas somente em 2005 ocorreu a criação, na Secretaria Municipal de Educação, de uma equipe que pensasse a Educação do Campo para a Rede Municipal de Educação, segundo o relatório da Coordenação de Educação do Campo e Educação Ambiental intitulado “*Análise da Educação do Campo no Município de Nova Iguaçu*”.

No ano seguinte (2006), houve a elaboração e aprovação do Projeto de Educação do Campo para Formação Continuada de Educadores Municipais Rurais da cidade de Nova Iguaçu, com recursos do MEC/FNDE. Esse projeto durou seis meses e contou com a participação de todos os professores e funcionários de oito escolas de campo e com a parceria do MST, CPT e Instituto IBELGA que, junto com a SEMED, planejaram os temas trabalhados na formação, cujo eixo principal era A Pedagogia da Terra e a Pedagogia da Alternância. (PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU, 2013).

O relatório da Coordenação de Educação do Campo intitulado ‘*Análise da educação do campo no município de Nova Iguaçu*’, traça um diagnóstico das 12 escolas do campo do município de Nova Iguaçu, mapeando a realidade das Escolas do Campo em 2011. Das 12 escolas do campo da rede municipal, seis estão localizadas em Tinguá, duas em Cabuçu, e uma em cada um desses

bairros: Vila de Cava, Austin, Miguel Couto e Km 32.⁶² No que se refere à estrutura predial das escolas, o relatório da Coordenação de Educação do Campo e Educação Ambiental, informa que das 12 escolas do campo, sete escolas possuem uma boa estrutura no prédio que ocupam, até mesmo, a única que funciona em espaço alugado.

Duas escolas, apesar, de haverem sofridos reformas, em período recente, ainda apresentavam vários problemas na estrutura e uma delas, também, nos muros e na mobília; outras duas escolas apresentam uma estrutura razoável, mas que não comporta a demanda do bairro, e uma escola tem a estrutura do prédio com muitos problemas, oferecendo risco à comunidade escolar, como choque elétrico nas portas de aço, goteiras no telhado e mobília precária. Mesmo diante de tamanha precariedade, podemos ressaltar avanços no que tange a questão do campo e camponesa em Nova Iguaçu.

A UFRRJ (Seropédica), por meio da oferta de Licenciatura em Educação do Campo e em pesquisas de pós-graduação vem impulsionando debates sobre a questão camponesa. Pesquisadores como Leonilde Servolo de Medeiros, Marília Campos, Ramofly Bicalho, Renato dos Santos Gomes e Mario Grynszpan, junto à militância de Romário Silveira, têm difundido conhecimentos e fortalecido a Educação do Campo na Baixada Fluminense.

Apesar de desafios como sucateamento, urbanização e pressões tecnicistas, a Educação do Campo resiste. O Fórum de Educação do Campo em Nova Iguaçu (2012) simbolizou um avanço na valorização dessas práticas e na consolidação de uma educação voltada para os movimentos sociais e para a transformação social. Nesse sentido, diversos movimentos sociais, organizações e instituições ligadas a agroecologia, ao ensino do campo, entre outros participaram do evento.

Contemporaneamente, o ser humano e suas relações, por vezes, estão sendo deixadas de lado em uma escola que cada vez mais busca metas e aprovações, resultados. Estamos lidando com alunos, mas pensamos, às vezes, que são robôs. A educação do Campo não pode e não deve cair nessa lógica mercadológica como advertia Paulo Freire há mais 20 anos trás. Nesse sentido,

62 GOMES, Renato dos Santos. Educação do Campo e o direito à educação de crianças e adolescentes no município de Nova Iguaçu. Dissertação de Mestrado. UFRRJ, Seropédica, pp. 36, 2015.

dialogando com Gentili (1998, p. 104) notamos cada vez mais uma educação voltada para o mercado, uma educação neoliberal.

A educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como a atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho.

Desde a educação infantil até a universidade, a formação escolar segue uma lógica mercadológica, voltada a formar profissionais ajustados às demandas do mercado. Quanto melhores as notas e mais competitivos os formados, mais “competente” é a escola. Essa lógica, impulsionada pelo Estado brasileiro e organismos internacionais, promove uma educação tecnicista e instrumental. A Educação do Campo, por sua vez, configura-se como resistência, mantendo sua natureza crítica e emancipadora. Nesse sentido, Pedra Lisa se destacou como marco inicial na Baixada Fluminense, com uma proposta educativa enraizada na realidade social e voltada à autonomia dos sujeitos do campo.

A Escola de Alfabetização de Pedra Lisa formava lavradores posseiros para resistir à pressão de políticos e empresários na disputa por terras, especialmente, em Nova Iguaçu. Essa escola promovia uma educação feita pelos movimentos sociais e para eles, conscientizando os lavradores e fortalecendo a luta contra os agentes que ameaçavam famílias camponesas na década de 1950.

A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes do passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam a lembrança. (Halbwachs, 2004, p 101).

Torna-se cada vez mais relevante preservar a história das lutas camponesas e de uma educação, com a metodologia usada, em Pedra Lisa, visto que é possível ensinar e educar, sem as amarras do Estado e de suas burocracias, que moldam a educação segundo valores e ideologias próprias.

Preservar saberes do campo é resistir e manter viva a tradição da Educação do Campo. A luta por políticas públicas, pela memória e pelo fortalecimento da

produção camponesa deve reconhecer os sujeitos do campo como protagonistas, valorizando sua identidade, seus saberes e sua autonomia. Essa perspectiva não é uma simples “volta ao passado”, mas um processo de reconstrução histórica e social que aponta para um futuro pautado na sustentabilidade, na justiça social e na equidade.

A experiência da Escola Popular de Pedra Lisa reflete a seguinte concepção de educação: “aquele cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social...” (Caldart, 2002, p. 36). Talvez seja essa combinação de propósito, ideal e inquietação que levou os lavradores à criação da escola e motivou os movimentos sociais do campo a lutar por uma Educação do Campo. Dialogando com Feliciano (2011, p. 2), ressaltamos os direitos fundamentais presentes na Educação do Campo:

Visa a garantir ao trabalhador/a do campo o direito de educar-se de acordo com as suas próprias particularidades culturais e especificidades de vida e de luta. Corresponde ao reconhecimento de que historicamente o Estado negou a educação deste teor à população do campo.

Ao se observar o direito de educar-se, de acordo com suas especificidades, entendemos que a Educação do Campo não é, apenas, uma ferramenta educacional, mas um direito conquistado pelos movimentos sociais. Foi conquistada pelos movimentos sociais para atender aos movimentos sociais. Portanto, a Educação do Campo é feita para os trabalhadores do campo e por eles e, por mais que esteja integrada a pequenos nichos urbanos, não pode perder sua essência, identidade e objetivo maior: fornecer condições de um ensino que dialogue com a realidade das classes populares do campo e busque seu desenvolvimento ligado às suas realidades e lutas.

Nesse sentido, podemos considerar que a Educação do Campo combate a lógica educacional capitalista que busca fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes (Mészáros, 2005, p. 15).

Portanto, a Educação do Campo se contrapõe e deve se diferenciar de uma educação capitalista, por mais que esteja inserida em um modelo econômico, social e educacional capitalista. Também se tem, como peça-chave, ainda dialogando com Mészáros (2005), fugir do modelo reformista e de reformas na educação.

Mészáros nos mostra, no capítulo “A incorrigível lógica do capital e seu impacto sobre a educação” — em *Educação para Além do Capital* —, que os discursos, teorias e ações que visam uma reforma sempre esbarrarão na conflituosa e conflitante lógica entre opressor e oprimido, na qual as forças hegemônicas lutam e buscam manter seus privilégios e interesses, bem como o desenvolvimento e a sobrevivência dos seus. Sendo assim, fazer mudanças e reformas, sem desestabilizar as estruturas do capital na sociedade — e principalmente na educação —, de nada servirá para alcançar mudanças sociais de qualidade e permanentes. Teríamos apenas oscilações, lapsos e resquícios de pequenas mudanças dentro da, digamos, programação da lógica dominante.

CAPÍTULO 3

REFLEXÕES ACERCA DA VIVÊNCIA COM A EDUCAÇÃO POPULAR E OS AGRICULTORES EM PEDRA LISA: A QUEM SIRVO COM MINHA CIÊNCIA?

Neste terceiro e último capítulo, pretendo destacar talvez o aspecto mais significativo que esta pesquisa tenha proporcionado: as experiências valiosas com as pessoas, as conversas, os testemunhos e o contato direto com os lavradores de Pedra Lisa. Foram momentos inesquecíveis, como a visita à casa de Seu Bráulio, o café com Seu Moacir e as reuniões na Associação de Pedra Lisa. A Educação Popular possibilitou essa experiência única: sair do espectro do pesquisador, preso às notas de rodapé, e entrar em contato com vidas, sonhos e memórias, construindo conhecimento, a partir da experiência concreta dos sujeitos históricos. Um processo no qual mais aprendo do que ensino. Conforme visto em Paulo Freire (1983, p, 32-33):

Deste modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui descrito pesquisar e educar se identifica em um permanente e dinâmico movimento.

“A quem sirvo com minha ciência?”⁶³. Esse questionamento, durante o projeto final de monografia, me levou à Pedra Lisa e às experiências de gerações anteriores, em sua luta pela terra. Agora me levou, no PPGEA, à Escola Popular dos Lavradores de Pedra Lisa.

Como historiador, sempre tive anseio de falar e estudar o passado das classes populares suas/ nossas memórias e essa motivação me levaram a esse pequeno bairro de Japeri (Pedra Lisa), Nova Iguaçu, Brasil, espaço em que o litígio agrário, em 1960, forjou mentes e homens lutadores, que não se deixaram abater frente à dominação das elites. Talvez minha ancestralidade ligada a antepassados no campo, meu passado ligado à minha vozinha, lavadora de roupa

⁶³ BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). Pesquisa Participante. SP, Brasiliense, p.36, 1999.

tenha me puxado para isso. Certamente não fui eu quem descobri Pedra Lisa e seu Bráulio: eu quem tive a sorte de ser escolhido por eles. E, nesse processo, busco destronar a história dos vencedores, dos detentores dos mecanismos de poder, que posicionam as classes populares como sujeitos sem história, sem identidade, como atores sociais sem importância na construção da sociedade.

O que queremos que o leitor observe, nessa parte do texto, é que desde o início dessa pesquisa, de cunho popular, pretendemos servir e dialogar com os sujeitos de origem popular. Dialogando com autores como Decca, Paulo Freire e Brandão, tivemos como parâmetro desconectar-nos da história dos vencedores e resgatar/acionar mecanismos que nos permitisse dialogar, a contrapelo, com a história e as memórias das lutas populares.

Ainda no texto monográfico, notamos que Pedra Lisa, no período estudado, era composta por um grupo de trabalhadores do campo ativos no desenvolvimento da sua realidade. Assim, tivemos o prazer de conhecer, durante a caminhada desse projeto, diversos sujeitos importantíssimos para Pedra Lisa e para a Baixada Fluminense. Foram longas conversas com seu Bráulio; Antônio Lacerda, coordenador do Arquivo Diocesano; Romário Silveira, militante da questão agrária e educacional na Baixada; seu Josimar, agricultor e coordenador do Núcleo Agrário de Pedra Lisa; seu Moacir, agricultor e ex-aluno da escola. Buscamos, assim, atuar não *sobre* eles, mas *com* eles, conforme nos indica o próprio Freire (1983, p. 37):

Daí que sua participação no sistema de relações camponeses-natureza-cultura não possa ser reduzida a um estar diante, ou a um estar *sobre*, ou a um estar *para* os camponeses, pois que deve ser um estar *com* eles, como sujeitos da mudança também.

Desse modo, dialogamos com Romário Silveira, organizador do Encontro de Militantes, Agricultores e Pesquisadores de Pedra Lisa. (2016):

O encontro teve como objetivo a devolução da pesquisa da Comissão da Verdade que a Leonilde Medeiros realizou. Mas para mim foi mais além... A pesquisa não teria serventia se fosse para ficar guardada nas prateleiras das bibliotecas. O conhecimento produzido precisa ser divulgado e colocado à disposição da sociedade. Os professores precisam conhecer, se apropriar desse material... Mas antes precisamos sensibilizar os colegas professores para a necessidade de “escovarem a contra pelo” essas histórias para

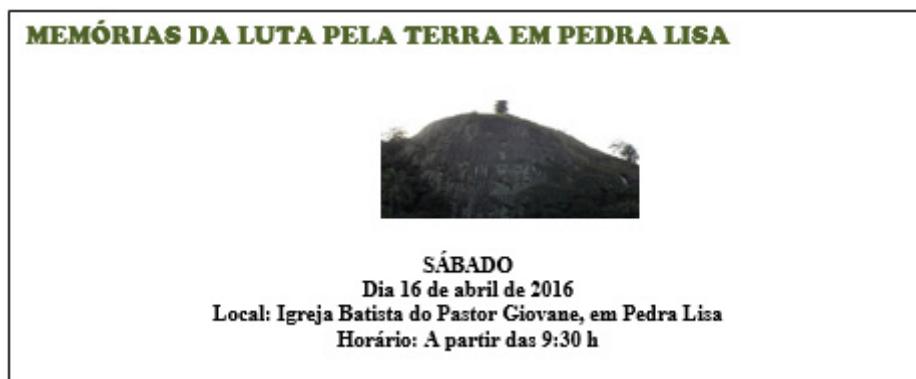
fazermos justiça aos que foram e continuam sendo injustiçados!!Nossa atuação tem sido em dois sentidos. O primeiro é dialogando com os colegas educadores acerca destes temas, chamando-os para participar das formações, para conhecer a Educação do Campo como modalidade de ensino capaz de incorporar esses saberes e essas histórias... Não para a simples contemplação do passado, mas como possibilidade de reinterpretação do passado visando a transformação do futuro.⁶⁴

Esse encontro, organizado principalmente por Romário Silveira, serviu como um fôlego que precisava os agricultores e lideranças de Pedra Lisa, pois naquele exato momento ocorria um conflito entre os agricultores e a Prefeitura:

Pedra Lisa corre o risco de ser “engolida” pela proximidade com o Arco Metropolitano, a Prefeitura e a Petrobrás. Por outro lado, temos a grande oportunidade de nos desenvolvermos como potência agrícola para alimentar os centros urbanos que nos cercam e que precisam do que o campo produz. Para isso, precisamos estar organizados como sujeitos históricos. (Folheto de Divulgação do Encontro: Memórias da Luta Pela Terra em Pedra Lisa, realizado no dia 16 de setembro em Pedra Lisa, RJ.)

O Encontro do Encontro de Militantes, Agricultores e Pesquisadores de Pedra Lisa foi uma ferramenta importante para revitalizar os mecanismos de memória da luta camponesa. A presença de Bráulio Rodrigues da Silva e de outros militantes da questão camponesa na Baixada Fluminense incentivou e encorajou vozes que estavam, há muito tempo silenciadas. A seguir folheto de divulgação do evento.

Figura -12: Capa do folheto de divulgação do Encontro: Memórias da Luta pela Terra em Pedra Lisa.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

⁶⁴ Entrevista concedida por SILVEIRA, Romário. Anexo IV. [NOV/DEZ 2017]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. QUESTIONÁRIO. A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo IV deste texto.

Participaram do encontro pesquisadores como Leonilde S. de Medeiros, Gabriel Souza e Eduardo Jordan da S. Aguiar; agricultores e lideranças de sindicatos camponeses, como Dona Marli; militantes da educação, como Romário; além de lideranças locais, entre elas Seu Josimar e João Peres. Também estiveram presentes ex-agricultores remanescentes do período de litígio entre grileiros e posseiros nas décadas de 1950, como Seu Moacir e João Colombo, e, naturalmente, Seu Bráulio Rodrigues da Silva. Nesse rico diálogo de saberes, os participantes puderam debater, compartilhar memórias e refletir sobre as questões passadas e atuais relacionadas à luta pela terra em Pedra Lisa e na Baixada Fluminense.

Como pesquisadores, nosso objetivo inicial era divulgar e devolver à comunidade local os resultados do estudo. No entanto, a riqueza das narrativas presentes no encontro nos impactou profundamente: ouvimos e aprendemos com tantas histórias de vida dedicadas à luta pela terra na região. Segundo Freire (2013, p. 96): “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” Nesse encontro, essa ideia se concretizou: todos ensinaram e todos aprenderam. As experiências dos sujeitos históricos mostraram-se mais profundas e transformadoras do que qualquer livro sobre os mesmos temas. Talvez seja contraditório para um educador e historiador em formação afirmar isso, mas aprendi mais em uma roda de conversa com Seu Bráulio, Seu Moacir e Seu Josimar do que em muitas disciplinas ao longo da minha trajetória acadêmica.

A História Oral e a Educação Popular nos possibilitam algo fundamental: aproximar-nos e dialogar com o chamado “objeto de estudo”. Nesse processo, o “objeto” deixa de ser uma entidade distante e passiva, transformando-se em um espaço de conscientização compartilhada entre o pesquisador e os demais sujeitos da pesquisa. Todos participam de uma construção coletiva de saberes, em que se aprende e se ensina simultaneamente. Segundo Freire (1983, p. 36):

O diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador - educando e educando educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação.

Os diálogos foram tão importantes quanto a revisão bibliográfica para esta pesquisa. Autores como Paulo Freire, Brandão, Leonilde Medeiros, Miguel Arroyo, Grynszpan e Alentejano forneceram a base teórica, mas foram as entrevistas, rodas de conversa com agricultores, reuniões da Associação de Pedra Lisa e encontros do Grupo de Estudos em Educação, Movimentos Sociais e Currículo que constituíram a força motriz do projeto. Essas vivências forneceram motivação e energia para a concretização da pesquisa. Como observa Thompson (1992): “Com elas se aprende algo mais do que o simples conteúdo”. Esse estudioso, ainda, ressalta: “Não se trata de substituir um mito conservador da sabedoria da classe superior por um mito da classe inferior, o que se requer é uma história que leve à ação; não para confirmar, mas para mudar o mundo” (Thompson, 1992, p. 43).

A contribuição continua com os agricultores atuais e remanescentes da luta camponesa de Pedra Lisa, ajudando o grupo a caminhar para uma perspectiva mais ampla de sua história, bem como para a valorização de seu lugar e papel. Ainda conforme Thompson (1992, p. 44)

A relação entre a história e a comunidade não deve ter mão única em qualquer dos dois sentidos: antes, porém, ser uma série de trocas, uma dialética entre informação e interpretação, entre educadores e suas localidades, entre classes e gerações. Haverá espaço para muitas espécies de história oral e isso terá muitas consequências sociais diferentes. No fundo, porém, todas elas se relacionam.

A participação no encontro dos lavradores me proporcionou experiência única, em que pude perceber in loco, o poder das narrativas como elemento histórico. Pude perceber o amor pela terra, o compromisso com a educação e a resistência, na voz, nos gestos, nas expressões de sentimento e de pensamento.

Dentre as riquíssimas experiências do processo desta pesquisa, destacamos o encontro com o Núcleo Agrário Miguel Couto- Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses de Pedra Lisa. Foram momentos de proximidade, de parceria e de ajuda mútua. A seguir, foto da associação da comunidade de camponeses de Pedra Lisa, em 2016.

Figura 13 : Foto do Núcleo Agrário Miguel Couto – Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses de Pedra Lisa. Setembro de 2017.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

No encontro, no núcleo agrário, desenvolvemos um folheto (figura 14) resumindo alguns pontos da pesquisa em curso, com o objetivo de compartilhar meu estudo com a comunidade. Porém, mais que isso, buscamos conscientizar os moradores, os agricultores sobre a historicidade da luta camponesa e a importância da Escola de Alfabetização da Associação na década de 1950.

Ressalto aqui o papel fundamental de seu Josimar Fausto da Silva (presente na figura 13), agricultor familiar e vice-presidente do Núcleo Agrário Miguel Couto de Pedra Lis, certamente, uma das pessoas mais apaixonadas e defensoras da história e dos agricultores de Pedra Lisa. A falta de estudo não o impediu de escrever a próprio punho uma história de sua região, com detalhes astuciosos e fascinantes sobre a região. O agricultor familiar lutou, juntamente, com os amigos da Associação para mais investimentos da Prefeitura de Japeri, na produção dos agricultores da região.

A Educação Popular e a pesquisa participativa nos permitiram enxergar tais processos. Conforme Brandão (2006, p.47):

...afasta-se de ser tão somente uma atividade “de sala de aula”, de “escolarização popular”, e busca alternativas de realizar-se em todas as situações de práticas críticas e criativas entre agentes educadores “prometidos” e sujeitos populares “organizados”, ou em processo de organização de classe...

Essa pesquisa, além de seu caráter acadêmico, tornou-se um trabalho a serviço de resgatar a historicidade de uma classe emergente nas décadas de 1950, na Baixada, mas, sobremaneira, um trabalho com eles e para eles — num diálogo de saberes entre gerações e suas experiências sociais. Algo que busca deixar ecos para além das notas de rodapé. Algo que, minimamente e despretensiosamente, trouxesse uma transformação e uma valorização sobre a Educação Popular e a resistência camponesa em Pedra Lisa.

Realizamos uma pesquisa participante — uma contribuição, um retorno para os agricultores e cidadãos do bairro de Pedra Lisa, do passado tão importante para a Via Campesina da Baixada, na região. Nesse sentido, buscamos ressaltar que a Educação Popular, com o propósito da alfabetização de adolescentes e jovens, nasceu das experiências camponesas de resistência em seus territórios.

Esperamos que essa pesquisa funcione como uma chave para a abertura do despertar para conhecer a história popular e os sujeitos históricos da Baixada, considerando que essa parte da história se encontra relegada a segundo plano, desprezada e silenciada nos livros didáticos, nos programas das secretarias municipais de educação, nos debates eleitorais e nos campos mais populares.

Decerto, obtivemos avanços com polos de pesquisa no IM-UFRRJ, FEBF-UERJ, dentre outros, mas tais progressos ficam, muitas vezes, restritos aos muros desiguais das universidades públicas, alcançando poucas pessoas, de modo que ainda ficam distantes das classes mais populares. A história oral e o contato com pessoas que viveram a realidade da luta camponesa, em nosso passado recente, foi substancial para o desenvolver desse texto, e consequentemente. Dialogamos com Thompson (1992, p, 33)

A reconstrução da história torna-se, ela mesma, um processo de colaboração muito mais amplo, em que não profissionais devem desempenhar papel crucial. Ao atribuir um lugar central, em seus textos e apresentações, a pessoa de toda espécie, a história se beneficia enormemente. E se beneficiam, de maneira especial, as pessoas idosas. Um projeto de história oral, mais do que lhes propiciar novos contatos sociais e, às vezes, levar amizades duradouras, pode prestar-lhes um inesquecível serviço.

Entretanto, no encontro “Memórias pela Luta da Terra”, foi mencionada a necessidade, por parte de professores da rede municipal de Japeri e da diretora da escola de Pedra Lisa, de um novo material didático capaz de dar conta da his-

toricidade das classes populares locais. Não se trata apenas de contar uma nova história, mas de construir conhecimento de forma coletiva e participativa, envolvendo professores, escola e comunidade.

O ideal seria produzir materiais que circulassem desde a lavoura até as atividades sociais e culturais de Pedra Lisa, gestando formas epistemológicas próprias da comunidade. Esse processo epistemológico está alinhado ao que Miguel G. Arroyo (2012) denomina “Outros Sujeitos, Outras Pedagogias”: movimentos sociais e classes populares ocupam e ressignificam os espaços de produção de conhecimento, humanizando o processo educativo — como ocorria na época da escola popular de alfabetização de Pedra Lisa. Nesse contexto, os “Outros Sujeitos” deixam de ser vistos como inferiores ou estranhos, afirmando sua identidade enquanto classe social histórica.

A pedagogia, segundo Arroyo (2012), nasce justamente para romper com a concepção que condenava coletivos populares à condição de ignorantes e irracionais. Sendo assim, a produção de materiais didáticos serviria para combater esse processo pedagógico e epistemológico desigual, haja vista que, desde o início, os processos educativos estiveram alinhados à base colonizadora capitalista. Mesmo diante desses processos, os movimentos sociais e as classes populares conseguem subterfúgios e mecanismos criativos para difundir sua história e seu conhecimento para além da submissão aos aparatos legais do Estado. Em nossa pesquisa ação desenvolvemos um folheto, em linguagem simples e objetiva para compartilhar saberes com os participantes do encontro na associação. A seguir, apresenta-se esse material.

Figura 14: Folheto desenvolvido na pesquisa participante-ação



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

O objetivo desse material foi difundir, preservar e rememorar a luta pela terra em Pedra Lisa, bem como sua divulgação em espaços da localidade. Pelo que estudamos, os projetos tanto da Educação Popular, como da Educação do Campo, como da Associação de Lavradores-Posseiros de Pedra Lisa quanto da Escola Popular de Alfabetização de Pedra Lisa, entendemos que visavam à emancipação humana. A criação do folheto visto acima corrobora esse projeto de emancipação. Portanto, o folheto permite uma aprendizagem para fora das instituições de ensino. Recorrendo a Mèszaròs (2005, p. 53):

Nunca é tarde demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase: “a aprendizagem é a nossa vida”. Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais.

O Folheto buscou levar a historicidade e o estudo sobre a Escola Popular de Pedra Lisa até um lugar e um objetivo que os congressos, seminários, aulas, teses, monografias, aulas, exposições, simpósios, colóquios e afins não iriam, por múltiplos fatores, chegar. foi uma forma de levar, a contrapelo, a história dos vencidos aos sujeitos que são descendentes das pessoas que participaram da história, antes negada ou silenciada contra eles.

Desse modo, a pesquisa Participante/Ação é mais que uma combater a “História Oficial”: é uma forma de avivar, animar as novas gerações sobre as memórias das lutas das classes populares, classes às quais pertencem, e por muitas vezes, se encontram alienadas desse pertencimento. Nesse sentido, ressaltamos os pressupostos da Educação Popular e da Pesquisa Participante/Ação a partir dos textos de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão.

Deste modo, fazendo pesquisa, edoco e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui descrito pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento.⁶⁵

Decerto que nas experiências e vivências em Pedra Lisa, pude aprender mais que ensinar, fui mais educado que eduquei. Conforme Paulo Freire: “o ato de ensinar é um ato político”. Sobremaneira, dialogando com o mesmo autor em

65 FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: Brandão, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, p, 36. 1981.

seu texto “*Criando métodos de pesquisa alternativa*”, ponderamos que a pesquisa é um ato político. Freire nos adverte: “a quem sirvo com minha ciência?”⁶⁶ Por vezes, por ignorarmos tal pressuposto científico, acabamos servindo à ideologia dominante, pois quando não ouvimos, enxergamos, dialogamos, pesquisamos, aprofundamos certas temáticas com ou sobre as classes populares estamos, consciente ou inconscientemente, servindo às classes dominantes, à perpetuação e à manutenção de sua cultura e historicidade dominantes e, muitas vezes, opressora. Dialogando com Thompson (1992, p, 41), notamos:

A possibilidade de utilizar a história oral para finalidades sociais e pessoais construtivas desse tipo vem da natureza intrínseca da abordagem oral. Ela trata de vidas individuais – e todas as vidas são interessantes. E baseia-se na fala, e não na habilidade da escrita, muito mais exigente e restritiva. Além disso, o gravador não só permite que a história seja apresentada por meio delas. Numa apresentação de fitas e slides do Recall, ou numa apresentação de técnicas artesanais num museu, ou numa palestra histórica, o uso da voz humana, viva, pessoal, peculiar, faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata. As palavras podem ser emitidas de maneira peculiar, mas, por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história.

A pesquisa participante, a história oral, o folheto e o diálogo constante com os agricultores remanescentes da luta camponesa em Pedra Lisa, na década de 1950 constituem uma tentativa de resgatar palavras perdidas, sonhos silenciados e memórias esquecidas. O estudo de Pedra Lisa, por meio da pesquisa participante, das entrevistas e do contato direto com Seu Bráulio, Seu Moacir e Seu Josimar, permitiu-me dialogar com a comunidade e compartilhar a historicidade e as vivências de seus membros.

Como observa Thompson (1992, p. 44):

Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em sua contribuição para formar seres humanos mais completos.

O questionamento “a quem sirvo com minha ciência?” acompanhou minha graduação. Minha origem popular fez com que eu me sentisse, ao

66 Ibidem, p, 36, 1981.

mesmo tempo, maravilhado e perplexo com os caminhos trilhados na vida acadêmica. Disciplinas como História Moderna I, II e III, História Medieval I e II e Idade Antiga I e II percorriam regiões e períodos distantes, mas quando chegamos à História do Brasil, cadê a Baixada Fluminense? Nem mesmo nas optativas — disciplinas alternativas aos componentes curriculares obrigatórios — encontramos vestígios de sua historicidade.

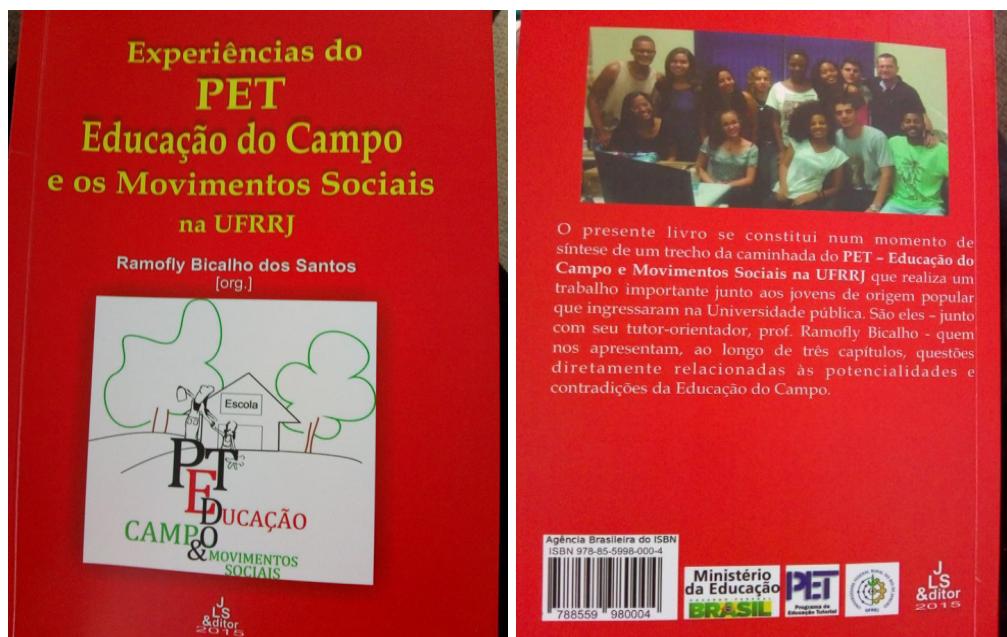
Sabemos que a versão que predomina é a história dos vencedores, daqueles que oprimiram para conquistar e, assim, escrever a “História Oficial”, enquanto a memória e a luta das classes populares e dos camponeses são silenciadas. A história dos trabalhadores rurais, das disputas por terras e das pessoas que lutaram para preservar suas propriedades é praticamente ignorada nos livros didáticos, pois, como apontam Benjamin (1981) e De Decca (1990), as estruturas de poder das classes dominantes contribuem para esse apagamento.

No diálogo e nas aulas com o Instituto de Educação, tive o prazer de conhecer o professor Ramofly Bicalho dos Santos, na época, coordenador do Curso de Licenciatura do Campo e coordenador do Grupo Pet Educação do qual tive a honra de, por mais de dois anos, fazer parte. Nesse grupo, além de visitas a assentamentos, quilombos e lugares históricos de Nova Iguaçu; da participação em seminários, encontros e congressos sobre a Educação na Baixada, pude escrever dois artigos⁶⁷ para o livro: Experiências do PET Educação do Campo e os Movimentos Sociais na UFRRJ⁶⁸ organizado pelo prof. Ramofly Bicalho, tendo artigos de cada participando do Grupo PET. A seguir imagem representativa da capa do livro

67 Os artigos elaborados para o Livro do Grupo PET: Luta Camponesa e Popular na Baixada Fluminense e Preservação da Identidade e Historicidade Quilombola.

68 Santos, Ramofly Bicalho (org). Experiências do PET Educação do Campo e os Movimentos Sociais na UFRRJ. UFRRJ/ JLS Editor: Seropédica, RJ; 2015.

Figura 15:Frente e verso da capa do livro Experiências do PET Educação do Campo e os Movimentos Sociais na UFRRJ.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

No artigo “Luta Camponesa e Popular na Baixada Fluminense”, deparo-me com a historicidade da luta e da resistência popular na Baixada, desde a década de 1940. Tal pesquisa serviu de base para este trabalho, ao possibilitar a compreensão dos processos de organização e resistência pela terra na região.

A história contada na comunidade de Pedra Lisa, assim como em grande parte da Baixada, é a história dos vencidos. É marcada pelo silêncio, pelo medo — e, ao mesmo tempo, pela ousadia e pela resistência. Nesse sentido, ao propormos a comunicação e divulgação por meio do folheto, buscamos enfrentar essa narrativa dos vencidos, rompendo o silêncio sobre a história de Pedra Lisa e dando voz às experiências e perspectivas dos lavradores e demais segmentos populares.

O livro do Grupo PET Educação do Campo e Movimentos Sociais, estruturado em dois capítulos e diversos artigos, aborda temas como: História dos Movimentos Sociais do Campo no Brasil; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG); Movimento Indígena; Luta Camponesa e Popular na Baixada Fluminense; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos

Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Preservação da Identidade e Historicidade Quilombola; Via Campesina; ENERA – Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária; PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária; Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo; PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo; Fechamento das Escolas do Campo; e as experiências do PET Educação do Campo e dos Movimentos Sociais na UFRRJ.

A vivência de dois anos com a Educação do Campo, a Educação Popular e os Movimentos Sociais foram determinantes para a realização deste projeto de pesquisa participante e para a elaboração do folheto. Nesse percurso, as reuniões do Grupo de Estudos Educação Popular, Movimentos Sociais e Currículo, organizadas pela professora Marília Campos e pelo professor Leandro dos Santos, desempenharam papel central. A orientação da professora Marília Campos foi fundamental, não apenas para o desenvolvimento do projeto, mas especialmente para a concepção do folheto, tendo sua militância e diálogo com os princípios da Educação Popular como base para a articulação entre pesquisa acadêmica e prática social.

O Grupo de Estudos manteve reuniões quinzenais e mensais desde o início de 2016, reunindo pesquisadores das áreas de Educação, Geografia, História e Filosofia. As discussões centram-se na realidade brasileira e em sua interface com a educação, com ênfase no papel dos movimentos sociais e nas experiências da Educação Popular.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos observar, através desta pesquisa, é que há muitas coisas a serem estudadas, investigadas, desvendadas, resgatadas e desconstruídas sobre a história e a realidade da Baixada Fluminense.

A Associação dos Lavradores-Posseiros de Pedra Lisa significou, na época, um marco no cenário político da Baixada Fluminense. O movimento dos posseiros contra os grileiros, a mando das companhias loteadoras, inseriu o camponês no debate político e social da Baixada. Nesse sentido, a organização, a resistência e o desenvolvimento da Associação de Lavradores-Posseiros, por mais de 10 anos, serviram como modelo para a continuidade da luta camponesa no Rio de Janeiro.

Nesse cenário, a Escola Popular de Alfabetização de crianças, adolescentes e jovens de Pedra Lisa está na gênese do desenvolvimento de uma educação própria das classes populares e dos sujeitos do campo, visto que a Escola de Alfabetização foi construída por tais agentes, para atender às classes populares do campo, sem sair do campo. Sendo assim, segundo Caldart (2000, p. 255), “nada começa nem termina: continua”. Então, o esforço dos Lavradores-Posseiros de Pedra Lisa teve sua continuidade, mesmo que, minimamente, com o MST, Paulo Freire e a Educação do Campo, como vemos hoje.

O que fizemos, afinal, neste trabalho, foi buscar compreender a importância da Escola Popular de Alfabetização, bem como ressaltar a importância das memórias das lutas camponesas dos Lavradores-Posseiros de Pedra Lisa, frente ao avanço do silenciamento dos agentes sociais e políticos da Baixada.

Buscamos provocar uma problematização em torno do silenciamento da história das classes populares, por meio do apagamento de seus processos históricos. Nesse sentido, pudemos desvelar personagens como Bráulio Rodrigues da Silva, que escreveu uma história à contrapelo, na Baixada Fluminense, ao resistir, organizar e combater as elites imobiliárias e as políticas que buscavam, na época, o desenvolvimento de seus poderes políticos e privilégios.

Pudemos contemplar camponeses semianalfabetos, preocupados e conscientes do poder da educação e da necessidade de criar uma escola popular.

Observamos tais lavradores em seus processos de organização e resistência à onda loteadora e industrial, que devastou famílias populares que estavam em seu caminho — vimos que literalmente devastou.

A criação e o desenvolvimento da escola em Pedra Lisa visavam, entre outros objetivos, combater a desigualdade social e educacional que existia nas classes mais populares da Baixada Fluminense, entre as décadas de 1940 e 1960. Dialogando com Paulo Freire, percebemos que, ao ler e escrever, tais camponeses inseriam-se no mundo e passavam de espectadores a atores sociais de seu tempo e destino, pois, pela leitura, interpretavam o mundo e, assim, tinham a possibilidade de mudá-lo e transformá-lo. Ao ler, poderiam entender e compreender leis, direitos e deveres. Poderiam combater e resistir à opressão e à violência a que estavam expostos, através das ações dos grileiros, empresas loteadoras e políticos locais. Nesse contexto, a construção e o desenvolvimento da escola de Pedra Lisa foram a confirmação do poder e da organização dos lavradores.

É muito importante enfatizar que este trabalho teve, desde seu início, uma preocupação com a metodologia e com o que Brandão e Freire (1999) chamam de “Pesquisa Participante/Ação”, ou seja, um diálogo profundo e constante com os agentes sociais de Pedra Lisa, além, claro, de sua historicidade popular. Não obstante, tínhamos sempre em mente a preocupação de devolver, de dialogar com os sujeitos de Pedra Lisa. E foi dessa preocupação que surgiu o folheto, que conta, minimamente, uma parte do estudo em uma linguagem popular e comunicativa sobre a importância social e política de Pedra Lisa para a luta camponesa na Baixada Fluminense.

E busca combater a história dos vencedores e a “História Oficial”. Desse modo, o folheto foi uma ferramenta popular de difusão, propagação e extensão dessa pesquisa, entrelaçada a esse propósito: o de mostrar à comunidade local sua história a partir da perspectiva dos trabalhadores rurais — uma história do ponto de vista das classes populares e camponesas, desembaraçada do pensamento dominante das elites.

Esse texto, em suma, é uma construção de relatos históricos, sociais, políticos e educacionais em torno de populares. De sonhos que se converteram em um movimento de Lavradores-Posseiros, no interior de Nova Iguaçu, e que, mesmo

diante de todo tipo de sentimento de inferiorização e marginalização, lutaram por suas terras e por seus direitos e romperam barreiras sociais e políticas.

Parafraseando Thompson, este texto busca lançar a vida para dentro da própria história, inserindo-a na memória viva da Baixada Fluminense. Não se trata apenas de inclusão, mas de um verdadeiro resgate — devolvendo um lugar àqueles que têm direito a ele, de fato. É uma história que “admite heróis vindos não apenas dentre os líderes, mas também entre a maioria desconhecida do povo”. Ao longo deste trabalho, sentiu-se, repetidamente, o desejo de restaurar a dignidade desses sujeitos que enfrentaram conflitos em Nova Iguaçu, em um passado que ainda reverbera no presente e, seguramente, no futuro.

Compreendemos que a Educação do Campo é expressão concreta da conquista e do exercício de direitos dos setores populares rurais. Movimentos sociais como este funcionam como instrumentos essenciais para valorizar e preservar a história da luta camponesa na Baixada Fluminense. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo ao construirmos uma narrativa à contrapelo — uma história contra hegemônica da região —, as classes populares e seus movimentos nunca precisaram de nós, pesquisadores, para escrever e afirmar sua própria história.

Seu Josimar Farias, semianalfabeto, que escreveu, a próprio punho, a história de Pedra Lisa, desde as sesmarias na época colonial, nos mostra e corrobora esse pensamento. O que buscamos não é dar vozes, mas servir, aprender e repreender com tais sujeitos e acontecimentos históricos — ou seja, minimamente contribuir. Bem como a Educação do Campo, atualmente e em múltiplas formas, a Escola Popular de Alfabetização de crianças, jovens e adultos de Pedra Lisa pretendeu a transformação e a emancipação humana e social dos Lavradores-Posseiros, tradicional e historicamente “subalternizados” e “marginalizados” pelas elites proprietárias.

Ressaltar a importância histórica e social da Escola Popular de Alfabetização de Pedra Lisa é combater a história dos vencidos; é “escovar a contrapelo” a perspectiva de uma construção histórica, não como simples contemplação do passado, mas como possibilidade de reinterpretação e transformação do futuro. Nesse sentido, entendemos que a Escola de Pedra Lisa foi a prova e a ação mais fundamental da capacidade dos trabalhadores organizados, enquanto sujeitos coletivos e históricos.

A escola visava à emancipação humana — talvez uma utopia que nos leve, um dia, a acreditar e lutar para que não haja mais história dos vencidos e vencedores, mas, sim, uma história justa e igualitária, emancipadora e libertadora, que busque a democratização da memória coletiva e individual dos sujeitos.

Mais que escovar, precisamos escrever, construir diálogos e pontes, em vez de muros com quem pensa diferente de nós ou nos impõe algo. Há momentos de lutar, como há momentos de amar, de unir-se, de perseverar e acreditar que um mundo mais igualitário é possível — onde vozes serão ouvidas, memórias lembradas. Que a minha, a sua e a nossa história popular sejam, daqui a alguns anos, lembradas e não silenciadas ou renegadas. Essa é a nossa luta.

5 - REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

5.1-Arquivos

Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Centro de Documentação e Memória Maurício Grabois.

Centro de Documentação e Memória da UNESP.

Biblioteca Nacional Digital.

Arquivo Escolar da Escola Municipal de Pedra Lisa.

Arquivo do Núcleo Agrário Miguel Couto – Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses de Pedra Lisa.

5.2- Livros, teses e artigos

AGUIAR, Eduardo Jordan da Silva. **Organização, Resistência e luta dos Lavradores – Posseiros de Pedra Lisa na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 a 1960.** Monografia do Curso de História, UFRRJ. Seropédica, junho de 2015.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **A Evolução do Espaço Agrário Fluminense.** GEOgraphia – Ano 7, nº 13, 2005.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense.** Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília, DF. Coleção Por uma Educação básica do Campo, nº2, 1999.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BICALHO, Ramofly dos Santos (org.). **Experiências do PET Educação do Campo e os Movimentos Sociais na UFRRJ.** UFRRJ/ JLS Editor: Seropédica, RJ; 2015.

BICALHO, Ramofly dos Santos. **Alfabetização no MST: Experiências com jovens e adultos na Baixada Fluminense.** 2 Edição, Campinas: Editora Komedi, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

BEZZERA, Aída; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **A questão política da Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense, 7 Edição, 1987.

BULCÃO, Clóvis. **Os Guinles: A história de uma dinastia.** Ed. Intrínseca, 2015.

CALDART, R. S. (2002) **Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção.** In: **Educação do Campo: identidade e políticas públicas.** Kolling, E.J. et al. (org.). Coleção Por uma Educação do Campo, n° 4. Brasília: Art. Nacional Por Uma Educação do Campo. 25 –36 p.

_____, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** 3^a ed, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

_____, Roseli; BENJAMIN, César. **Projeto popular e escolas do campo.** Brasília, DF: 2000. Coleção por uma Educação Básica do campo, n° 3.

CARNEIRO, Ana; CIOCARRI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos;** Brasília: MDA, 2011.

DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silencio dos vencidos: memória, história e revolução.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

FELICIANO, Marques Stefani et al. **Educação do campo e EJA do campo. Conquistas dos movimentos sociais e desafios.** Universidade Federal de São Carlos. 2011.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLLOW, Daniel. **Analfabetismo no Brasil: Configuração e gênese das desigualdades regionais.** Educação & Realidade, 2004.

FREIRE, Paulo. **Criando métodos de pesquisa alternativa.** In: Brandão, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Ação cultural para a liberdade.** 5^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra; 1981.

_____. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 54 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2013.

_____. **Extensão ou comunicação?** 8 ed., Rio de Janeiro: Paz e terra; 1983.

GENTILI, Pablo. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora.** Em: Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em educação.** Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, Renato dos Santos. **Educação do Campo e o direito a educação das crianças e adolescentes no município de Nova Iguaçu.** Dissertação de Mestrado. UFRRJ, Seropédica, 2015.

GRYNSZPAN, M. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964).** Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GRYNSZPAN, Mario. **Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignes (Orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** Editora UNESP, V.1, Brasília, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Centauro: São Paulo, 2004.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória.** Arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora. 2000.

JOSSETI, Celina Cassal; ARAÚJO, Rosi Valéri Corrêa. **Educação nas décadas de 1920 a 1950 no Brasil: Alfabetização de Adultos em Questão.** ITABAIANA: GEPIADE, ano 6, volume 12, pp. 187, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP Editora UNICAMP, 1996.

LOWY, Michel. **Walter Benjamin: aviso sobre incêndio: uma litura sobre as teses.** São Paulo: BOITEMPO, 2005.

MEDEIROS, Leonilde. **Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense.** Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignes (Orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** Editora UNESP, V.1, Brasília, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org). **Conflitos por terras e repressão no Campo no estado do Rio de Janeiro (1946 – 1988)**. CPDA/UFRRJ, 2015.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais do campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo**. Tese de Doutorado, UNICAMP, São Paulo, 1995.

MÈSZARÒS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. BOITEMPO, 2005.

MOTTA, Márcia (Org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. **Usos da Memória e do esquecimento da História**. Revista Literatura e Autoritarismo: o esquecimento da violência, nº 4, UFSM, 2013.

PERRUSO, Marco Antônio; LOBO, Roberta (org). **Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade – a experiência da UFRRJ**. Brasília: Gráfica e Editora F&F, 2014.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, v.2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

_____, **Memória e identidade social**. In: Estudos históricos, v.5, n.10, Rio de Janeiro, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. In: Revista do programa de estudos pós-graduados em História, PUC-SP, Nº 15, abril/97.

_____, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. In: Revista do programa de estudos pós-graduados em História, PUC-SP, Nº 14, fev/97.

PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU. **De Iguassú a Nova Iguaçu – 170 anos**. 2ª Ed. 2004.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. **O Rio de Janeiro e o Imprensa Popular: imaginário social carioca nas páginas do jornal (1949-1954)**. ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS. **ATLAS fundiário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos – SEAF, 1991.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Alienígenas na Sala de Aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995 In: SANTOMÉ, Torres Jurjo. As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. **Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008 (organização de Leonilde Servolo de Medeiros).

SOUZA, Sonali MARIA, de. **A Memória dos laranjais na cidade do loteamento: considerações sobre feitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970**. 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado – História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TÔRRES, Gênesis (Org.). **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. Ed. IPAHB, RJ, 2004.

5.3- Periódicos

- Jornal Imprensa Popular: publicações da data de **28/12/1954, 29/ 06/1957, 20/ 07/ 1955 e 02/ 06/1956**.
- Jornal A Noite: publicações da data de **15/06/1956 e 16/06/1956**.
- Jornal Correio da Manhã: publicações da data de **21/02/1957 e 15/03/1959**
- Jornal Voz Operária: publicações da data de **29/ 07/ 1957**.
- Jornal Última Hora: publicações da data de **12/10/1960, 13/01/1961, 28/12/1954 e 08/03/ 1960**

5.4- Entrevistas:

Entrevista concedida por SILVA, Bráulio Rodrigues da. Anexo I. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 2 arquivos. mp3 (85 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo A desta dissertação.

Entrevista concedida por LACERDA, Antônio. Anexo II. [junho 2015]. Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu. 1 arquivos. mp3 (35 min). A Entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo II desse texto

Entrevista concedida por SILVEIRA, Moacir. (ex-aluno da Escola de Alfabetização de Pedra Lisa e agricultor familiar de Pedra Lisa. [Jan/Set 2017]. Arquivos. mp3 . Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu, 2018.

Entrevista concedida por SILVEIRA, ROMÁRIO. [Fev 2016 a JAN 2017]. Arquivos. mp3 Entrevistador: Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu, 2018.

EDUCAÇÃO POPULAR, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA CAMPONESA: O CASO DE PEDRA LISA NA BAIXADA FLUMINENSE – RJ



EDUARDO JORDAN DA SILVA AGUIAR